

Retratos da Educação Pública: experiências e relatos de práticas bem sucedidas

Organizadores

Breno Trajano de Almeida – Coordenação Geral
Louize Gabriela Silva de Souza – Coordenação Geral
Daniel Aguiar da Silva Oliveira Carvalho – Coordenação Geral
Aline Peixoto Bezerra
Angela Claudia Rezende do Nascimento Rebouças
Cainan de Negreiros Martins Leite
César Augusto de Souza Barbosa
Cristina Régia Barreto Moreira
Edilza Alves Damascena
Eliane Alexandre da Silva
Françoeide Batista de Souza Júnior
Joyce Inacia de Oliveira
Karina de Oliveira Lima
Kássio Roberto Brito Soares
Kleber Kroll de Azevedo Silva
Leonardo Rafael Medeiros
Luciana Real Limeira
Paulo Orlando Vieira de Queiroz Sousa
Rúbia Raquel Dantas Roque
Suelione Fernandes da Silva

Revisão

Maria Gorette Andrade Silva

**Retratos da Educação Pública:
experiências e relatos de práticas
bem sucedidas**

Copyright © 2022

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIO-GRANDENSE – FAMEN. De acordo com a Lei n. 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais. O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico: Faculdade Metropolitana Norte Rio-grandense - FAMEN

Editoração Eletrônica: Alexandra Santana dos Santos Melo.

Design de Capa e Diagramação: Daniel Aguiar da Silva Oliveira Carvalho e Dimas Lopes de Araújo Junior

Conselho Editorial

Prof. Manuel Tavares,
Prof.^a Dr.^a Antônia Dalva França Carvalho
Prof.^a Dr.^a Karla Cristina Silva Sousa,
Prof.^a Dr.^a Márcia Adelino da Silva Dias
Prof. Dr. Adir Luiz Ferreira
Prof.^a Dr.^a Elda Silva do Nascimento Melo
Prof.^a Dr.^a Leila Salim Leal
Prof.^a Dr.^a Christiane Mylena Tavares de
Menezes Gameleira
Prof.^a Dr.^a Giovana Carla Cardoso Amorim,

Prof. Dr. José Rodolfo Lopes de Paiva
Cavalcanti,
Prof.^a Dr.^a Kadydja Karla Nascimento Chagas
Prof. Dr. Avelino de Lima Neto
Prof. Dr. Sérgio Luiz Bezerra Trindade
Prof. Dr. Eduardo Henrique Cunha de Farias
Prof. Dr. João Maria de Lima
Editores-chefes
Prof.^a Dr.^a Andrezza M. B. do N. Tavares.
Prof. Dr. Fábio Alexandre Araújo dos Santos

Catálogo da Publicação na fonte
Biblioteca Immanuel Kant

O14r

Observatório da Educação Pública.

Retratos da Educação Pública: experiências e relatos de práticas bem sucedidas / Breno Trajano de Almeida. Daniel Aguiar da Silva Oliveira Carvalho. Louize Gabriela Silva de Souza (organizadores), et. Al.. – Natal, RN: Editora Famen, 2022.
2,8 Mb ; PDF

ISBN 978-65-87028-07-1

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.202211>

1. Educação Pública. 2. Retratos. 3. Experiências. I. Almeida, Breno Trajano de (org.). II. Carvalho, Daniel Aguiar da Silva Oliveira (org.) III. Souza, Louize Gabriela Silva de. (org.)

CDD 370.1
CDU 370



Rua São Severino, N. 18, Bairro Bom Pastor, Natal/RN, CEP 59060-040, CNPJ
23.552.793/001-57, Inscrição Estadual 204392322, Inscrição Municipal 2142633,
editora@famen.edu.br e telefone (0xx84) 3653-6770.

É essencial estimular a produção escrita e divulgá-la. Só a publicação revela o prestígio social da profissão e a formalização de um saber profissional docente. Sempre me espantei com o fato de haver tantos textos teóricos e metodológicos sobre ensino e Pedagogia e tão poucos descrevendo práticas concretas. Se queremos renovar a profissão e as estratégias de formação temos de dar visibilidade às práticas.

António Nóvoa

APRESENTAÇÃO

Sabemos que todo livro é lacunar e incompleto, as palavras ditas nem sempre conseguem expressar as alegrias, as dores, o processo. Mas é também uma tentativa de apresentar o mais próximo possível do real aquilo que foi vivido, a experiência compartilhada, o diálogo com outros materiais e autores.

Esse livro também é assim. Ele nasce de uma parceria que teve início em 2020, quando o grupo de pesquisa Observatório da Educação Pública entra em contato com dirigentes das secretarias de educação dos municípios do Rio Grande do Norte e da Paraíba para firmar parcerias no que diz respeito à formação continuada dos professores desses estados.

O e-book “Retratos da educação pública: experiências e relatos de práticas bem sucedidas” traz experiências exitosas de professores e de gestores de diferentes municípios da PB e do RN. Apesar dos desafios impostos diariamente no contexto escolar, esses protagonistas reconhecem na escola um lugar privilegiado de produção do conhecimento e de vivência da cultura, bem como um espaço de afeto, de criatividade e de imaginação.

Para manter viva essa atmosfera, e reconhecendo o compromisso da educação na vida dos sujeitos, os autores dessas experiências realizaram práticas que estão sendo aqui compartilhadas para instigar professores e profissionais da educação Brasil afora. Este livro expressa, portanto, uma educação polifônica e cumpre o seu papel ético de expor apostas individuais e coletivas, singulares e originais.

Por fim, agradecemos a todos aqueles que estiveram no processo de construção desse material: os autores de cada capítulo, pela parceria e confiança; e os pesquisadores do grupo de pesquisa Observatório da Educação Pública.

Portanto, entregamos aos leitores a produção de 20 relatos de experiências que se constituem como a materialidade das práticas e das reflexões dos autores sobre as situações educativas desenvolvidas. Esses relatos confluem e ratificam a importância de se criar condições para que os professores socializem suas práticas, e, nesta ação, desenvolvam capacidades comunicativas de reflexão e de sistematização de suas ações num contínuo aperfeiçoamento da práxis, constituindo um exercício de ação-reflexão-ação, como preconiza

o nosso patrono da educação, Paulo Freire, e, assim, o chão da escola será um lócus de vivências, aprendizagens, trocas, pesquisa e produção de conhecimentos sobre a docência.

Louize Gabriela Silva de Souza

Breno Trajano de Almeida

PREFÁCIO

Este livro deve ser lido sob a ótica de que é possível promover educação pública de qualidade mesmo em situações desafiantes. E não me refiro apenas à crise sanitária provocada pela Covid-19, à qual estamos imersos, mas, sobretudo, aos cortes orçamentários enfrentados pelas instituições públicas de ensino, além da descontinuidade ou desmantelamento de programas fundamentais à formação acadêmica e pedagógica nos últimos anos, inclusive ao longo do período pandêmico.

Ao se deparar com os relatos de experiências dos municípios parceiros do Observatório da Educação Pública do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Ipanguaçu, o leitor tem a dimensão do papel estratégico das redes de ensino na indução de políticas públicas capazes de fomentar experiências no campo da formação docente, do processo ensino-aprendizagem e no fomento de espaços educativos que alcancem a todos e a todas.

Como bem descrito na apresentação, este e-book é muito oportuno porque nos insere num contexto de práticas educativas que podem até não ser inéditas, mas são imprescindíveis a todas as pessoas que reconhecem o papel transformador de uma educação que impacta projetos de vidas de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A leitura desses relatos de experiências estimulará os leitores a se imaginarem nos espaços diversos, criativos e heterogêneos das nossas escolas, e a mergulharem na criatividade e no entusiasmo para sua replicação.

Com essa visão, o IFRN – Campus Ipanguaçu teve a capacidade de construir esta iniciativa de aproximação e de integração às redes municipais de ensino, com grande foco em municípios do interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba, sempre com um olhar de construção de um processo de desenvolvimento educativo mais diverso e mútuo, o que fortalece o nosso papel institucional na interiorização e na democratização da educação.

Prof. Geraldo Júnior
Diretor-Geral – Campus Ipanguaçu

SUMÁRIO

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO 40/100: UM INÉDITO VIÁVEL EM MEIO À PANDEMIA	10
O CAMINHO PERCORRIDO PELA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN: REFLEXÕES ENTRE 1995 E 2021	16
VIVÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAJAZEIRAS – PB DURANTE O ENSINO REMOTO	22
O RIO AÇU QUE CORRE EM MIM: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR	28
EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: DESAFIOS E PERCEPÇÕES DAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BERNARDINO BATISTA-PB	33
REINSERÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR POR MEIO DE PROJETOS SOCIOEDUCACIONAIS	41
ESPERANÇA GERA ESPERANÇA: ALÉM DO CHÃO DA ESCOLA	48
O ENSINO E A APRENDENDIZAGEM NO CONTEXTO DA PANDEMIA: MEDOS, DESAFIOS E SUPERAÇÃO	54
MONTE HOREBE CIDADE EDUCADORA: A EDUCAÇÃO NA TRILHA DA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES EDUCADORAS	61
ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ NUNES DE FIGUEIREDO: 40 ANOS MOVENDO SONHOS E TRANSFORMANDO REALIDADES	67
UM NOVO OLHAR PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE AULAS REMOTAS, NUM MUNDO PANDÊMICO	75

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO REMOTA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PUREZA/RN: RESSIGNIFICANDO A PRÁTICA EM PERÍODO PANDÊMICO	81
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: GARGALO, AVANÇOS E CONQUISTAS	86
COMPARTILHANDO SABERES PARA A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA JORNADA ON-LINE DE EDUCAÇÃO DE SANTA HELENA – PB	93
SEMANA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB: O ENSINO REMOTO FORTALECENDO INCLUSÃO	98
AVALIAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	104
BIBLIOTECA ITINERANTE – UMA VIAGEM DE AVENTURAS E DESCOBERTAS DESEMBARCA NA SUA CASA	109
SÍNDROME DE DOWN E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM ATIVIDADES REMOTAS	115
XADREZ: UM INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM	121
ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IPUEIRA – RN EM TEMPOS DE PANDEMIA: NARRATIVAS TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS	129

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO 40/100: UM INÉDITO VIÁVEL EM MEIO À PANDEMIA

Karla Jakceline da Silva Nascimento¹; Lindjanne Manuelle M. da C. Araújo de Melo²;
Divoene Pereira Cruz Silva³



**“Em nenhum lugar do mundo onde estive fiquei mais tocado
do que aqui e agora.” (Paulo Freire, 1993).**

¹ Graduanda de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, e-mail: karla.nascimento78297@alunos.ufersa.edu.br

² Especialista no Ensino de Gramática, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, e-mail: lindjannemelo01@gmail.com

³ Professora do Departamento de Ciências Humanas/Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Campus de Angicos/RN. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Currículo e Prática Pedagógica (PRAEJA), e-mail: divoene.pereira@ufersa.edu.br

INTRODUÇÃO

Este é um relato de experiência vivenciado nas escolas municipais de Angicos, cidade localizada no Rio Grande do Norte. O referido projeto foi pensado e proposto pela Secretaria Municipal de Educação para ser desenvolvido na ocasião do centenário de Paulo Freire. O projeto intitulado “Paulo Freire: 40/100 Educação na perspectiva freiriana: a metodologia de ensino atual” aborda o contexto vivenciado há quase 58 anos. Embora a experiência vivenciada em nossa cidade tenha uma relevância mundial, devido a muitos fatores, se manteve adormecida, sem muito aprofundamento. Mesmo em meio ao contexto adverso da pandemia, o projeto teve como objetivo o resgate histórico-cultural, de forma a contextualizar a vida e a obra de Paulo Freire como forma de comemorar o seu centenário. Sendo assim, a proposta pedagógica apresentada à nossa comunidade escolar teve como intuito rememorar a experiência exitosa das 40 horas na cidade de Angicos.

DESENVOLVIMENTO

No ano de 1963, expandiram-se no país projetos de alfabetização em massa que tinham como finalidade alfabetizar jovens e adultos. Angicos, no berço da região central, fora contemplada por seu contexto histórico-político, em que havia muitos interesses e, sendo assim, com um cenário que apontava um grande número de analfabetos. Relembrar a experiência bem sucedida, onde 300 pessoas foram alfabetizadas em 40 horas, é fazer com que a história renasça e se fortaleça, de modo a contribuir com as novas gerações. Com o objetivo de fazer um resgate e de conscientizar os munícipes sobre a importância dessa experiência para o município, o projeto buscou o enaltecimento de Paulo Freire como patrono da educação brasileira, além de inserir seu pensamento político-pedagógico na prática educacional das escolas do município de Angicos.

Dentre todos os objetivos específicos, é possível encontrar a análise da proposta pedagógica nas escolas da rede, tendo o pensamento freiriano no sentido de alfabetizar e de letrar. O referido projeto configurou-se como uma proposta pedagógica que busca historicizar o método das 40 horas no município de Angicos, fazendo com que o contexto histórico seja revisitado, garantindo, assim, de forma concreta, a aprendizagem dos alunos e a compreensão da comunidade em geral sobre a importância e a relevância do projeto realizado na cidade, como também a reativação da memória e dos sujeitos que vivenciaram esse momento histórico

para a educação do nosso país.

O método Paulo Freire não ensina a repente de palavras não se restringe a desenvolver a capacidade de pensar mas segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloco alfabetizando em condições de poder existencial criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra. (FREIRE, 1987, p. 7).

A partir de reuniões pedagógicas foi estruturada uma proposta que possibilitou aos professores um suporte para fazer um trabalho em toda a rede, dentre estas ações foi realizada uma palestra magna de abertura. Durante 5 (cinco) meses, as escolas desenvolveram o projeto 40/100, com a temática e a socialização do momento vivido durante as 40 horas em nosso município, nas turmas de Pré ao 9º ano, como também rodas de diálogo com professores da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, trazendo um aporte teórico e apresentando de forma a contemplar as obras do professor Paulo Freire com uma breve explanação de cada obra, conscientizando e tirando dúvidas dos alunos em relação às obras, mas, sobretudo, despertando o interesse da pesquisa em torno do momento histórico vivenciado em 1963 pelo município de Angicos/RN. As atividades desenvolvidas contemplaram leituras, contações de história, produção de artes por meio de desenho livre, poemas etc.

Pensar na formação humana, a partir do contexto didático, é pensar também como os protagonistas, os professores, trabalham individualmente suas propostas e como elas estão estruturadas conforme sua linha de raciocínio.

O processo educativo, onde quer que ele se dê, é sempre contextualizado social e politicamente; a uma subordinação a sociedade que ele faz exigências, determina objetivos ele prover condições e meios de ação. (LIBÂNEO, 1994, p. 16).

De acordo com Libâneo (1994), esse processo se dá no convívio social e político onde os educandos estão inseridos, sendo uma prática pedagógica conduzida pelo professor, que é quem traça meios e práticas para mediar suas ações pedagógicas.

As propostas foram muitas, contudo, vale destacar as produções audiovisuais que surgiram como fundamentais recursos pedagógicos mediante o contexto que estávamos inseridos. Os professores se debruçaram em pesquisas bibliográficas e tecnológicas, em sites e em revistas digitais, nas plataformas digitais disponíveis. Segundo Furtier (1972), citado por Gadotti (2007, p. 18),

O educador pensa o futuro, está voltado para o futuro, mas sua ação cotidiana está totalmente engajada no presente por sua ação, portanto, é uma ação contraditória. Por isso as relações entre o pensamento tópico e ação pedagógica são complexas e dialéticas. É por isso, também, que a utopia pedagógica deve ser concreta, para não se tornar uma distração delirante.

A partir das discussões, como também da visão de cada professor, foi possível pensar práticas pedagógicas que oportunizassem o saber histórico que o projeto exigia. Por isso, é importante destacar a capacidade de adequação de acordo com o contexto pandêmico vivenciado por cada professor.

A construção da produção e da proposta individual de cada professor, de cada professora, se deram de acordo com suas habilidades, como também considerando as familiaridades com os recursos tecnológicos. A escola, por sua vez, contribuiu com o suporte didático e pedagógico para atender as demandas de cada profissional. A cada vídeo produzido, com elementos constitutivos da pesquisa embasada na referência da obra de Paulo Freire, a certeza da construção do conhecimento era comprovada. Freire (1996) nos aponta o caminho da produção:

Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã*. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. A ‘do-discência’ – docência-discência – e a pesquisa, indicotomizáveis, são assim práticas requeridas por estes momentos do ciclo gnosiológico. (FREIRE, 1996, p. 28).

Desse modo, o conhecimento produzido durante a execução do projeto foi uma forma de apoderar-se do conhecimento histórico vivido e que não havia sido revisitado antes, permitindo aos educandos a oportunidade de construir seus saberes através do campo da pesquisa. Embora em meio à pandemia, e num contexto adverso, foi possível perceber a construção visível do conhecimento histórico e cultural dos educandos.

As experiências de cada turma puderam ser reveladas nos sábados letivos, sendo a produção da semana convertida em videoaula e apreciada por toda a comunidade escolar. Conhecer parte da história do município fez com que os alunos valorizassem o passado e

tivessem ciência da importância do que aconteceu em 1963 na sua terra. Os professores foram convidados à releitura de obras freirianas, foi um momento de retomar as teorias e a amorosidade presente nos textos de Freire.

[...] propiciar as condições em que os educandos em relação uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhece-se como objeto. (FREIRE, 2011, p. 42).

A contribuição do projeto de Freire das 40 horas em Angicos, no ano de 1963, ficou perceptível quando na oportunidade foi possível ouvir os relatos dos educandos que expressam de forma autônoma suas experiências e como estas contribuíram em suas formações pessoais e profissionais, mas, sobretudo, na formação familiar de cada um deles quanto ao valor da educação em suas vidas. Portanto, podemos afirmar a grande contribuição do método de Freire para a educação do Município de Angicos.

CONCLUSÕES

As atividades foram desenvolvidas em meio à pandemia da covid-19, de forma remota, e este fato é que comprova o êxito do projeto 40/100, apresentado a toda comunidade escolar e desenvolvido pelas mídias e plataformas digitais. Durante a execução do projeto, aconteceram palestras, formações e rodas de diálogos para os professores se prepararem para desenvolver o projeto em suas aulas. Por fim, foi possível identificar os resultados nas falas, nas produções de cada turma e em cada aula ministrada. Os educandos demonstraram conhecer a história e a vida do professor Paulo Freire. Através do projeto foi possível aproximar e recontar a história das 40 horas, que embora tenha sido vivenciada no município de Angicos, ainda não era conhecida por muitos da cidade.

Do projeto, foi possível observar a integração dos participantes e presenciar as produções audiovisuais, fotos, como também a participação maciça em rodas de diálogos. Assim sendo, comprova-se o êxito na execução do projeto.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 1. ed. Publisher Brasil, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

O CAMINHO PERCORRIDO PELA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN: REFLEXÕES ENTRE 1995 E 2021

Rúbia Raquel Dantas Roque¹; Luisa Bertilia de Medeiros²; Regina Eleonora Dantas³



Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado “Marlo Vitor Medeiros de Melo” – Carnaúba dos Dantas/RN (2021).

**“[...] a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”.
(Maria Teresa Égler Mantoan)**

¹ Especialista em Coordenação Pedagógica, Faculdade do Seridó – FAS, e-mail: rubiaroque15@gmail.com

² Pedagoga, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e-mail: luisabertilia@hotmail.com

³ Especialista em Atendimento Educacional Especializado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e-mail: reginaeleonora@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a educação de pessoas com deficiência não era tratada como forma prioritária ou de respeito, ficando para a escola a missão de oferecer resultados de aprendizagem como forma de recompensa para os alunos matriculados. O sucesso dos alunos, tão esperado pelos pais, torna-se um pouco angustiante quando se trata do ensino e da aprendizagem de pessoas com deficiência, não por incapacidade para aprender, mas pela atenção especial que deve ser dada pela escola e pela família. Nesse sentido, é necessário recorrer a conhecimentos que facilitam a aprendizagem de alunos com deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento, adotados através da qualificação dos profissionais que trabalham na escola ou em instituições de apoio pedagógico.

O presente relato apresenta o caminho percorrido pela educação inclusiva no município de Carnaúba dos Dantas – RN, desde o início do atendimento às crianças e adolescentes com deficiência na Assistência Social, em 1995, até a efetivação de um trabalho envolvendo aluno, família e escola, em parceria com o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado.

DESENVOLVIMENTO

No município de Carnaúba dos Dantas – RN, o trabalho realizado com crianças e jovens com deficiência não iniciou na educação, mas na Assistência Social. Em 1995, foi criado o Projeto BUANARA, realizado pela Associação Desidéria Dantas Pedrosa, com apoio da Prefeitura Municipal. O projeto era coordenado pela psicóloga e especialista em educação especial Marlene Dantas Garlheiros, por Maria Desidéria de Medeiros, coordenadora do grupo de idosos do município, e realizado pela professora Regina Eleonora Dantas, contando com a participação de 10 crianças e adolescentes com deficiência, tendo como objetivo a reeducação psicopedagógica com o uso de recursos didáticos e material concreto, visando o desenvolvimento das condições físicas, psíquicas e motoras, voltado para uma possível inclusão social.

Mazzota e D’Antino (2011, p. 387) afirmam que “situações inclusivas, voltadas para a Cultura, a Educação, o Lazer e demais setores sociais, contemplando a diversidade da condição humana, são construídas no dia a dia das relações interpessoais, sociais e políticas”. Nesse

sentido, o projeto BUANARA contribuiu para situações inclusivas e permaneceu em funcionamento até o ano 2000.

Em 2001, o atendimento das crianças e adolescentes com deficiência começou a ser realizado numa parceria entre a Secretaria de Assistência Social e de Educação, os alunos com deficiência eram segregados em uma sala e faziam parte do projeto RENASCER – Revalorização das Especiais Necessidades e Assistência Sociopsicológica de Conscientização Educativa de Reabilitação. Embora fossem matriculados no ensino regular, também integravam o espaço do Centro de Valorização da Vida – CVVIDA. O trabalho era realizado com terapia ocupacional, fisioterapia e atendimento psicológico. Também eram realizadas atividades lúdicas de aprendizagem com jogos educativos e língua de sinais com a professora/cuidadora.

Em 2002, as escolas começaram a abrir as portas para receber os alunos e oferecer um pouco de qualidade na oferta do ensino. Em 2008, com a criação do documento que direciona as práticas da educação especial no Brasil, com o título de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, valorizando o trabalho da educação especial e seus direcionamentos, começaram a ser realizados trabalhos voltados para o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos, esse fato se fortaleceu com a implantação das salas de recursos multifuncionais.

A educação inclusiva não pode acontecer apenas com adaptações na infraestrutura da escola, implantando a acessibilidade ou materiais acessíveis, é necessário ir além, adequando currículos e assumindo uma postura acolhedora, afinal, “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças” (MANTOAN, 2003, p.14).

O artigo 1º da Resolução nº 4/2009 afirma que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é aquele “ofertado nas salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” e tem como função complementar ou suplementar a formação dos alunos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

As salas de Recursos Multifuncionais, conhecidas por sala de AEE, não eram suficientes para atender às especificidades apresentadas pelos estudantes, deixando muitas lacunas no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência ou transtorno global

do desenvolvimento. Dessa forma, viu-se a necessidade de lutar pela construção de um Centro de Atendimento Educacional Especializado para atender os alunos que necessitavam desse tipo de atendimento.

No início de 2020, o projeto para a construção do Centro foi aprovado pelo Promotor de Justiça, Dr. Silvio Brito, e pelo Juiz de Direito da Comarca de Acari, Dr. Bruno Ribeiro Dantas. A doação dos recursos foi concretizada por ação judicial numa operação realizada em 2019, sendo destinado o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais). A construção foi iniciada em agosto de 2020 e inaugurada no dia 28 de junho de 2021 através de uma celebração cercada de emoções.

O Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado, Marlo Vitor Medeiros de Melo (CMAEE), atende alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento no contraturno escolar. Atualmente, o CMAEE tem 39 estudantes que frequentam a escola regular e são atendidos semanalmente no contraturno, com serviços de Atendimento Educacional Especializado – AEE e Psicopedagogia Institucional, dando seus primeiros passos para uma educação de qualidade. O objetivo do CMAEE é fortalecer os vínculos entre todos os lugares frequentados pelos alunos, priorizando a parceria entre CMAEE, escola e família.

Segundo as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. (BRASIL, 2008, p. 16).

Os atendimentos oferecidos na sala de AEE são em pequenos grupos, uma vez que atividades coletivas auxiliam na aprendizagem e na socialização. Após a elaboração do Plano Educacional Individualizado – PEI, as professoras avaliam o que o aluno já sabe e o que ainda precisa aprender, aprimorando as habilidades já desenvolvidas. A sala de AEE é um lugar aconchegante, cheio de ferramentas e recursos desenvolvidos no próprio Centro, além das ferramentas de tecnologias assistivas, como computadores, tablets, pranchas de comunicação alternativas, recursos de acessibilidade em geral, materiais para alunos cegos ou com baixa

visão, jogos em LIBRAS, tudo isso para oferecer oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos.

O atendimento na sala de psicopedagogia é um trabalho mais específico com a família, com atendimento aos pais, ao aluno(a) e, em seguida, ao professor da sala regular, fazendo assim um círculo de informações com o objetivo de atender o estudante. Após escutar e dialogar com as pessoas que convivem com o aluno, a psicopedagoga orienta os pais e os professores da sala regular e da sala de AEE sobre o trabalho a ser realizado com a criança ou adolescente, visando ampliar seu desenvolvimento específico. Mensalmente são oferecidos encontros com a família sobre diversos temas, com momentos de descontração e coffee break, atendendo a relatos de pais e mães que vivem em função dos filhos, muitas vezes, cansados e sem perspectivas sobre eles e seus filhos.

CONCLUSÕES

Diante do contexto vivenciado pela educação inclusiva no município de Carnaúba dos Dantas – RN, é notório o quanto a iniciativa da Associação Desidéria Dantas Pedrosa foi fundamental para que os primeiros passos da inclusão acontecessem, pois foi a partir do projeto BUANARA que os alunos com deficiência começaram a ganhar espaço em outros locais públicos como a escola. A educação inclusiva vem crescendo desde 2002 e, embora ainda não atenda todas as exigências de qualidade, já apresenta resultados positivos na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

A criação do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado faz renascer a esperança de uma educação de qualidade, oferecendo desenvolvimento para os alunos com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento dentro e fora do ambiente escolar. O trabalho ainda não é suficiente, existe muito o que fazer, mas os primeiros passos foram dados e, no futuro, os frutos serão colhidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEES, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Brasília: MEC/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

VIVÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAJAZEIRAS – PB DURANTE O ENSINO REMOTO

Abraão Vitoriano de Sousa¹; Celia Regina Costa²; Maria do Socorro Delfino Pereira³



Logomarca do Canal da SME “Educar para Transformar”.

"O professor só pode ensinar quando está disposto a aprender." (Janoí Mamedes)

¹ Mestre em Letras (UERN), SME de Cajazeiras – PB, e-mail: abraaovitoriano@hotmail.com

²Especialista em Língua Portuguesa e Literatura (ISEC), SME de Cajazeiras, e-mail: celiacostacz@yahoo.com.br

³ Mestre em Educação (ACU), SME de Cajazeiras – PB, e-mail: mariapecz9@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No contexto das atividades pedagógicas não presenciais, resultantes da excepcionalidade da pandemia mundial, causada pelo novo coronavírus, a Secretaria Municipal de Educação de Cajazeiras – PB tem buscado, dentre suas ações norteadoras, aprimorar a formação continuada de professores com foco nas metodologias ativas e mídias digitais na educação.

Pensando nisso, foram lançados diferentes percursos formativos: a série de podcasts “Itinerários Pedagógicos”; o curso de formação “Ferramentas Digitais e Metodologias Ativas” e a criação do Canal “Educar para Transformar”. Essas ações são fruto de contínuos estudos sobre os documentos/diretrizes nacionais, estaduais e municipais, conforme um planejamento articulado e participativo da Secretaria de Educação com as escolas municipais.

Este relato, portanto, objetiva apresentar algumas práticas exitosas quanto à formação continuada de professores do Sistema Municipal de Ensino de Cajazeiras – PB, vivenciadas durante o Regime Especial de Ensino, evidenciando seus principais alcances e perspectivas.

DESENVOLVIMENTO

Percursos Formativos: Série de Podcasts *Itinerários Pedagógicos*

A Secretaria Municipal de Educação de Cajazeiras – PB, visando outras oportunidades de estudos e apreciação sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e a Proposta Curricular do Estado da Paraíba (2018), promoveu, no primeiro semestre de 2020, a Série de Podcasts “Itinerários Pedagógicos”, voltada para os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

O podcast, considerado como “um processo mediático que emerge a partir da publicação de arquivos áudio na internet” (PRIMO, 2005, p. 17), foi escolhido em razão da sua facilidade de acesso nas plataformas digitais e da praticidade, podendo ser reproduzido no instante desejado pelo leitor/ouvinte. Essa forma de publicação vem ganhando notoriedade nas mais variadas áreas do conhecimento, incluindo, o campo educacional.

Nessa direção, foram criados os seguintes episódios de podcasts:

Quadro 01: Descrição da Série de Podcasts *Itinerários Pedagógicos*

Título	Formador/Convidado	Data de publicação
Os Campos de Experiência na Proposta Curricular do Estado da Paraíba. Link: https://soundcloud.com/lukaspersy/os-campos-de-experiencia-na-proposta-curricular-do-estado-da-paraiba	Emanuela Soares	23 de maio de 2020
A Alfabetização na Era da BNCC Link: https://soundcloud.com/lukaspersy/a-alfabetizacao-na-era-da-bncc	Irlândia Freitas	1 de abril de 2020
A Matemática no 2º Ciclo dos Anos Iniciais Link: https://soundcloud.com/lukaspersy/a-matematica-no-2-ciclo-dos-anos-iniciais	Celia Regina Costa	13 de abril de 2020
Direitos de Aprendizagem para o Ensino de Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental Link: https://soundcloud.com/lukaspersy/direitos-de-aprendizagem-para-o-ensino-de-lingua-portuguesa-nos-anos-finais-do-ensino-fundamental	Erik Viana Rodrigues	22 de abril de 2020
A Matemática na Visão da BNCC Link: https://soundcloud.com/lukaspersy/a-matematica-na-visao-da-bncc-pautada-na-proposta-curricular-da-paraiba	Kennya Vasques	17 de maio de 2020

Fonte: Própria (2021).

Além desses temas, foram suscitados outros assuntos, a exemplo do podcast “Os Encantos da Literatura Infantil: sonhos, sabores e saberes”, proferido pelo professor e poeta Wagner Rocha – que gravou, ainda, dois audiobooks de suas obras literárias “Bel, O Menino de Coração Selvagem” e “Patativa, O Passarinho que Canta Poesias”.

Todos esses podcasts contemplam, até o momento, 492 reproduções – o que pode ser ponderado como um percentual positivo, visto que essa ação oportunizou outras experiências, como a criação do Podcast “Frequência do Saber” (destinado a estudantes do Ensino Fundamental, explorando os gêneros textuais e situações-problemas de matemática) e dos episódios de contação de histórias “Histórias para se Encantar e Aprender” (direcionados aos alunos da educação infantil). Tais publicações em áudio atingiram a marca atual de 1.212 visualizações no Canal Educar para Transformar.

Uma atividade dessa natureza pode contribuir para o desenvolvimento de uma das competências centrais da BNCC, que é a cultura digital, atentando-se para a perspectiva de que “ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes.” (BRASIL, 2018, p. 61).

Percurso Formativo: Formação Ferramentas Digitais e Metodologias Ativas

Nas últimas décadas, com a inserção da tecnologia no cenário educativo, as metodologias ativas têm sido objetos de discussões quanto ao seu caráter pedagógico e sua inovação. Na escola, trabalhar com metodologias ativas significa uma mudança significativa nos currículos, na participação efetiva dos professores e na reconfiguração dos tempos e espaços (MORAN, 2015).

Vislumbrando as metodologias ativas como um caminho para potencializar as aprendizagens dos estudantes e, nesse propósito, situando o professor como mediador/provocador desse processo foi promovida a Formação “Ferramentas Digitais e Metodologias Ativas” para todos os profissionais de educação do SME de Cajazeiras – PB que tivessem interesse em participar.

A formação, ministrada pela Professora Kennya Vasques, contou com a participação de 65 profissionais, dentre esses: gestores, cogestores, coordenadores, supervisores, formadores e professores – no período de fevereiro a julho de 2021, com a sistematização de três módulos: I – Ferramentas Colaborativas; II – Ferramentas Digitais e III – Metodologias Ativas.

Essa formação favoreceu o desenvolvimento de algumas estratégias pedagógicas na escola, a exemplo da utilização de jogos educativos, plataformas, aplicativos – estes, especialmente, disponibilizados pelo *Google* –, assim como a experiência de propostas didáticas como a sala de aula invertida, gamificação, estudos de caso etc. Alguns professores, inclusive, relataram que conheciam determinadas metodologias, mas que só no ensino remoto, pela necessidade do contexto, começaram a utilizar.

É imperioso reconhecer e utilizar as metodologias ativas no *chão da escola*, contudo, faz-se necessário, como preparação e planejamento, uma atividade de formação voltada para professor, o qual conhece a realidade da sua turma, as condições de trabalho e, assim, as possíveis adaptações. A Formação “Ferramentas Digitais e Metodologias Ativas” pode ser considerada como mote para outros estudos e incursões, tendo em mente que aprender representa “construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”. (FREIRE, 2018, p. 68).

Percurso Formativo: Canal *Educar para Transformar*

O Canal no *Youtube* “Educar para Transformar” foi criado pela Secretaria Municipal de Educação de Cajazeiras – PB, em dezembro de 2020, buscando expandir e fortalecer o diálogo com a comunidade escolar através de um espaço digital. Atualmente, o canal conta com mais de 1.580 inscritos, totalizando 23.379 visualizações.

Dos conteúdos publicados, ressaltam-se os seguintes eventos de Formação Continuada de Professores:

Quadro 02: Eventos de Formação Continuada no Canal “Educar para Transformar”

Evento	Visualizações	Período
Jornada Pedagógica On-line 2021 Conferências: “Implementação da Proposta Curricular do Estado da Paraíba: reajuste curricular e mudanças no PPP”; “Ensino Híbrido: desafios e possibilidades”; “O Professor no Ressignificar dos Novos Tempos”.	2.435	Fevereiro de 2021
V Semana Literária LERARTE Conferência: “O Espaço da Literatura na BNCC” Sarau Literário: “Todo Dia é Dia de Poesia” Contação de Histórias: “Ler é encantar-se”	3.974	Abril de 2021
Lives/Formações Diversificadas Conferências: “Ferramentas Digitais para o Ensino Remoto”; “Escola e Família: uma conexão de sucesso”; “Novos Olhares sobre o Autismo”; “Continuum Curricular: organização, desafios e aplicabilidade”; “Brincar Letrado na Educação Infantil”; “Seminário Intermunicipal de Educação”.	4.353	Março a Julho de 2021

Fonte: Própria (2021).

Percebe-se, diante disso, que o referido espaço virtual vem consolidando-se como um notável canal de comunicação e diálogos, aproximando etapas, como a Educação Infantil, Ensino Fundamental e as modalidades de ensino (EJA, Educação Inclusiva), a partir de temáticas convergentes a respeito dos saberes e práticas da atuação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém ressaltar que, apesar dos dados promissores – como o interesse a participação dos docentes e os desdobramentos dessas experiências na escola –, a formação continuada tem de assumir um lugar central nos investimentos públicos à educação. As ações em questão precisam ser contínuas e aprimoradas em face das temáticas necessárias a uma formação teórico-prática de qualidade.

O ensino remoto apontou a necessidade de ressignificar saberes e vivências, sendo a cultura digital e as metodologias ativas “novas” realidades que necessitam ser incorporadas na escola. Um dos primeiros passos pode ser a oferta de formação destinada aos profissionais da educação, respeitando seus trajetos e mobilizando conhecimentos que empreendam uma educação plural e emancipatória.

Eis a pauta maior da escola: disponibilizar todos meios e recursos humanos, físicos e tecnológicos em benefício da formação integral dos sujeitos/aprendizes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Acesso em: 10 ago. 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de Souza; MORALES, Ofelia de Souza (orgs.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania:** aproximações jovens. v. 2. Ponta Grossa: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. p. 15-33. (Coleção Mídias Contemporâneas). Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba.** João Pessoa: UNDIME/CEE/UNCME, 2018.

PRIMO, Alex. Para além da emissão sonora: as interações no podcasting. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v. 2, n. 13, p. 1-23, jul./dez., 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4210> Acesso em 11. Acesso em: 11 ago. 2021.

O RIO AÇU QUE CORRE EM MIM: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR

Francisco Canindé da Silva¹; Maria José de Oliveira²



Desfile de abertura do projeto: O Rio Açú que corre em mim (2019).

Foto: Marcos Costa e Alex Silva.

**Amores são águas doces/Paixões, águas salgadas
Queria que a vida fosse/essas águas misturadas
Eu que já fui afluente/das águas da fantasia
Hoje molho mansamente/ as margens da poesia.
(Maria Bethânia, Álbum Dentro do Mar tem um rio, 2007).**

¹ Doutor em Educação, Supervisor pedagógico na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), e-mail: caninprof@hotmail.com.

² Especialista em Educação, Coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), e-mail: mariajoassu@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Assú³, articulada aos contextos históricos, culturais, sociais e ambientais, tem investido esforços políticos e pedagógicos para garantir, por meio da escola, o desenvolvimento continuado de uma consciência integradora nos munícipes, especialmente no alunado da rede pública.

Os currículos *pensadospraticados* (OLIVEIRA, 2012)⁴ nas escolas têm agregado outros tantos saberes existentes na realidade social, mas que ainda não são contemplados no currículo mínimo. Os saberes da terra, da cultura local e toda a produção social emergente têm sido articulados ao currículo escolar, de uma maneira ou de outra. Didaticamente, essas práticas ocorrem por meio do uso da Pedagogia de Projetos (NOGUEIRA, 2001), aspecto metodológico que vem ajudando a dinamizar o processo ensino-aprendizagem nas escolas.

O ano letivo de 2019 na SMEC foi marcado pela discussão sobre o princípio *esperança*, mobilizando um conjunto de projetos pedagógicos que emergiam da necessidade e da vontade de emancipação que o subjaz. Nesse sentido, desde a Jornada Pedagógica, assumimos a *esperança* de um mundo melhor, de um município e de uma educação possível para e com todos.

O projeto pedagógico que viabilizou o desfile cívico de emancipação política do município de Assú, no ano de 2019, abordou como temática central *O Rio Açu que corre em mim!* A ideia foi trabalhar com estudantes, professores, comunidade, e demais agentes sociais, o cuidado com o *Rio Açu*, que vem organizando política, social, geográfica e culturalmente o município.

A discussão proposta a partir do *Rio Açu* engloba, principalmente, uma preocupação ambientalista que exige de todos os moradores desta casa, o planeta terra, um cuidado especial. A poluição e a degradação ambiental têm agredido o ecossistema e seu equilíbrio, provocando desastres inmensuráveis que levam à morte de milhares de seres vivos – vegetais, animais e humanos.

O *Rio Açu* que atravessa o município, criando em todo seu curso um conjunto infinito de práticas culturais e econômicas, ao longo de sua existência, vem educando seu povo ou

³ A palavra Assú com dois ss refere-se ao nome oficialmente atribuído à cidade e ao município, já a palavra Açu, com c e cedilha origina-se da etimologia Taba-Açu e da região do Vale do Açu.

⁴ A expressão escrita junta e em itálico é uma posição político e epistemológica que a autora assume para dizer da indissociabilidade entre os termos e o *pensarfazer*.

mesmo constituindo-o. Tão perene, tão belo, tão noivado, tão espelhado em sua fluidez, o rio vem produzindo vida em suas margens, alimentando todo um ecossistema biológico e cultural.

Mergulhar em seu leito e conhecê-lo profundamente foi, para além de um trabalho didático-pedagógico, uma ação cidadã de todos que moram neste lugar. A conjuntura de cidade (Assú) que se tem conhecimento na atualidade tem sua gênese neste rio – os primeiros povos, nossos ancestrais, guiam de certa maneira nossas esperanças, até mesmo quando não é possível percebê-los concretamente em sua imanência, mas em sua transcendência.

O currículo escolar da rede municipal em 2019, com este projeto em ação, literalmente foi molhado pela discussão urgente do *Rio Açu*, culminando na apresentação do desfile cívico de emancipação política de Assú. O conjunto das disciplinas e de encaminhamentos didático-pedagógicos existentes e possíveis em nossas escolas articulou-se à temática, de modo que todos, coletivamente, desenvolveram práticas docentes e discentes implicados com a conservação do *Rio Açu*.

Assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos para o referido projeto: (i) trabalhar pedagogicamente o *Rio Açu* como agregador de culturas que ajudaram a constituir o município de Assú/RN; (ii) reconhecer e valorizar a força corrente do *Rio Açu* que auto-eco-organiza a vida no município de Assú e regiões circunvizinhas; e (iii) despertar, por meio da educação escolar, o desejo de cuidar do *Rio Açu* como necessidade e patrimônio de todo assuense.

DESENVOLVIMENTO

O projeto pedagógico interdisciplinar, intitulado *O Rio Açu que corre em mim*, nasce da necessidade de se trabalhar pedagogicamente em todas as escolas da rede municipal de ensino, em Assú, o cuidado com essa fonte de vida, dadas as condições de assoreamento, destinação de esgotos e resíduos de fertilizantes jogados por empresas privadas que vêm poluindo o referido rio.

Inicialmente, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura ouviu a equipe gestora das escolas para definir as possibilidades de trabalho. Prontamente, a proposta foi acolhida e passou a ser trabalhada com professores/as e estudantes da rede, subsidiados por materiais pesquisados e disponibilizados à equipe como fonte de pesquisa.

Nos procedimentos metodológicos, além da discussão ética que envolve o saber cuidar do *Rio Açu*, foram realizadas pesquisas no campo da literatura musical e poética que pudessem

ser utilizadas no desenvolvimento do projeto e na sua culminância. Nesse sentido, as escolas da rede municipal, organizadas em centros, assumiram subtemáticas que ajudaram a melhor traduzir os seus trabalhos.

As escolas desenvolveram trabalhos pedagógicos diretamente relacionados com os afluentes do *Rio Açu*; as primeiras populações ribeirinhas: os indígenas cariris, Tarairuí, Pegas, Icos, Panatis, Janduís. Trabalharam situações provocadas pela poluição e pelo assoreamento do rio; as riquezas produzidas à margem do rio, destacando processos de irrigação (agricultura, pesca, pecuária, turismo, barracas etc.); a mística que envolve o *Rio Açu*: Mãe d'água (Iara), discutindo crenças e histórias de pescadores com o rio.

Também foram trabalhadas, historicamente, as principais enchentes provocadas pelo rio que inundou partes baixas da cidade, retratadas a partir das narrativas de antigos moradores e da historiografia de escritores locais. E nesse contexto, foram discutidas questões relativas ao ecossistema da carnaubeira e tudo o que a ela agrega e produz na relação com o *Rio Açu*, além de homenagear as lavadeiras de roupa enquanto uma das primeiras profissões femininas do município, atividade desenvolvida às margens do rio.

O resultado dos trabalhos, como já apontado, foram apresentados por meio de um desfile cívico, ocasião em que se celebrava a emancipação política do município. As escolas apresentaram sua subtemática, caracterizada por personagens, fatos, fotos e situações que representavam a discussão feita no interior das escolas, entre professores e estudantes.

As subtemáticas ficaram organizadas e distribuídas, na principal avenida do município, da seguinte maneira: (i) Dentro do mar tem um rio; (ii) Eu sou a memória das águas; (iii) Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio; (iv) Foi um rio que passou em minha vida/e meu coração se deixou levar; (v) Dona da água doce quem é/dourada rainha senhora; (vi) São as águas de março fechando o verão/é a promessa de vida no teu coração; (vii) O verde da mata eu te dou; (viii) Eu prefiro sonhar com os rios e lavar minh'alma; (ix) Lavar roupa todo dia.

CONCLUSÕES

A culminância do projeto foi marcada por diferentes emoções – alegrias, vibrações, risos, empolgação e, acima de tudo, com um conteúdo artisticamente bem elaborado e traduzido na avenida, demonstrando que os conteúdos das disciplinas podem ser ressignificados transversalmente, religando saberes, disciplinas e áreas, como aprendido com Morin (2011).

Todo o trabalho pedagógico foi acompanhado pelas equipes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, responsável pela orientação teórica e metodológica, selecionando e fazendo a discussão de conteúdos, bem como na orientação e na produção de materiais para a culminância do projeto.

As aprendizagens decorrentes desta iniciativa se manifestaram no desenvolvimento de diferentes capacidades cognitivas, emocionais, artísticas, políticas e éticas, demonstrando a interdisciplinaridade como força potente e articuladora de saberes curriculares menos engessados e mais dialógicos, emancipatórios e libertadores.

REFERÊNCIAS

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das inteligências múltiplas. 2. ed. São Paulo: Érica, 2001.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **O currículo como criação cotidiana**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: DESAFIOS E PERCEPÇÕES DAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BERNARDINO BATISTA-PB

Karla Samara Andrade de Sousa¹; Luana Maria do Nascimento²; Verônica Maria Pereira³



**“A educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.”
(Paulo Freire)**

¹ Doutora em Ciências das Religiões (UFPB). Coordenadora Pedagógica da rede municipal de ensino de Bernardino Batista-PB. E-mail: karlasamarasousa@gmail.com.

² Especialista em Gestão e Docência pela Faculdade São Francisco da Paraíba; Supervisora de Avaliação – Programa Integra – da rede municipal de ensino de Bernardino Batista-PB. E-mail: luanamariadn@gmail.com.

³ Especialista em Gestão Pública (IFPB). Coordenadora do Programa Busca Ativa Escola da rede municipal de ensino de Bernardino Batista-PB. E-mail: veronicabt_@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Com a chegada da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)⁴ em 2020, em escala mundial e no Brasil, uma questão perdura: “Como será o amanhã e como será a sociedade após a pandemia?”. Conforme Žižek (2020), a pandemia surgiu como um claro limite da humanidade, do que ela faz e produz. Para ele, depois dela, o mundo nunca mais será o mesmo. O autor entende que o mundo se transformou drasticamente e que a vida daqui para a frente não será a mesma de 2019. Estamos em meados de 2021 e o prognóstico de Žižek (2020) segue verossímil.

A pandemia afetou vários setores, passando pela política, economia, cultura, relações sociais e, também, pelo campo educacional. Diante desse quadro, houve a necessidade de todos esses campos se mobilizarem e se adaptarem a esse novo cenário. Como afirma Morrison (2008), a sociedade é um sistema complexo, e como tal, muda e se modifica para sobreviver. Dentre as medidas adotadas pelas autoridades sanitárias para o enfrentamento da pandemia, a principal delas foi o isolamento social. A educação foi, então, inserida nesse contexto e os impactos foram inevitáveis.

A estratégia adotada pelas redes de ensino de todo o Brasil, públicas e privadas, foi o fechamento das escolas, interferindo drasticamente no processo educacional (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020). Considerando a rotina de proximidade entre as pessoas que circulam no ambiente escolar, além dos aspectos estruturais das salas, muitas vezes de aglomeração, a suspensão das aulas presenciais foi a saída mais plausível para o momento (MÉDICI; TATTO; LEAO, 2020). No município de Bernardino Batista-PB, as aulas passaram para o formato remoto, através do Decreto nº 011/2020. Os estudantes passaram a participar das aulas virtualmente, via *WhatsApp* e *Google Meet*.

Após pouco mais de um ano de vigência do ensino remoto na rede municipal, muitas dificuldades foram encontradas, sendo uma delas a adaptação das famílias a esse modelo de oferta educacional. A paralização das aulas presenciais, em todos os níveis e etapas de ensino, afetou toda a comunidade escolar, não só estudantes e docentes.

Levando-se em conta essa problemática, a Secretaria Municipal de Educação buscou saber quais as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias no ensino remoto, devido à

⁴ A Covid-19 é uma doença infectocontagiosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), do inglês *severe acute respiratory syndrome-associated coronavirus*. (ZHU, N. et al., 2020).

propagação da Covid-19. Como metodologia, foi aplicado um questionário on-line como instrumento de coleta de dados em seis (06) escolas da rede, além da pesquisa bibliográfica. O presente trabalho, portanto, tem por objetivo analisar a contribuição das famílias dos estudantes da rede municipal de ensino de Bernardino Batista-PB durante as aulas não presenciais, identificando desafios e dificuldades por elas enfrentadas nesse período.

Em toda a história da educação brasileira, a contribuição que a família exerce sobre o desenvolvimento dos estudantes mostrou-se inexorável e sua parceria com a instituição escolar, fundamental. Ao longo do tempo, essa relação foi sendo expandida, pois, juntas, desempenham papéis relevantes e complementares na formação do sujeito. No entanto, na pandemia, ficou evidente a dificuldade dos sistemas de ensino e dos pais/responsáveis dos alunos em lidar com as novas tecnologias, ou com a ausência delas. Nessa nova perspectiva de ensino, exigiu-se das famílias uma nova postura frente à educação, uma postura mais ativa e comprometida com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Na primeira parte deste trabalho, será apresentada uma breve reflexão sobre a relação família-escola. Logo após, será destacada a metodologia que foi utilizada para a coleta de informações. Por fim, será feita a análise e discussão dos dados obtidos.

A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA

Conforme a Constituição Federal, de 1988, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação (BRASIL, 1988, Art. 227). O texto aponta a educação como responsabilidade comum dessas duas instituições. O artigo 2º da LDB/96 também dispõe que a educação é dever da família e do Estado (BRASIL, 2013). Esses documentos, além de reforçarem a concepção de obrigatoriedade da educação escolar, sinaliza a consequente parceria compulsória entre família e escola e as tensões aí envolvidas.

A família é considerada a primeira instituição social a garantir a proteção e o bem-estar da criança. Ressalta-se que é por meio do convívio familiar que as crianças têm o seu primeiro contato com o mundo. É no seu seio que elas experimentam as diferentes formas de ver e existir na sociedade, desempenhando um papel importante na formação do caráter e da consciência desses sujeitos. A família, contudo, é responsável pela educação informal do indivíduo, cabendo à escola a educação formal. De acordo com Gohn (2006, p. 28), a educação formal é

[...] aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados.

Antes mesmo da pandemia, já havia conflitos quanto a clareza nos papéis que a escola e a família exerciam. Muitas famílias se equivocam, por exemplo, ao transferir a tarefa de transmitir valores, princípios éticos e de comportamento de seus filhos para a escola. Por outro lado, essa relação vem ganhando destaque, pois questões referentes à violência na escola, evasão escolar, elevados índices de reprovação, e outros problemas que assolam a realidade das escolas, estão atrelados a essa parceria.

Na pandemia, todo esse quadro se agravou, ou seja, se o vínculo escola-família sempre representou um elo relevante no processo educacional, sua efetividade nunca foi tão explícita quanto agora. Com o isolamento social, as famílias ficaram confinadas em casa, levando, muitas vezes, a casos de estresse, violência física e/ou psicológica entre seus membros (ALVES, 2020). Além disso, foi posto às famílias a responsabilidade de trabalhar o conteúdo com seus filhos e a dificuldade com uso dos recursos digitais ou com a falta deles. Nesse contexto, surgiu a questão norteadora deste estudo: como as famílias dos estudantes da rede municipal de ensino de Bernardino Batista-PB estão lidando com o ensino remoto? Quais os desafios e as dificuldades por elas enfrentadas nesse período?

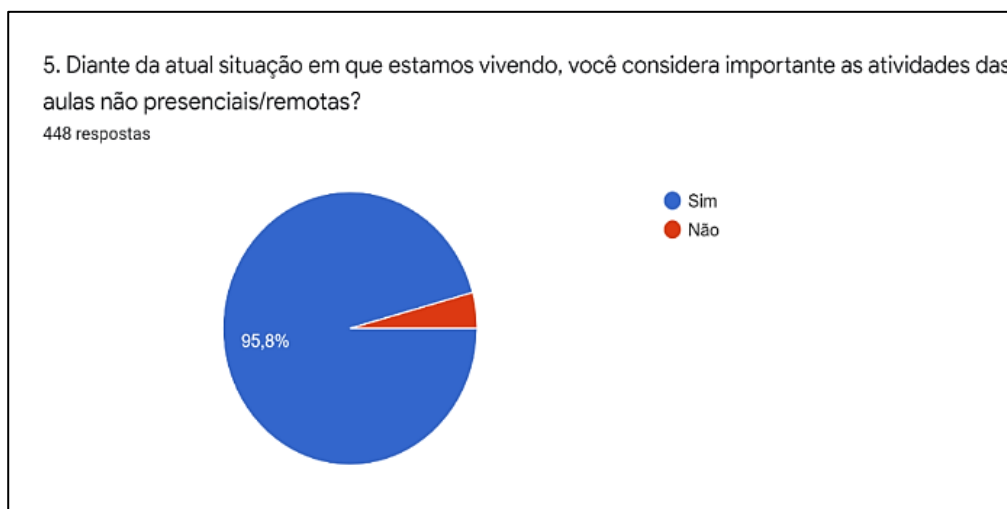
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

O questionário foi composto por 18 perguntas, sendo 10 objetivas e 8 abertas/subjetivas. Ele foi aplicado aos pais ou responsáveis dos estudantes da rede municipal de ensino, contemplando as turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. No total, a Secretaria de Educação obteve 448 respostas.

As perguntas fizeram referência à relevância do ensino remoto, à quantidade de atividades propostas pela escola, aos recursos tecnológicos utilizados para o acesso às aulas, bem como sobre as dificuldades encontradas neste novo cenário. Também buscou-se saber como tem sido o contato das famílias com os professores e gestões das escolas neste período

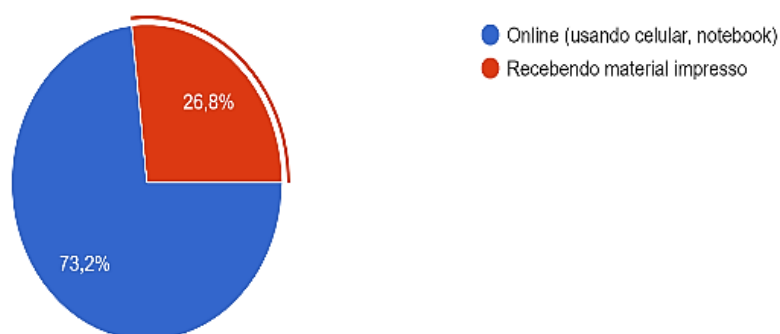
de ensino remoto. Outro dado importante investigado foi o perfil demográfico e socioeconômico das famílias. A seguir, serão destacadas algumas questões.

No que diz respeito à importância das atividades remotas nesse período de pandemia, 95,8% (429 respostas) consideraram relevantes as atividades, e 4,2% (19 respostas) não. Percebe-se que a maioria das famílias, mesmo diante das dificuldades do ensino remoto e do isolamento social obrigatório, acreditam nesse formato de ensino, defendendo a continuidade da aprendizagem dos estudantes. Já sobre a forma de acesso às aulas, 73,2% (328 respostas) afirmaram que os estudantes participam das atividades de modo on-line, usando celular ou notebook, e 26,8% (120 respostas) disseram que seus filhos/alunos recebem material impresso. Embora o percentual de participação on-line seja considerável, a maioria dos pais/responsáveis relataram haver escassez de recursos tecnológicos (computadores, smartphones ou tablets) e dificuldade no uso desses recursos.



6. Seu (sua) filho (a) participa das aulas remotas de que forma?

448 respostas

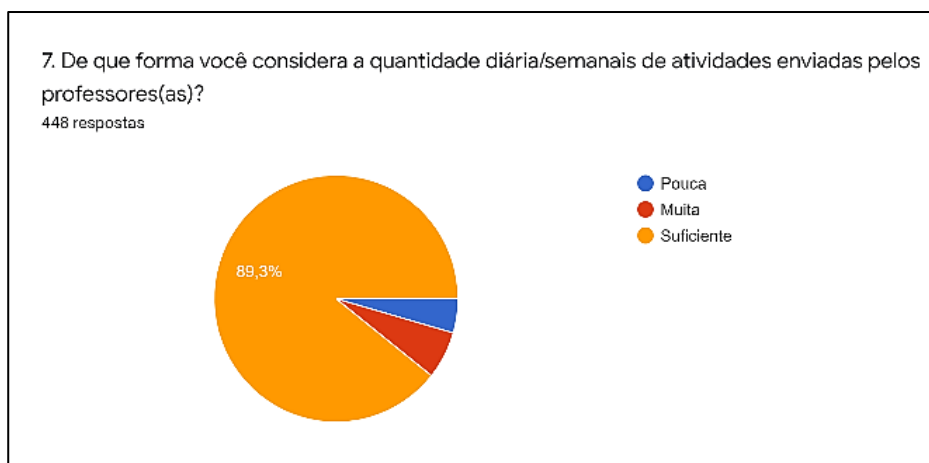


Os dados acima remetem, portanto, a um novo tipo de comportamento das famílias com relação ao processo educacional dos filhos/estudantes. Nota-se que, mesmo havendo dificuldades de acesso, há o envolvimento deste grupo nas aulas. Ferreira (2020) corrobora essa percepção. Segundo ele, é preciso considerar positivamente a participação efetiva dos pais/responsáveis na vida dos filhos. O cenário além de dar uma maior visibilidade às aulas não presenciais, promove algo que não tinha sido visto, a participação destes pais no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos. Muitos, enquanto acompanhavam as aulas remotas, acabaram assumindo responsabilidades de cunho pedagógico. Esta experiência foi crucial para as famílias resgatassem e até atribuíssem importância ao trabalho do professor.

Quanto à quantidade de atividades diárias/semanais enviadas pelos professores às turmas, 89, 3% (400 respostas) afirmaram ser suficientes, 6,3% (28 respostas) mencionaram que eram muitas atividades e 4,5% (20 respostas) que eram poucas. Sobre as dificuldades encontradas pelos pais/responsáveis para realizar/auxiliar as atividades escolares propostas, 54,5% (244 respostas) relataram não haver dificuldade, 32, 4% (145 respostas) mencionaram que apenas às vezes sentem dificuldade, e 13,2% (59 respostas) afirmaram que sentem dificuldade. Este é um dado preocupante, pois somando esses dois últimos percentuais, revela-se que para 45,6% (204 respostas) dos pais/responsáveis tem sido um desafio acompanhar as atividades escolares de seus filhos, como relataram duas mães participantes desta pesquisa:

A minha maior dificuldade é a falta de disponibilidade para acompanhá-lo nas atividades devido a minha carga horária de trabalho (Mãe X).

Sim porque faz tempo que estudei, eu tenho muita dificuldade, quando parei os estudos eu tinha 14 anos, agora estou com 33 (Mãe Y).



Nessas questões acima, a segunda chama mais atenção. Embora muitos pais tenham mencionado a pouca instrução escolar (*falta de conhecimento* usando os termos expressos por eles) como obstáculo para o acompanhamento na realização das atividades dos filhos, outras dificuldades também surgiram. Muitos relataram falta de paciência e dificuldade em conciliar as atividades de trabalho com a rotina de estudos dos filhos. Outros destacaram problemas com internet, falta de conexão, internet que falhava. Outra dificuldade enfrentada foi o material enviado pela escola, as vezes incompreensível. O suporte escolar também foi enfatizado. Alguns relataram que mesmo no ensino online, não havia diálogo com os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer uma reflexão sobre a pergunta norteadora desta pesquisa, que buscou compreender como as famílias da rede municipal de ensino de Bernardino Batista-PB estão lidando com o ensino remoto, percebe-se que a maioria das famílias está se adaptando ao ensino remoto, mesmo enfrentando muitas dificuldades. Também é importante frisar que muitas famílias têm procurado conciliar as tarefas domésticas e/ou trabalho formal com essa nova rotina imposta pela pandemia, além das questões socioemocionais que impactaram toda a sociedade.

Na pandemia, as redes de ensino precisaram reinventar seus processos de ensino e aprendizagem. No caso do município de Bernardino Batista – PB, algumas estratégias e intervenções tornaram-se necessárias para minimizar os prejuízos educacionais frutos desse período. No âmbito pedagógico, reconhecendo-se as limitações do ensino remoto, principalmente em face da deficiência dos recursos tecnológicos, implantou-se um projeto de reforço e recuperação para os estudantes em situação mais crítica de aprendizagem. O projeto consistia no atendimento presencial dos estudantes que não tinham acesso à internet e os com dificuldade no acompanhamento familiar nas tarefas escolares.

Além disso, também se reforçou o uso das mídias digitais para os alunos que tinham acesso às aulas online, através do uso de jogos, e outras interações. Quanto às famílias, as gestões das escolas buscaram mais aproximação e diálogo com elas. Foram feitas reuniões, visitas domiciliares e outras ações por meio do programa Busca Ativa Escolar. O intuito foi fortalecer o vínculo família e escola, enfatizando-se que todas as crianças e adolescentes tem o direito à educação. Após essas ações, conjuntamente, escolas e Secretaria de educação, passaram a elaborar o plano de retorno às atividades presenciais.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas Educação**, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Informática. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 73, de 6 de junho de 2013. Brasília, DF, 2013.

FERREIRA, Patrícia Tocha. Uma Realidade das Escolas Particulares Perante a Pandemia da COVID-19. **Revista Gestão & Tecnologia**, Goiânia, v. 1, n. 30, p. 38- 40, jan./jun. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19: crianças na pandemia covid-19. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19.** Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes/Fiocruz), 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. **Revista Thema**, v. 18, n. ESPECIAL, p. 136-155, 2020.

MORRISON, K. Educational philosophy and the challenge of complexity theory. *In*: MASON, Mark. **Complexity theory and the Philosophy of Education**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008. p. 15-31.

ŽIŽEK , Slavoj. Corona vírus é um golpe ao estilo Kill Bill no coração do capitalismo e pode levar a reinvenção do comunismo. *In*: AGAMBEN, Giorgio *et al.* **Sopa de Wuhan**. 2. ed. Rio de Janeiro: Siesta, 2020.

ZHU, N.; ZHANG, D.; WANG, W.; LI, X.; YANG, B.; SONG, J. A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. **N Engl J Med.**, 382 (8), p. 727-33. 2020, DOI: <https://doi.org/10.1056/NEJMoa2001017>.

REINSERÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR POR MEIO DE PROJETOS SOCIOEDUCACIONAIS

Antoniely Anália Pinheiro¹; Kalliety Saraiva Lacerda²; Elienêr Dantas de Amorim³



Projeto Esporte para Promoção Social, criado em 2018, como um dos desafios do SELO UNICEF: edição 2017-2020, que visa a Promoção do direito ao esporte seguro e inclusivo.

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.” (Jean Piaget)

¹ Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, e-mail: antonielyap@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e-mail: kallietylacerda@hotmail.com

³ Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e-mail: elienerdantas@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver mecanismos interventivos surgiu a partir dos altos índices de evasão escolar, crianças com dependências químicas de substâncias psicoativas e farmacológicas, níveis exorbitantes de abusos sexuais em um município de porte pequeno, e corriqueiras condicionalidades na educação frente ao programa de transferência de renda: Bolsa Família, relacionado ao fenômeno amplo em que está confinada toda problemática na sociedade. Porém, neste projeto, ganham destaque as crianças e adolescentes que estão sendo acompanhadas pela Secretaria de Educação em conjunto com o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Bom Jesus-PB, e Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSi do município de Cajazeiras-PB.

Embora os casos de dispersão de crianças e adolescentes aconteçam em diversos lugares, serão abordados aqui, predominantemente, os casos de hostilidade que acontecem expressivamente no interior das famílias em suas residências, sendo um quadro de confinamento “preponderante” ao ciclo de violação de direitos, rotina de vícios e, conseqüentemente, a manutenção do *status quo*, tornando-se muito difícil de ser entendido e trabalhado, já que envolve graus de parentesco, consanguinidade, sentimentos, dependência financeira e psicológica, agregados à falta de informação sobre seus direitos à liberdade e à igualdade.

Entre os mecanismos desenvolvidos, o Projeto Esporte para Promoção Social proporcionou novas formas de aprendizagem a partir da prática esportiva, aliado ao desenvolvimento psico-físico-social de Crianças e Adolescentes, por meio da prática de futebol de forma orientada e com acompanhamento técnico-social, pedagógico e inclusivo, inserido nas estratégias da Edição 2017-2020 do Selo Unicef, no sentido de garantir que todas as crianças e adolescentes nas idades de 04 a 17 anos estivessem matriculadas e frequentando a escola, como também tenham acesso às Políticas Públicas municipais de acordo com cada especificidade, monitoradas através do sistema da Plataforma BAE – Busca Ativa Escolar.

DESENVOLVIMENTO

As crianças e os adolescentes são submetidos corriqueiramente a inúmeras situações constrangedoras e humilhantes. No processo histórico de evolução da sociedade, a criança era

vista como um “animal de estimação”, que servia para distrair os adultos, sem direitos nem opiniões, pois não era permitido questionar as pessoas mais velhas. Algumas dessas vivências perpetuam até hoje em sociedade, porém, com muitas ressalvas, devido à evolução dos regulamentos legalistas que deram notoriedade a esse público minoritário, silenciado historicamente.

O contexto histórico sobre a situação da criança e do adolescente perpassa pelo Código de Menores até o advento da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2006a), Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006b) e as Normativas Internacionais das quais o Brasil é signatário. Em 1927, foi promulgado o primeiro documento legal para a população menor de 18 anos, redigido pelo Juiz Mello Mattos.

O código sintetiza leis e decretos, dando início à legislação sobre a infância nas primeiras décadas do nosso século, “as crianças não eram consideradas sujeitos de direitos”. O antigo paradigma, representado pela Situação Irregular, atuava sob o signo do tutelamento pelo Estado da criança e do adolescente, como diz o documento: essa era “uma forma de não direito”.

A tutela implicava em incapacitação do tutelado, que era visto como mero objeto de intervenção. Em 1959, as Nações Unidas aprovam a Declaração Universal dos Direitos das Crianças e, no ano de 1979, instaura-se uma grande campanha internacional que vai culminar, 10 anos depois, em 1989, na aprovação, pela Assembleia Geral da ONU, da Convenção sobre os Direitos das Crianças, um dos mais importantes tratados sobre os Direitos Humanos.

A Doutrina das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos da infância e da adolescência, consubstanciada pelos documentos internacionais, foi assimilada no ordenamento jurídico nacional. Esse processo consolidou o reconhecimento da criança e do jovem como sujeitos de direito, considerando que cada direito deste segmento deve ser garantido pela família, pela sociedade e pelo Estado.

O processo de redemocratização do Brasil culmina na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei 8.069 de 1990 (BRASIL, 1990). O Estatuto é considerado um documento de direitos humanos, concebidos a partir de debate de ideias e da participação de vários segmentos sociais envolvidos com a causa da infância no país. O ECA representa um marco histórico para a infância e para a adolescência brasileiras, ao substituir a

lógica da Situação Irregular, presente nos antigos Códigos de Menores, pela Doutrina da Proteção Integral (ROCCO, 2010).

O ECA (BRASIL, 1990) estabelece medidas de Proteção voltadas para situações em que os direitos de meninos e de meninas são ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, seja por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Ao enumerar direitos, estabelecer princípios e diretrizes da política de atendimento, definir competências e atribuições, e dispor sobre os procedimentos judiciais que envolvem crianças e adolescentes, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o ECA (BRASIL, 1990) instalaram um Sistema de Garantia de Direitos – SGD. Na esteira das mudanças, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS divulgaram juntos um documento denominado Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (BRASIL, 2006b). Esse Plano visa a formulação e a implementação de políticas públicas que possam assegurar a garantia das crianças e dos adolescentes à convivência familiar e comunitária, de forma integrada e articulada com os demais programas de governo.

Com o desenvolvimento do Projeto Esporte para Promoção Social, foi possível observar resultados significativos na formação do cidadão de maneira positiva, através de iniciativas e ações técnico-didático-pedagógicas voltadas ao equilíbrio dos processos de interação social cooperativa e competitiva, de forma consciente e reflexiva, proporcionando a inclusão social.

O esporte como mecanismo maior para desenvolvimento psico-físico-social da criança de maneira saudável, orientada e com acompanhamento técnico, vindo a realizar o intercâmbio social e a solidariedade, promovendo a aprendizagem em grupos e convivência comunitária, proporcionou oportunidade à participação em eventos esportivos e culturais, como torneios, campeonatos e desfiles cívicos, contribuindo para o interesse em participar do futebol como atividade alternativa ao uso de substâncias psicoativas como: drogas, álcool, tabagismo,

substâncias farmacológicas e ociosidade, estimulando a vida saudável e a prevenção às doenças, ao mesmo tempo que combate/diminui a evasão escolar, repetência escolar e fortalece os vínculos familiares, possibilitando um ponto de partida para uma possível ascensão social, transformando o meio em que estava inserido.

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pela UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com o apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), com o intuito de ajudar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Através da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm obtido dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e de meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, Administração, Conselho Tutelar e demais órgãos da rede Intersetorial dos Direitos da Criança e do Adolescente, fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada Órgão Gestor tem um papel específico, delimitando as ações a serem desenvolvidas pelos profissionais dos setores, que vão desde a identificação de uma criança ou adolescente fora do ambiente escolar ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento, interligando os diversos serviços públicos existentes no município que contribuam para matrícula e permanência no ambiente escolar.

CONCLUSÃO

Diante do projeto, tivemos a oportunidade de trabalhar em conjunto com as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos municipais dos direitos das crianças e dos adolescentes, Secretaria de Desenvolvimento Humano – SEDH, Sociedade Civil, 5ª Companhia de Trânsito de Cajazeiras-PB, Gestão municipal, tornando uma experiência ímpar para o município de Bom Jesus-PB. Os rendimentos obtidos com as ações, aprendizagens vivenciadas e compartilhadas contribuíram positivamente para a permanência do Projeto Esporte para Promoção Social, visando aprimoramento e ampliação para que possa atender 100% das escolas

do município, como também inserir meninas na prática esportiva, podendo ser notória com bases nas estatísticas da Plataforma Busca Ativa Escolar, coletadas após um ano de implantação, ocorrendo diminuição da evasão escolar e, conseqüentemente, uma Certificação por meio da Unicef, pelo município ter atingido/sobreposto a meta de rematrícula estabelecida pela UNICEF (META: 08; RESULTADO ALCANÇADO: 54).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei nº 8.069/90**. Estatuto da criança e do adolescente. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1990.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: CONANDA, 2006a.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Resolução n.1 de 13 de dezembro de 2006. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: CONANDA, 2006b.

MASELLA, Márcio; ROCCO, Cláudia. **Luta por reconhecimento crianças e adolescentes: um olhar sobre as políticas sociais**. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 11. São Paulo: PUC, 2013. Disponível em: <http://fce.edu.br/blog/luta-por-reconhecimento-criancas-e-adolescentes-um-olhar-sobre-as-politicas-sociais/>. Acesso em: 08 ago. 2018.

ROCCO, Cláudia. **Contribuições da Teoria do Amadurecimento de D. W. Winnicott para o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Privado de Liberdade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

UNICEF. **Guia Metodológico do Selo Unicef Edição 2017-2020**. Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/guias/guia-metodologico>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ESPERANÇA GERA ESPERANÇA: ALÉM DO CHÃO DA ESCOLA

Amadeu Santana de Oliveira;¹ Ronaldo Macêdo;² Telma Maria Santos de Araújo³



Fonte: Acervo da EMCAS. Alunos realizando atividades de Artes.

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.”

(Jean Piaget)

¹ Especialista em Supervisão Educacional pela Faculdade Integrada de Patos (FIP); E-mail: amadeuprofessor@yahoo.com.br

² Pós-graduado em Gestão e Coordenação escolar pela União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe; E-mail: ronaldomacedorn@yahoo.com.br

³ Especialista em Patrimônio histórico, cultura e Turismo (UFRN); E-mail: telmaprof2015@gmail.com

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, a humanidade se choca com algo desconhecido e, até então, despercebido por todos. O coronavírus (COVID-19) apresentou uma ameaça de contágio mundial em massa, afetando a todos em seus mais diversos campos, com graves consequências econômicas, políticas, sociais, como também no setor educacional. Mediante a gravidade da transmissibilidade, várias iniciativas foram tomadas para conter o avanço da doença em vários países, inclusive, com a paralização das aulas presenciais, deixando milhões de crianças e adolescentes fora da escola, ao ponto de as Instituições Educacionais fecharem suas portas.

A pandemia causada pelo novo coronavírus pode ser uma *experiência* boa ou ruim, da qual poderemos extrair muitas aprendizagens, desde que estejamos dispostos a determinar novas regras do “novo normal” dentro e fora da escola. Essa, sem dúvida, será uma experiência única para os que vivenciaram e conseguiram superar *as dificuldades e tristezas impostas pela pandemia, mostrando à humanidade a sua fragilidade física e a falta de investimentos no campo da ciência e dos recursos de mídia na educação*. Nosso futuro, bem como das próximas gerações, será impactado pelas transformações que formos capazes de operar a partir dessa *experiência*.

Diante das experiências vividas pelos profissionais da educação durante o isolamento social, constatou-se que a educação pública não habilitou esses profissionais para o enfrentamento tecnológico, dificultando ainda mais os efeitos da pandemia na aprendizagem de todos. O recriar, o fazer, o mostrar, começou de forma tímida, através das telas dos celulares, de forma amedrontada e desesperadora, principalmente para as famílias, que tiveram que se colocar no lugar dos professores.

De acordo com depoimentos coletados nos Ciclos Formativos, realizados pela SMECE/Cruzeta, pode-se observar que

[...] a maioria dos profissionais da Escola Municipal Ana Assis de Medeiros, bem como das demais instituições, tinham pouco ou nenhum contato com as novas tecnologias digitais. Com as aulas remotas, surgiram novos passos que não eram comuns nos encontros presenciais, como problemas de conexão e engajamento dos alunos às atividades remotas.

Para nós, coordenadores da EMAAM, é corriqueiro e frequente ouvir de alguns educadores os seguintes depoimentos: “Como é que liga esse negócio; eu tenho tanto do ódio

kkk; ninguém esperava por isso”; “fomos pegos de surpresa”; “a gente está fazendo o que pode”; “não fomos preparados para trabalhar com ferramentas digitais”.

Ficou evidente que as escolas sem aporte maior de apoio extra não possuem condições mínimas de enfrentamento das consequências que a desigualdade social, econômica, cultural e de renda das famílias impactaram na aprendizagem dos estudantes. Porém, devemos destacar o valioso esforço das instituições de ensino, dos profissionais da educação, das famílias e dos estudantes, num engajamento rumo ao “novo”, mantendo uma rotina em meio aos poucos recursos tecnológicos disponíveis.

Em meio a tantas incertezas e desafios, a educação teve que se reinventar e criar novas formas pedagógicas, para que o ensino e a aprendizagem chegassem até a casa dos nossos estudantes. Inúmeros programas, projetos, associações estão contribuindo para que o ensino não pare. Assim, foi possível amenizar os impactos negativos causados pelo distanciamento social e o fechamento das unidades escolares.

DESENVOLVIMENTO

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cônego Ambrósio Silva (anos finais), o Componente Curricular de Arte teve um papel primordial durante o grande surto da pandemia. Dentro das diversas modalidades artísticas, ganharam destaque as atividades relacionadas à Arte Urbana, que abrange diferentes formas de manifestações artísticas, como: pinturas, grafites, esculturas, estátuas vivas e demais apresentações realizadas em espaço público.

Associado ao que determinam a BNCC, as aulas de Artes foram além do chão da escola, aprofundando as aprendizagens e possibilitando aos estudantes maior autonomia nas experiências e vivências artísticas. Com o pensamento voltado para o mundo real e com a situação pandêmica, a professora de Arte, Telma Maria Santos de Araújo, idealizou em suas aulas temas que abrangessem o mundo artístico, voltados para a Esperança em tempo de Crise. Diante da atual conjuntura, a palavra “esperança” esteve mais presente nos discursos.

Em meio ao planejamento remoto, a professora ministrou o conteúdo Arte Urbana, trazendo como referência o profeta Gentileza (José Datrino), pregador urbano brasileiro, que por mais de vinte anos circulava pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, e artista da Arte Urbana, que usava apliques nas praças e viadutos, sendo sua maior obra a pintura de 56 murais do Viaduto Caju, que ele mantinha com mensagens sobre gentileza, amor, espiritualidade, natureza

e males. Diante da explanação, os alunos se interessaram em reproduzir arte/experiência de “Gentileza” para o nosso município, uma vez que a pandemia se alastrava pela cidade e a comunidade precisava ser mais gentil em cumprir as regras de isolamento e acreditar no amor e na gentileza entre as pessoas da comunidade.

Assim, um miniprojeto foi montado através do tema “Esperança gera Esperança”, tendo como objetivo principal despertar nos estudantes, na família e na comunidade que a Esperança nos fortalece diante das dificuldades. Foi direcionada uma pesquisa a partir do tema “Arte Urbana” e sobre a vida do “Profeta Gentileza”. Em seguida, foi solicitada a confecção de cartazes, analisando as situações das linguagens expressas nas artes visuais e que fossem fixados nas paredes dos prédios, nos postes e na própria casa. O trabalho foi de uma tamanha valorização, onde pais, gestores, funcionários e secretárias da escola também se envolveram, criando um cenário artístico jamais visto pelos passantes. Fotos foram tiradas e filmagens foram realizadas para, posteriormente, serem publicadas no Facebook da escola.

As produções aconteceram também por estudantes que residem na zona rural, estudantes com deficiências, de forma que as divulgações e a circulação da experiência não tiveram limites, tudo fluiu além do planejamento. Uma experiência vista não só pela escola, mas por toda a comunidade no período de isolamento e, ao mesmo tempo, de conhecimento e de aprendizagem.

Para Perrenoud (1999), “propor uma construção curricular formada por habilidades e competências ‘como ponto de partida para a atuação pedagógica do professor’ requer ações que visam articular a realidade sócio contextual do educando com as atividades propostas.” Assim, a referida experiência dentro do miniprojeto, “Esperança gera Esperança”, fez-se obter ferramentas para gradativa promoção de uma aprendizagem significativa, que colocou o aluno na posição de protagonista do seu processo de construção do conhecimento.

Mediante os primeiros impactos causados pela pandemia, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) do município de Cruzeta – RN, preocupou-se em planejar estratégias de ensino a distância, de forma a manter o vínculo com estudantes e suas famílias. Por não ter um sistema de ensino próprio, o município seguiu os protocolos sanitários e Decretos Estaduais, regulamentando o ensino a distância, com flexibilização do calendário escolar de forma não presencial. Dessa forma, foi possível concluir o ano letivo de 2020 em

abril de 2021, ainda que com grandes desafios na modalidade remota por parte dos estudantes e familiares, até mesmo com um número expressivo de evadidos das salas virtuais.

A busca ativa foi determinante para o retorno dessa clientela, como também a disponibilidade de alguns profissionais da educação na realização de visitas domiciliares na oferta de afetividade, materiais impressos, drive thru nas escolas, reuniões virtuais com as famílias, dentre outras atividades de menor impacto. Dentre as atividades citadas, o CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Joaquim Lopes Pequeno travou uma batalha estimulante e criativa, tendo em vista que nesta modalidade de ensino ocorrem grandes dificuldades de aprendizagens mediante o ensino remoto e resistência por parte de alguns familiares. A equipe pedagógica elaborou um guia para as famílias com o objetivo de mostrar como elas podem agir com as crianças nesse período de pandemia e de isolamento social. O planejamento dos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento era planejado quinzenalmente, juntamente com as gravações das experiências, as quais eram compartilhadas via grupo de WhatsApp para as famílias. Registrava-se a experiência, o material utilizado, a metodologia (ensinada no vídeo) e os objetivos.

O guia continha orientações sobre a Covid-19 e formas de prevenção, como também sugestões de atividades a serem desenvolvidas com as crianças, tais como: contação de histórias; brincadeiras diversas (tradicionais, circuitos motores, jogos, brinquedos); construção de brinquedos; brincadeiras de faz de conta; brincadeiras com músicas e danças; experiências com artes visuais: desenhos, pinturas, recorte, colagem; modelagens; contato com elementos da natureza (terra, água, folhas, pedras, entre outros).

A Gestão do Centro Municipal de Educação Infantil Joaquim Lopes Pequeno encerrou o ano letivo de 2020 com um Drive Thru: “Chuva de saudade #eu vou”, com entrega de lancheiras.

Enquanto isso, a SMECE especificou alguns objetivos para identificar as estratégias utilizadas pelas escolas para a oferta do ensino a distância e discutir os impactos sobre as metodologias ativas utilizadas pelos professores, como também facilitar o acesso da grande maioria à educação.

Outro ponto importante foi a formação dos profissionais da educação, principalmente dos professores, nesse novo fazer pedagógico, contando com a presença dos coordenadores pedagógicos das escolas, que foram fundamentais para a criação de estratégias ligadas às

tecnologias educacionais e apoio às atividades remotas. As “competências socioemocionais” foram de grande relevância para a formação escolar, tendo em vista a fragilidade em que se encontram os profissionais da educação, estudantes e seus familiares. Uma grande rede de solidariedade foi proporcionada para preparar um possível retorno presencial e envolver de forma segura a comunidade no chão da escola.

CONCLUSÃO

Com a queda dos casos da Covid-19 no Estado do Rio Grande do Norte e no município de Cruzeta, a partir do mês de julho, foi possível retornar as aulas presenciais através do ensino híbrido, em forma de rodízio e sala de aula invertida, com 50% dos estudantes. As equipes gestoras elaboraram os Planos de Retorno dentro dos protocolos sanitários e pedagógicos, levando em consideração o retorno gradual e efetivo dos funcionários e estudantes, de forma a minimizar as lacunas existentes no ensino e no aprendizado dos envolvidos nesse processo.

Por fim, enquanto não há uma previsão para que a situação envolvendo a atual pandemia de coronavírus seja resolvida, os tempos atuais podem ser proveitosos. Trata-se de uma oportunidade para desacelerar e rever conceitos e, inclusive, a forma como dar aulas. Por isto, é importante que haja a consciência de alguns aspectos específicos e inovadores para se voltar ao Novo Normal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana** – Arte Visual. Editora Paz/Terra, 1997.

CRUZETA. **Documento Curricular do Centro Municipal de Educação Infantil Joaquim Lopes Pequeno**. Cruzeta, RN: SEMEC, 2020

INSTITUTO AIRTON SENNA. **Volta ao Novo**. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br>. Acesso em: 02 set. 2021.

PERRENOUD. P. **Construir As Competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RIO GRANDE DO NORTE. **Documento Curricular do Rio Grande do Norte Educação Infantil**. Natal, RN: CONSED/UNDIME, 2018.

O ENSINO E A APRENDENDIZAGEM NO CONTEXTO DA PANDEMIA: MEDOS, DESAFIOS E SUPERAÇÃO

Francisca Lindimar da Silva Andrade¹; Francisco Danilo Duarte Barbosa²



“Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!” (Paulo Freire)

¹ Especialista em Coordenação Pedagógica, UFPB, e-mail: lindimar_lindy@hotmail.com.

² Mestre em Educação, Absoulute Christiam University, e-mail: fdanilo_barbosa@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O processo de ensino e aprendizagem é sempre um tema muito discutido. Muitos são os desafios que se apresentam nesse processo e a pandemia da covid-19 tornou evidente algumas fragilidades da escola, escancarando as situações de vulnerabilidade às quais as crianças e adolescentes estão expostos. Nesse contexto, fez-se necessário ressignificar o ensino, aprender sobre novas metodologias e o processo de ensino e aprendizagem precisou ultrapassar as paredes da sala de aula. A experiência a ser apresentada com o ensino remoto, apesar de todos os desafios enfrentados, comprova que é possível sim aprender nesse contexto tão adverso. Os resultados exitosos devem-se ao empenho de cada professor, de cada gestor envolvido na tarefa de educar, bem como ao papel fundamental da família no processo de mediação das aulas remotas e das atividades propostas. Nesse sentido, ressalta-se a importância de manter o vínculo aluno-professor-escola, pois sem essa parceria a tarefa de educar em tempos de pandemia seria muito mais árdua.

DESENVOLVIMENTO

Em meados de março de 2020, o cenário mundial se descortinou acinzentado e dias de turbulências se aproximavam: perdas irreparáveis, pavor, tristeza, incertezas e a humanidade perdida sem saber por onde caminhar. A Covid-19 chegou mudando o rumo da história, ceifando vidas, cerceando a liberdade, fazendo prevalecer o medo, afastando as pessoas e fechando portas. A pandemia forçava alterações significativas na educação, tendo em vista a necessidade do distanciamento social.

Diante de tal cenário, de repente, as escolas em todo o mundo precisaram paralisar suas atividades. E agora, o que faremos? Quais os próximos passos? Onde e como estão nossas crianças, jovens e suas famílias? E os professores? Como as instituições educacionais vão proceder? Foram tantas indagações, interrogações, num momento em que toda e qualquer decisão precisava ser cuidadosamente pensada e se fazia necessário agir rápido. O dia seguinte era incerto, as decisões a serem tomadas, muitas vezes, estavam atreladas ao boletim epidemiológico divulgado pelas autoridades de saúde e pelos decretos com medidas de restrição. O mundo parou, mas a educação, em sua essência carregada de vida, força e resistência, assim como uma fênix, se reerguia e começava a se mobilizar. As instituições e seus profissionais, de mãos dadas, começavam a pensar em estratégias, faziam e refaziam

planos. Como trabalhar à distância com educação básica? E o ensino remoto se apresentava como estratégia mais viável, descortinando também muitas situações de vulnerabilidade social e econômica de nossos estudantes. No momento em que as escolas pensavam em seus planos de atendimento iam surgindo as dificuldades. Como atender todos os estudantes com condições de vida tão desiguais?

As salas de aulas, agora sem paredes e sem o eco retumbante dos estudantes nos corredores, ganhavam dimensões atemporais e espaços distintos. Um cantinho apertado na mesa da cozinha, na sala, no quarto, embaixo de uma árvore, num alpendre, entre outros, foram esses espaços que agora assumiam o formato de sala de aula. Grande parte dos estudantes sem acesso à internet, outros com acesso limitado, ruim, com equipamentos sem qualidade, tornando quase impossível a oferta de um ensino de qualidade para todos.

E os docentes, muitos foram tomados pelo medo, ansiedade, angústia, preocupações, mas como grandes e bons guerreiros foram à luta, se reinventaram e entenderam que, naquele momento, precisavam aprender novas maneiras para enfrentar os desafios que se apresentavam. E precisaram aprender a lidar com alguns recursos tecnológicos, o celular passou a ser ferramenta de trabalho mais utilizada. E se transformaram em “youtubers”, foram gravar aulas, preparar apostilas para serem impressas, foram aprender a utilizar Google Meet, Zoom, YouTube. O WhatsApp tornou-se grande aliado.

As primeiras reuniões através do Google Meet foram um verdadeiro “deus nos acuda”: microfones todos ligados, alguns procurando a câmera para ligar/desligar, a instabilidade da internet atrapalhando, o ambiente de onde estavam participando, muitas vezes, compartilhado com familiares. Mas, com o tempo, foram aprendendo, o que tornou o processo mais viável para estreitar o distanciamento e planejar coletivamente as ações a serem desenvolvidas.

E as famílias precisavam participar desses momentos, porque sob elas agora pesava a grande responsabilidade de estar mais junto dos filhos no processo de ensino. Para as que tinham acesso à internet, a comunicação acontecia através de redes sociais, e as que não tinham, eram feitas ligações telefônicas, quando não se tinha êxito a comunicação era feita através de favores de pessoas próximas, vizinhos, parentes etc.

Foram agendadas as primeiras reuniões de pais pelo Google Meet e o “deus nos acuda” não foi diferente das reuniões de professores! Estavam todos aflitos, aprendendo a lidar com uma nova ferramenta para se comunicar. Antes da primeira reunião, fez-se necessário ensinar

às famílias a fazerem e-mails e a baixarem o aplicativo, essas instruções foram gravadas em vídeos e disponibilizadas nos grupos de alunos. E foram dominando a tecnologia e as reuniões seguintes foram bem mais proveitosas, as escolas estavam mais próximas das famílias e dos estudantes. Para as famílias que não tinham acesso à internet, eram feitos agendamentos presenciais nas próprias escolas, obedecendo os protocolos sanitários.

Sanadas as primeiras dificuldades, de como chegar até os alunos e às famílias, voltava à tona as maiores preocupações: os prejuízos irreparáveis no processo de aprendizagem dos estudantes. Será que estão aprendendo? Como identificar o que eles estão aprendendo?

O monitoramento cuidadoso da realização das atividades sinalizava que muitos estudantes não estavam realizando as atividades planejadas pelos professores, não estavam fazendo devolutivas de acordo com o cronograma estipulado. Outra preocupação que surgia: o que está acontecendo com esses estudantes? Onde e como estão? E mais uma vez as ações das escolas municipais faziam a diferença na vida de crianças e adolescentes. A busca ativa tornou-se iniciativa de sucesso. Professores e gestores, conforme calendário elaborado, iam até a casa dos estudantes que não estavam participando e se deparavam com muitas situações de vulnerabilidade. Dialogando com as famílias e estudantes, mostrando a importância da participação deles e fazendo a entrega das atividades para os alunos, as escolas buscavam minimizar os prejuízos em relação à aprendizagem que esses estudantes estavam tendo.



Além dessas iniciativas, continuavam ainda as inquietações da Secretaria de Educação quanto à aprendizagem dos alunos e surgiu a ideia do *Projeto Escola e família: aprendendo e ensinando juntas no contexto da pandemia da covid-19*, cujo objetivo principal era inserir a família no processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo sua importante participação na vida escolar das crianças e adolescentes. Foi desenvolvido em todas as escolas da rede municipal de ensino do município de Lastro –PB, no período de maio a junho do ano letivo de 2021, e contou com o envolvimento e a participação ativa de toda a comunidade escolar, estudantes e suas famílias participando ativamente das atividades que foram desenvolvidas. Foram dias de muito trabalho, estresse, preocupação, mas também de muito companheirismo, compromisso, entusiasmo e alegria de todos os envolvidos.

Contamos com parcerias que foram fundamentais para a concretização do sonho que estava se materializando, como o IFRN (Campus de Ipanguaçu), IFPB (Campus Sousa), do professor Marcelo Lemos (UERN - Polo de Marcelino Vieira), CREAS – Polo de Santa Cruz-PB, CRAS, Conselho Tutelar, escolas e famílias. Na culminância do projeto, foi realizada a I

Semana Cultural on-line de educação do município. E o resultado foi muito mais exitoso do que se esperava, surpreendente e rico de aprendizagens.

As ações desenvolvidas durante a execução do projeto contaram com o envolvimento das escolas, dos estudantes e de suas famílias. Foram realizadas palestras on-line, através de lives sobre as temáticas escolhidas, oficinas didáticas mediadas pelos professores e desenvolvidas pelos estudantes e seus familiares. Foram feitas gravações de vídeos pelos alunos sobre os temas estudados e os professores continuaram dando suporte e orientações pelo Google Meet, WhatsApp e atividades impressas entregues aos alunos. As redes sociais das escolas também foram muito movimentadas, utilizadas para apresentação/divulgação das atividades desenvolvidas e no engajamento dos estudantes e seus familiares.

A alegria foi incomensurável ao ver os vídeos gravados pelas famílias, registrando os estudantes desenvolvendo as atividades propostas pelos professores e assumindo seu protagonismo no processo de aprendizagem. Além de poder comprovar que juntos podemos muito e que o exercício da docência também exige alegria e esperança, como nos afirma Freire (1996, p. 80):

A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana.

E é pela esperança de que esses dias difíceis passarão, acreditando no compromisso e no potencial de cada pessoa envolvida nesse processo de ensinar e de aprender, que o trabalho continua, que o medo dá lugar à coragem, que as dificuldades vão sendo superadas com êxito. E tudo isso se torna aprendizado. O fato é que o ensinar e o aprender foram ressignificados. E os protagonistas deste cenário continuam nos surpreendendo e nos ensinando a cada dia: nossas crianças e adolescentes, a quem dedicamos todo nosso esforço, nossa atenção, nosso afeto e com quem reafirmamos o compromisso de garantir-lhes educação de qualidade.

CONCLUSÕES

Extasiados de satisfação, com a consciência tranquila de que se está trilhando o caminho certo e de que o dever está sendo cumprido, cabe enfatizar, mais uma vez, que nesse período de pandemia e isolamento a parceria escola e família tem sido fundamental, o que tem

possibilitado o acesso dos estudantes às atividades escolares e o enfrentamento das dificuldades encontradas no desenvolvimento do ensino remoto, evidenciando que, apesar dos prejuízos causados à aprendizagem, é possível sim propiciar momentos de aprendizagens significativas às nossas crianças e adolescentes, garantindo o que lhes é direito: educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LASTRO. **Projeto: Escola e família:** aprendendo e ensinando juntas no contexto da pandemia da covid-19. Lastro, PB: Secretaria Municipal de Educação, 2021.

MONTE HOREBE CIDADE EDUCADORA: A EDUCAÇÃO NA TRILHA DA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES EDUCADORAS

Edna Eustaquio de Oliveira Bandeira ¹; Marcia Maria Nogueira ²; Daniel Dias de Almeida³



**Para aprender com a cidade, precisamos ler o mundo.
(Paulo Freire)**

¹ Mestre em Educação, SME Monte Horebe/PB, e-mail: ednaeustaquio63@gmail.com

² Especialista em Educação, SME Monte Horebe/PB, e-mail: marciacoordenadora@hotmail.com

³ Especialista em Educação, SME Monte Horebe/PB, e-mail: nielkja@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado relata algumas das experiências vivenciadas pelos profissionais da educação no município de Monte Horebe – PB com vistas à construção de uma cidade educadora.

Na trilha dessa constituição, o município de Monte Horebe – PB abraçou como proposta de suas ações o fortalecimento das políticas públicas dentro de um panorama intersetorial, junto a todas as secretarias municipais, tendo como princípio propulsor a filosofia e metodologia das CIDADES EDUCADORAS. Nesse contexto, todas as ações e propostas perpassam pelo *Projeto Monte Horebe: Cidade Educadora*,

[...] buscando na relação intersetorial aceitar as contradições existentes e propor processos de construção de conhecimento, diálogo e participação como o caminho adequado à coexistência na e com a incerteza que privilegia a procura da segurança que se exprime muitas vezes como a negação e uma desconfiança mútua, que precisamos superar, e assim realizar ações concretas em educação integral através de possibilitar a existência de territórios educativos. (BANDEIRA, et al. 2021, p. 61).

Portanto, com uma visão macro e micro das relações que se inter-relacionam e se reconstroem entre si dentro de um espaço-tempo de território educativo, o qual a escola tem em sua função os aspectos sociais da sociedade a qual está inserida, o projeto educativo de cidade educadora tornou-se pauta em todas as ações educativas vivenciadas dentro e fora da escola, articulando-se nos diferentes setores da sociedade com vistas a multiplicar as oportunidades educativas para todos os educandos que dela fazem parte: educação, saúde, cultura, esporte, assistência social, em contribuição ao desenvolvimento de uma Cidade Educadora.

O *Projeto Monte Horebe: Cidade Educadora* permite que tanto as escolas públicas, como outros setores da sociedade civil e organizada, através de seus profissionais, sensibilizem, motivem e orientem os educandos e seus familiares durante as atividades pedagógicas, envolvendo os objetos de conhecimentos, utilizando-se de conhecimentos empíricos e transformando-os em científicos, através de práticas educativas, como: círculos de aprendizagens, rodas de conversas, bate-papos entre educandos e seus familiares voltados à história do lugar em que vive e à própria história de vida, participando de diferentes ações,

construindo um novo olhar sobre as cidades educadoras, compreendendo que todos os espaços da cidade são espaços educativos.

A grande importância desta articulação família-escola, dentro do projeto Cidade Educadora, que tem como “carro-chefe” a Educação, é a possibilidade de fazer com que a cidade possa oferecer aos familiares e, conseqüentemente, aos cidadãos, a formação que lhes permita acompanhar e contribuir com o crescimento de seus filhos, educandos das escolas públicas do sistema municipal de ensino, e também utilizar os espaços da cidade de forma respeitosa e envolvimento mútuo. (GADOTTI, 2006).

Assim, a implementação de territórios educativos através da escola, em prol da construção de uma cidade educadora, indica que o território é criado pelas pessoas que nele fazem parte e, portanto, podem adir a cidade, reconhecendo seu papel transformador e entendendo os diversos territórios como espaços de aprendizado que multiplicam as oportunidades educativas para todas as idades e articulam diferentes setores. (SINGER, 2015).

DESENVOLVIMENTO

A Secretaria Municipal de Educação, ao tomar ciência do *Projeto Monte Horebe: Cidade Educadora*, buscou realizar reuniões para discussões e implementação de ideários de ações educacionais para a sua rede de ensino, pautadas na objetividade de construção de territórios educativos que ultrapassem os limites da própria escola, para além de seus muros, de forma a inserir os anseios e envolver a comunidade escolar em suas práticas educativas. A Carta de Barcelona preceitua que se torna “Cidade educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar”. (CARTA DE BARCELONA, 1990).

Para essa realidade, seria necessária a formação continuada em serviço para todos os profissionais de educação em parceria com as demais secretarias municipais: Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte, entre outras, ao longo dos anos 2017 – 2021, período de intensivo planejamento e de ações em prol do projeto, numa construção de relações dialógicas sobre as contribuições da educação e demais setores para a efetivação de cidade educadora. As ações desenvolvidas de forma intersetorial objetivam fortalecer as políticas públicas em prol das crianças e adolescentes, com destaque na adesão e conquista do Selo Unicef – Edição 2017-2020, com instrumentalização de metodologias que têm como foco o

protagonismo juvenil e a melhoria da qualidade de vida da população. Essa conquista reconhece os avanços reais e positivos na promoção, na realização e na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Faz-se relevante destacar que, numa construção de cidade educadora, a Educação deve estar permeada de perspectiva inclusiva e ser reconhecida como direito incondicional a todos, pois todas as ações expressadas e vivenciadas dentro do espaço escolar podem e devem se imbricar com os saberes do território em que estão inseridas. Muito mais que paredes, a escola é feita de pessoas, de sujeitos que pensam, sonham e se expressam em seus variados modos e discursos. Assim, através da organização de planos estratégicos de ação, são vivenciadas práticas articuladas entre os profissionais da educação e demais setores da sociedade, dentro e fora do espaço escolar, em respostas aos anseios da comunidade.

É importante entender que:

Sair da escola não significa simplesmente aprender os conteúdos curriculares em outro lugar, com uma aparência mais atrativa e moderna – significa ir além e abrir possibilidades concretas para que os assuntos que interessam às crianças e aos jovens e aqueles assuntos que preocupam a comunidade sejam objeto do trabalho sistemático da escola. (BRASIL/MEC, 2009, p. 47).

Dessa forma, ao promover experiência de aprendizagens fora de seu chão, de seu ambiente escolar, a escola busca tornar-se presente em outros espaços de formação, deixando de ser “lecionadora para ser cada vez mais gestora da informação generalizada, construtora e reconstrutora de saberes e conhecimentos socialmente significativos.” (GADOTTI, 2006, p. 138).

É dessa forma que o município de Monte Horebe – PB, através da Secretaria Municipal de Educação, caminha na trilha da construção de cidade educadora, fazendo com que a escola, urbana e do campo, cumpram com o papel de articulação, dirigente e agregadora de sujeitos, tornando-os pensantes e ativos, construindo parcerias com organizações e outras instituições e participando de movimentos em prol da educação, na construção de cidade educadora. (GADOTTI, 2006).

Portanto, vislumbra-se a educação na perspectiva de que

[...] o sistema escolar deve ser aberto, deve perder seu monopólio educativo em favor de uma educação nova, a educação permanente, que abarque todo o

processo educativo do homem em toda a sua vida, como projeto de se fazer, através da aprendizagem contínua e em todo lugar. (SANTOS, 2010, p. 35).

Dentro dessa lide, a educação de Monte Horebe – PB busca constantemente planejar estratégias de ação utilizando-se dos variados projetos internos, com destaque na vivência do *Projeto Monte Horebe: Princípios da Cidade Educadora*, realizado na EMEIF José Dias Guarita, no ano letivo 2019, com as turmas do Fundamental Anos Finais (6º ao 9º Ano), o qual teve sua culminância durante a realização da Semana de Arte e Cultura da Cidade Educadora – SACCED. Nesse contexto de estudos, pesquisas, observações, debates contínuos com os alunos durante o segundo semestre do Ano Letivo 2019, várias etapas de construção, dentre elas: levantamento dos conhecimentos prévios e interesses sobre o tema; pesquisa sobre o tema; entrevistas; atividades e oficinas; estudos de campo; visitas pedagógicas; exposição dos trabalhos realizados e apresentados pelos alunos junto à comunidade escolar e local. Assim, procurou-se observar e demonstrar as potencialidades educativas, incorporando no seu Projeto Político os princípios de uma “Cidade Educadora”. (EMEIF JDG, 2019).

CONCLUSÕES

A disseminação da ideia de que a Educação é tarefa de todos e todas exige a mobilização de todos os setores. Contudo, a sensibilização e a motivação para a realização de ações intersetoriais se tornam uma política, a partir das reais necessidades que são postas, e potencializam a prática educativa que envolve um conjunto de mediações articuladas precisas que estão dando bons resultados.

Os resultados obtidos a partir dessa trilha de construção de Monte Horebe – Cidade Educadora revelam-se no aumento da participação dos munícipes, educandos ou pessoas das diferentes comunidades do território horebense, nas ações, nos eventos e nas reuniões realizadas pela Secretaria Municipal de Educação ou de outros setores da edilidade municipal, a exemplo do Orçamento Democrático Municipal, por ser um instrumento de participação nas decisões administrativas orçamentárias.

Alude afirmar que o *Projeto Monte Horebe: Cidade Educadora* tem objetividade de construir espaços democráticos de aprendizagens por todo o território municipal, através do envolvimento das pessoas que nela vivem, promovendo e provocando a participação ativa e

mobilizadora através das escolas públicas do Sistema Municipal.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Edna Eustaquio de Oliveira *et. al.* A Educação em ação e as Interfaces de um Projeto para uma Cidade Educadora: Monte Horebe/PB na perspectiva de uma nova sociedade. *In:* GUILHERME, W. D.; AUGUSTO, D. L. L. MELLO, R. G. (orgs.). **Educação em foco:** História, política e cultura da educação no Brasil, v. 1, Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021. p. 58-68.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral:** texto referência para o debate nacional. Brasília, DF: Mec, Secad, 2009.

CARTA DE BARCELONA. **Rede Brasileira de Cidades Educadoras**, 1990.
Disponível em: <http://cidadeseducadoras.org.br/wp-content/uploads/2016/06/carta-cidades-educadorasbarcelona.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

EMEIF JDG, EMEIF JOSÉ DIAS GUARITA. **Projeto Monte Horebe:** Princípios da Cidade Educadora, Monte Horebe/PB, 2019.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, Moacir. A Escola na Cidade que Educa. **Cadernos Cenpec**, n. 1, 2006.
Disponível em:
<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160/189>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, T. L. A. **Inovações e desafios do Programa Bairro Escola de Nova Iguaçu**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SINGER, Helena. **Territórios Educativos:** Experiência em Diálogo com o Bairro-escola. v. 1, São Paulo: Moderna, 2015.

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ NUNES DE FIGUEIREDO: 40 ANOS MOVENDO SONHOS E TRANSFORMANDO REALIDADES

Kiarelly Cícero Martins da Nóbrega¹, Hellen Angeline dos Santos Silva²,
Lívia de Araújo Costa³, Rossana de Azevedo Martins Nóbrega⁴



**“Desde 1980 fazendo parte da história a EMJONF é de todas a riqueza conhecimento lapidado como jóia”.
(Hino da Escola Municipal José Nunes de Figueiredo)**

1 Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdades Sociais pela UFRN; E-mail: kiarely.martins@hotmail.com

2 Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto IBRA; E-mail: hellenob2@gmail.com

3 Graduada em Pedagogia pela UVA; E-mail: livinha_araujo1000@hotmail.com

4 Doutora em Ciências da Educação pela Deni Creator Cristian University Florida USA; E-mail: rossanaemjonf2@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre acerca do trabalho desenvolvido na Escola Municipal José Nunes de Figueiredo, localizada em Ouro Branco – RN, no decorrer de quatro décadas de existência, a execução dessa vivência, os conteúdos trabalhados em sala de aula, pois a escola em sua atuação assume um compromisso social, integrador e transformador do sujeito. Desse modo, tendo em vista uma maior interação com a comunidade escolar e com o município, a escola buscou enriquecer as práticas pedagógicas e os elos de afetos entre todos os participantes, incentivando o pertencimento e a responsabilidade com o patrimônio material e imaterial vinculados à instituição.

DESENVOLVIMENTO

No ano de 2019, a Escola Municipal José Nunes de Figueiredo (EMJONF), de Ensino Fundamental I e II, comemorou seus 40 anos de fundação. Ao parar para analisar as contribuições que uma instituição de ensino deixa para a comunidade local, bem como os frutos que ela oferece à sociedade, de maneira geral, tem-se a compreensão de que a instituição deixa de ser apenas o espaço físico, de formação educacional, e assume o papel delineante de vivência futura dos alunos a ela vinculados.

Na década de 70, a educação no município de Ouro Branco, Rio Grande do Norte, era ofertada apenas até o Ensino Fundamental, uma vez que concluída essa etapa de ensino os alunos que não tinham condições de estudar em outras cidades eram obrigados a abandonar seus estudos sem concluir o segundo grau. Mesmo assim, para os que tinham a oportunidade de frequentar em outras cidades, as dificuldades eram enormes. Nesse período, o acesso às cidades próximas, como, por exemplo, Jardim do Seridó, cidade que acolhia a maioria dos alunos, era péssimo, com estradas de barro que agravavam ainda mais a situação no período das chuvas, pois era necessário a travessia do rio Serrote. Desse modo, qualquer transporte que conduzisse os alunos a essa cidade ficava à beira do rio e estes tinham que seguir a viagem a pé.

O prestígio social dos indivíduos decorria ao mesmo tempo de sua origem na sociedade e de sua posição no interior da família. Suas perspectivas de ação e promoção dependiam fundamentalmente de seu nascimento, sua origem. (PRADO, 1983, p. 67).

Observando o contexto que os filhos de Ouro Branco vivenciaram ao longo de tantos anos, o prefeito da época reuniu um grupo de professores municipais e apresentou a proposta de criação de uma escola de segundo grau para o município. A reunião aconteceu no dia 30 de novembro de 1979, data de fundação da referida instituição, quando foram encaminhadas as documentações necessárias à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, que autorizou o funcionamento e a implantação do curso, conforme ofício enviado no dia 22 de janeiro de 1980. A partir de então, a escola passou a atender aos ourobranquenses e prestar seus serviços educacionais.

Nesse sentido é interessante que a escola na parceria com a família mostre a importância de aprendizagem dos conhecimentos do mundo pela criança para que, mesmo os pais que por várias situações de vida tiveram a oportunidade de estudar, tenham a visão da importância que os estudos podem fazer por seus filhos, até para interromper muitas vezes um círculo vicioso, o qual afasta a criança da escola e perpetua o analfabetismo no nosso país. (PANZA, 2011, p. 34).

Como patrono da instituição, foi escolhido o senhor José Nunes de Figueiredo, comerciante local na década de 40, que muito contribuiu para o desenvolvimento do município.

Em 2018, a gestão da referida instituição, em consonância com toda a comunidade escolar, apresentou um projeto de leitura visando a comemoração dos 40 anos da escola, previsto para ser desenvolvido durante o ano de 2019, culminando na data de aniversário. Desse modo, após o lançamento em ato solene, em 21 de dezembro de 2018, foi divulgado o projeto de comemoração do aniversário da instituição intitulado: *Escola Municipal José Nunes de Figueiredo: 40 anos movendo sonhos e transformando realidades*.

Iniciando o ano letivo de 2019, teve também a partida nos trabalhos de vivência do projeto, uma vez que cada série ficou responsável pelo desenvolvimento de uma temática relacionada, ficando assim distribuído: turmas de 1º ano: Sementes do amanhã, onde se trabalhou a visão de futuro dos educandos; 2º ano: Quem somos! Filosofia de vida da escola; 3º ano: Festividades da escola; 4º ano: Ex-diretores e atual gestão; 5º ano: Os frutos dessa história desde a primeira turma aos dias atuais; 6º ano: Ex-professores e funcionários; 7º ano: A história da fundação; 8º ano: O patrono; 9º ano: Memorial de Gestão.

Com o trabalho direcionado, todas as ações, festividades e projetos da escola eram voltados à comemoração do seu Jubileu de Esmeralda, gerando, assim, uma motivação constante, tanto na comunidade escolar quanto na família e na cidade de maneira geral.

Durante todo esse tempo foi desenvolvido um trabalho de resgate e organização documental da escola, sendo criada a sala de arquivos, devidamente catalogada e organizada para uma melhor sistemática de trabalho. Foi feito o levantamento de todos os professores e funcionários que trabalharam na escola, bem como o número de alunos ao longo das quatro décadas.

Segundo Vidal (2005, p. 71),

Aos arquivos escolares tem emergido nos últimos dez anos como temática recorrente no campo da história da educação. Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vem mobilizando investigadores da área, renovando as práticas de pesquisas e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico.

Desse modo, após um ano de motivação e de articulação do trabalho, tanto na escola quanto na comunidade, pelos meios de comunicação de massa, Facebook, Instagram, WhatsApp, programas de rádio e serviço de som da igreja local, foi lançada a programação para o Jubileu de Esmeralda da instituição, no período de 28 de novembro de 2019 a 12 de dezembro do corrente ano.

Nesse processo de pesquisa e de mergulho na história local, era preciso conhecer e resgatar a vida de José Nunes de Figueiredo, patrono da instituição. Foi detectado que, nos anos cinquenta, por questões de ordem de trabalho, José Nunes migrou para a cidade de Santa Luzia, na Paraíba, com sua família. Um caseiro da família, que cuida dos bens dos mesmos na referida cidade e nas regiões adjacentes, forneceu o contato do único filho ainda vivo, residente na cidade de Recife, que prontamente atendeu a equipe da escola, manifestando sua alegria e reconhecimento pela justa homenagem ao seu falecido pai. Durante esse percurso, descobriu-se também que a militância e a visão educacional de José Nunes tiveram destaque na cidade de Santa Luzia, onde ele e sua esposa fundaram uma escola e centros de acolhida a mulheres com vulnerabilidade social. Foi descoberto ainda que na cidade de Santa Luzia – PB existe uma escola que traz o nome de sua esposa, a senhora Ana Brito de Figueiredo.

Essas histórias encantaram os alunos da instituição, tendo em vista estarem inseridos no processo, seja na busca de informações, seja na execução e na preparação do material. As festividades ocorreram durante 13 dias, tendo o envolvimento de toda a comunidade. O detalhamento da programação será apresentado a seguir.

No dia 28 de novembro de 2019, às 07 horas da manhã, foi realizado na cidade de Santa Luzia um intercâmbio entre os alunos das escolas que fazem homenagem ao casal José Nunes de Figueiredo e Ana Brito de Figueiredo, momento único de interação e vivência entre as duas instituições de ensino. No dia 30 de novembro de 2019, dia da fundação da escola, às 05 horas da manhã, houve o momento da alvorada, que contou com a participação da Filarmônica Manoel Felipe Nery de frente ao prédio da escola. À noite, às 19 horas, houve missa solene de abertura da festa dos 40 anos. No domingo, dia 01 de dezembro de 2019, às 19 horas, houve o culto evangélico na igreja Assembleia de Deus. Na segunda-feira, dia 02 de dezembro, às 07 horas da manhã, houve um passeio ciclístico, preparado pelo professor de Educação Física e, conseqüentemente, um café partilhado na praça. Às 13 horas, a gestão participou de um programa de rádio com informações sobre o evento.

No dia 03, quarta-feira, nas salas de aula, ocorreram rodas de conversa com ex-alunos, professores e funcionários, os quais partilharam vivências durante a construção dessa história. No dia 04 de dezembro, foi realizado um dia de cidadania, onde cada aluno e os professores adotaram um canteiro que foi registrado e catalogado pela turma. Na quinta-feira, dia 05 de dezembro, aconteceu a visita dos alunos da escola Ana Brito à escola José Nunes para mais um intercâmbio. Nesse mesmo dia, às 19 horas, aconteceu o grande encontro da saudade, onde em uma noite festiva foram recebidos os ex-professores e funcionários que passaram pela instituição, contribuindo desde a fundação aos dias atuais. O evento contou ainda com a visita da família do patrono da escola, representada por um neto e um bisneto. Nesse momento, houve entrega de comendas honrosas e um jantar de confraternização.

No dia 06 de dezembro, em consonância com as políticas educacionais, realizou-se o estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a organização da exposição alusiva ao aniversário da escola. No sábado, dia 07 de dezembro, às 19 horas, houve a festa dos ex-alunos em frente ao prédio da escola. Na segunda-feira, dia 10 de dezembro de 2019, às 07 horas da manhã, aconteceu a abertura da exposição realizada em nove salas temáticas desenvolvidas

pelos professores e alunos, divididos por ano de ensino, conforme a distribuição de temas desenvolvidos no projeto.

Nesse mesmo dia, houve um desfile comemorativo pelas ruas da cidade com alunos, pais de alunos, professores e funcionários. Ao chegar à escola, foi selada a cápsula do tempo em ato solene, sendo colocada em uma urna construída no pátio da escola, com placa datada para sua abertura para o dia 30 de novembro de 2049, no aniversário de 70 anos da escola. Essa cápsula guarda os documentos da festa dos 40 anos, bem como as assinaturas dos participantes do evento e as cartas para futuro escritas pelos alunos, professores e funcionários. Esse momento contou com mais de 1.000 pessoas.

No dia 11 de dezembro de 2019, às 19 horas, houve a noite de encerramento do festival do projeto de leitura direcionado ao aniversário da escola. Nessa noite, foram lançados 18 livrinhos preparados pelas 18 turmas, um cordel contando a história da fundação da escola, paródias, músicas, peças de teatro, como também a apresentação de um documentário construído pelos alunos contando a história da escola, o descerramento da placa alusiva aos 40 anos da instituição e, conseqüentemente, a partilha do bolo para todos os presentes. Encerrando, assim, os festejos alusivos ao Jubileu de Esmeralda da instituição.

Quando se quer falar de algo relevante, muitas vezes, o embasamento vem de grandes pensadores ou teóricos, esquecendo-se das riquezas que são produzidas nos ambientes escolares. A experiência aqui relatada remonta a um ano de empenho, participação, pesquisa e trabalho conjunto.

O projeto mergulhou nas origens da escola José Nunes de Figueiredo, desde a sua fundação até os dias atuais, e os alunos puderam conhecer a história da sua escola e se reconhecerem como parte integrante dela. Quem não conhece pouco valoriza e pouco preserva. Uma das maiores contribuições desse festejo foi o resgate do legado imaterial e material da instituição, as experiências partilhadas e o enorme acervo produzido, catalogado, arquivado e devidamente registrado em documentos impressos, como também em versões digitais, assim como a criação de lugar específico para tal.

Segundo Silva, Riedlinger e Calderon (2008, p. 4), os arquivos escolares

[...] são também fontes de pesquisa, porque registram a memória do fazer e pensar pedagógico no cotidiano escolar, além das questões administrativas. O tipo de informação gerado numa escola é bastante específico, refere-se à

evolução do número de vagas, ao histórico de reprovações, de evasão escolar, entre outras. Essas informações podem se constituir numa ferramenta importante para a definição de políticas educacionais, seja no âmbito do município ou do Estado.

Após uma avaliação feita com professores, funcionários e a comunidade escolar, que manifestaram suas opiniões e avaliações acerca dos festejos, foi possível comprovar a execução do projeto como uma experiência maravilhosa e significativa para todos os que participaram.

Assim, quem registra tem memória, quem não registra tem uma vaga lembrança. Mas para lembrar é preciso utilizar os elementos que promovam a leitura dos tempos. Desse modo, o projeto buscou sensibilizar os alunos e a comunidade, oportunizando a valorização da história institucional, em decorrência do aniversário da escola, e sua contribuição na formação de alunos críticos, participantes e comprometidos com a transformação da sociedade em que estão inseridos.

CONCLUSÃO

Ao fim desse memorial e desse mergulho na história da escola José Nunes de Figueiredo, percebe-se quantas lembranças, quantas construções, quantas vivências entrelaçadas. Por meio deste artigo, foi possível evidenciar um trabalho de grande relevância para a escola, como também para o município de Ouro Branco – RN, haja vista que, aproximadamente, 85% dos munícipes passaram pela instituição ao longo dessas quatro décadas. Que esse pequeno texto seja um incentivo e norteio para outras escolas. Nessas linhas finais, fica o sentimento de gratidão aos envolvidos no projeto e o convite aos que, posteriormente, passarem pela escola, para que tenham zelo e deem continuidade a essa história, que mudou a vida de tantas pessoas.

REFERÊNCIAS

PANZA, Bruna Andriotti. **A importância da participação da família no âmbito escolar**. 2011. 38 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Cenecista De Capivari, Capivari-SP, 2011.

PRADO, Danda. **O que é família**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Claudécir Almeida; RIEDLINGER, Marcia Aparecida; CALDERON, Wilmara R. **A gestão da documentação escolar: o caso do colégio Marcelino Champagnat**, 2008.

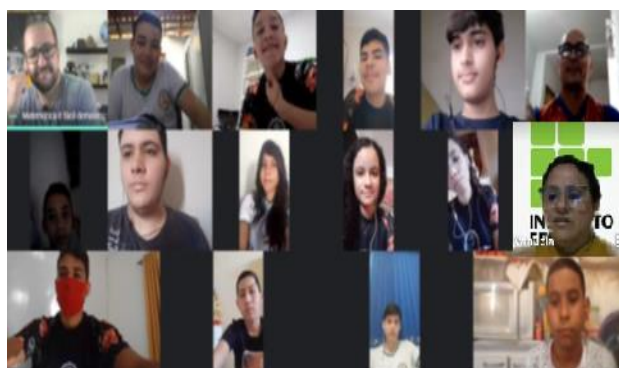
Disponível em:

http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/analise_da_gestao_de_documentacao.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação do dossiê Arquivos Escolares: desafios a prática e a pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 2, [10], jul./dez. 2005.

UM NOVO OLHAR PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE AULAS REMOTAS, NUM MUNDO PANDÊMICO

Bernardino Francisco da Silva Neto¹; Maria das Dores do Nascimento²; Maria Betânia da Silva Oliveira³



Aula on-line com os alunos do 9º Ano – 2020

Fonte: Arquivo pessoal.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (Paulo Freire)

¹ Especialista em Gestão em Saúde, UFRN, e-mail: bernardinobomsucesso@gmail.com

² Especialista em Psicopedagogia, FIP, e-mail: negapiloes@hotmail.com

³ Especialista em Formação do Educador, UERN, e-mail: mbety@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, momentos atípicos de incertezas, inseguranças, conflitos e angústias têm sido vivenciados, pois o mundo foi acometido por um vírus mortal que disseminou pessoas no mundo inteiro, causando uma pandemia mundial. No Brasil, a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, já vitimou milhares de pessoas, provocando o isolamento social. As pessoas estão vivendo um momento histórico em que valores, crenças e costumes estão sendo repensados. A Organização Mundial da Saúde (OMS) advertiu que a pandemia do novo coronavírus continua acelerada no mundo, sendo necessária uma desaceleração do contágio da doença pelas pessoas, através da prevenção e do distanciamento.

Nessa perspectiva, com a suspensão das aulas presenciais, o Ministério da Educação (MEC), em caráter excepcional, divulgou e tem prorrogado uma Portaria que autoriza a retomada das aulas por meio de atividades remotas, de forma on-line, também adotada no município de Pilões – RN pelo dirigente municipal.

Diante de uma sociedade predominantemente grafocêntrica, em que a leitura e a escrita são fundamentais para o acesso ao conhecimento, faz-se necessário desenvolver competências e habilidades que levem à ascensão social, tornando uma chave para que as desigualdades sociais sejam amenizadas. Porém, infelizmente, muitos cidadãos brasileiros não têm acesso à educação e poucos usufruem desse precioso direito previsto na Constituição Federal, no seu Art. 205, que afirma que “a educação é direito de todos e dever do estado e da família”.

Dessa forma, a escola vem incentivando a realização de Projetos Educativos que contemplem as diversas áreas do conhecimento, como: semana da poesia, semana do livro, semana cultural, saúde e meio ambiente, projeto de leitura, e aulões preparatórios para avaliações externas (IFRN, IFPB e UEPB). Também incentiva a participação em olimpíadas, como: a Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP), a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e a Olimpíada Nacional de Ciências (ONC), incentivando, divulgando e preparando os alunos para participarem também da Prova Brasil, Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), utilizando metodologias, estratégias e atividades preparatórias para esse período, intensificando, assim, as revisões dos conteúdos, aulões, simulados e palestras, que não deixaram de acontecer mesmo no período de aulas remotas. A escola oferece premiações como

uma forma de incentivo, estímulo e valorização dos alunos no seu desenvolvimento de aprendizagem, como “O Fera do Bimestre”, que premia o aluno que tira as melhores notas.

A respeito de uma aprendizagem significativa, os PCN's (1997) colocam que é necessária à disponibilidade para o envolvimento do aluno na aprendizagem, o empenho em estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo. (PCN, 1997, p. 99).

Portanto, os procedimentos de ensino utilizados na Escola Municipal Joana Dantas de Moura, Pilões – RN, são os mais diversificados possíveis, visando atender as características e necessidades dos alunos, descobrindo suas potencialidades e aptidões, garantindo a sua inserção na sociedade.

DESENVOLVIMENTO

A pandemia do novo coronavírus provocou mudanças nos mais diferentes segmentos da sociedade, as pessoas tiveram que reorganizar sua rotina para se adaptar às exigências causadas pelo isolamento social, adotado como medida protetiva de contágio. Nessa perspectiva, mas com compromisso, responsabilidade, competência no seu trabalho, e procurando se reinventar, os profissionais da educação do município de Pilões – RN buscaram realizar atividades a distância desde meados de abril de 2020, para evitar que os estudantes da Escola Municipal Joana Dantas de Moura fossem prejudicados.

Dessa forma, de imediato, houve uma reunião on-line com a Secretaria de Educação, diretores, coordenadores e docentes, tendo como documento norteador o Decreto Estadual nº 29.524, de 17 de março de 2020, que propõe medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, dentre as quais o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais. A reunião se deu por meio de webconferência para discussão e planejamento da retomada das aulas, agora a distância/não presencial.

Grupos de WhatsApp foram criados para compartilhar links e avisos de aulas pelas ferramentas digitais, tais como: Google *Meet*, Google *Classroom*, Google formulários, YouTube, Google *Hangouts* e *kinemaster*. Essa via de comunicação/feedback entre professor e aluno é feita todos os dias da semana, de segunda-feira à sexta-feira. Para tanto, essas ferramentas digitais desempenham inúmeras funções para auxiliar o trabalho dos professores em tempos de aulas remotas.

A criatividade dos professores brasileiros em se adaptar à nova realidade é indescritível no que se trata da criação de recursos midiáticos: criação de vídeo aulas para que os alunos possam acessar de forma assíncrona além das aulas através de videoconferência para a execução de atividades síncronas como em sala de aula. Uma revolução educacional sobre o quanto a tecnologia tem se mostrado eficiente e o quanto as pessoas precisam estar aptas a esse avanço tecnológico (CORDEIRO, 2020, p. 06).

O momento vivido, exigia e exige essa adequação. Foram necessários o empenho e a dedicação de todos os envolvidos no meio escolar: diretores, coordenadores, pais ou responsáveis, e os próprios professores, que cuidam da escolarização dos alunos. Nesse tempo de aulas não convencionais, todos tiveram que se adaptar à nova normalidade de funcionamento das atividades educacionais e à nova rotina.

Dessa forma, evidencia-se a promoção de melhoria da aprendizagem, do ensino e do desenvolvimento dos alunos, configurando uma ação exitosa para a escola. Desde 2017, através de experiências vivenciadas pelos professores, a Escola Municipal Joana Dantas de Moura tem investido em ações voltadas para a preparação dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental para participar da seleção das provas dos Institutos Federais, pois, até então, os alunos do município não buscavam estudar fora da sua cidade.

Contudo, o objetivo foi levar os alunos a buscar outros horizontes e sair da zona de conforto e acomodação no qual viviam, levando-os a ter outras experiências no meio educacional. Nessa escala de tempo, foram muitas as participações e contribuições de profissionais na preparação dos alunos, tendo alcançado muitos êxitos em aprovações no decorrer dos anos, os alunos passaram a estudar com mais entusiasmo e vontade, pois buscavam ser classificados. Segue a tabela demonstrativa desses resultados:

Tabela 01: Quantidade de alunos aprovados em instituições públicas

	Quantidade de alunos aprovados 2017	Quantidade de alunos aprovados 2018	Quantidade de alunos aprovados 2019	Quantidade de alunos aprovados 2020	Quantidade de alunos aprovados 2021
IFRN	05	06	04	03	04
IFPB	01	01	01	02	02
UEPB	-----	-----	-----	-----	01

Fonte: Resultados obtidos no site das instituições subscritas.

Observando os dados da Tabela 1, nota-se que o número de aprovação no decorrer dos anos teve uma oscilação, levando-se em conta o número de inscritos versus o número de aprovados. Percebe-se que os resultados são bastante satisfatórios. Mesmo diante do caos estabelecido nos anos de 2020 e 2021, por causa da pandemia (Covid-19), passou-se a enxergar a educação sob uma nova ótica, com perspectivas de mudanças que ficaram como um legado histórico para o meio educacional.

Toda a experiência adquirida no ano de 2020 serviu para que no ano de 2021, ainda com aulas remotas/on-line, fosse possível atingir/atender todos os alunos da melhor forma possível, para dar continuidade com eficácia ao processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, nesse período, as reuniões foram realizadas através de ferramentas tecnológicas, a exemplo: Google Comentado [EEPBF1]: *Meet*, onde era debatido e revisto o trabalho que estava sendo feito com os alunos, numa rica troca de experiências, sugestões e novos encaminhamentos.

Com isso, é possível ter um controle daqueles que não estão participando e nem realizando as atividades. Então, ao detectar a ausência do aluno na aula, o professor comunica à gestão, que rapidamente contacta esse aluno/família, através da busca ativa, que tem o objetivo de resgatar o aluno evadido e trazê-lo de volta à escola. Desse modo, fica evidente o importante papel do professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no atual contexto, ultrapassando o modelo convencional de lecionar, ressignificando o seu fazer pedagógico. Fica evidente também a importância da família como parceira da escola, e sua relevância na vida escolar dos filhos.

CONCLUSÕES

Sabe-se que mudanças aceleradas podem provocar danos irreparáveis em todos os segmentos da sociedade, é possível afirmar que a crise do coronavírus transformará a vida de pessoas no mundo todo. No Brasil, as pessoas tentam se adequar à nova normalidade, após o isolamento social, inclusive o sistema educacional. As escolas, após o fechamento, tiveram que oferecer aos alunos a educação remota, com aulas através das mídias digitais, tudo mudou, restando a certeza de que a educação não será mais a mesma após a pandemia.

Partindo dessa premissa, na Escola Municipal Joana Dantas de Moura, em Pilões – RN, gestores e professores adotaram soluções digitais, tentando realizar o trabalho que antes acontecia nas aulas presenciais.

Com esse apoio digital do corpo docente da escola e outros profissionais capacitados, voluntários de outras áreas têm conseguido alcançar muitos êxitos com o alunado, mesmo em tempos de aulas remotas. As aulas de reforço on-line são uma ação que já despertou a autoconfiança e o estímulo de muitos alunos ao longo dos anos, projeto este que poderá ser expandido na escola, vislumbrando atingir mais turmas. O projeto reforça o papel de responsabilidade social da escola, como promotora da ampliação do acesso ao saber, com mudanças de vidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do ensino fundamental**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CORDEIRO, K. M. A. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**, 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 29.524, de 17 de março de 2020**. Portaria-SEI Nº 368, de 22 de julho de 2020.

EDUCAÇÃO REMOTA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PUREZA/RN: RESSIGNIFICANDO A PRÁTICA EM PERÍODO PANDÊMICO

Liliane Silva Câmara de Oliveira ¹; Alana Pauline Silva de Carvalho ²



Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Pureza – RN preparando as formações continuadas dos professores para ensino em tempos remotos. Fonte: Carvalho (2020).

**“Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem
ela tampouco a sociedade muda”. (Paulo Freire)**

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática – UEPB, Coordenadora Pedagógica Geral da Secretaria Municipal de Educação de Pureza – SMEP, e-mail: lilianecamara2007@hotmail.com

² Especialista em Educação Inclusiva e Libras, Coordenadora de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Pureza – SMEP, e-mail: alanapcarvalho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Diante da situação pandêmica que o Brasil vem enfrentando desde o dia 17 de março de 2020, quando foi decretado no Rio Grande do Norte estado de calamidade pública e suspensão das atividades presenciais escolares, a Secretaria Municipal de Educação de Pureza – SMEP, com base no Decreto nº 29.524/2020 do Estado do Rio Grande do Norte, e demais normativas que seguiram sendo publicadas, reforçou as medidas de biossegurança básicas para serem adotadas nesse contexto e tem feito o possível para garantir as atividades pedagógicas na rede de ensino, buscando manter os cuidados com a saúde, objetivando reduzir a incidência e contaminação do vírus.

Após um ano de contexto pandêmico, muitas foram as experiências vivenciadas em relação às novas recomendações documentais de como deveria ser desenvolvido o andamento pedagógico de continuidade do ano letivo de 2020 e início de 2021, a partir de métodos informativos e de revisões no formato remoto, que foram sendo inseridos automaticamente no processo educacional, objetivando sempre alcançar todos os estudantes.

O processo de ensino remoto foi adotado no país desde o início da pandemia e teve sua configuração prática a partir do distanciamento social, estabelecido pelo Estado e seguido pelos municípios, com adequações conforme a realidade local, pois o mesmo consiste na promoção de interações entre professores e estudantes dentro de um ambiente virtual que prioriza a transmissão das aulas em tempo real, utilizando tecnologias digitais, o que infelizmente não configura a realidade da comunidade escolar purezense. Assim, a prática de ensino remoto local objetivou, inicialmente, a utilização dessa perspectiva com aplicação das atividades para alcançar os estudantes, independente do acesso à internet e a aparelhos digitais, mantendo o vínculo escolar dos mesmos com o professor, o acesso à leitura, a matemática e a preservação da rotina de estudos. E o modo mais efetivo para todos seria através de atividades impressas para cada estudante com as recomendações pedagógicas necessárias para o acompanhamento familiar.

A rede municipal de educação de Pureza adotou e adota como base para suas ações as orientações dos decretos estaduais, municipais, como também os documentos de bases do MEC, UNDIME e SEEC/RN para a condução do calendário letivo e viabilização de metodologias educativas, buscando sempre, no período pandêmico, o método mais próximo e de maior acessibilidade para os estudantes da rede. E tem proporcionado, desde então, momentos de

formações mensais para gestores e trimestrais para professores, concernentes à explanação e à prática de melhorias desse formato educativo.

Assim, em todas as unidades escolares da rede, viabilizou-se a entrega dos kits pedagógicos preparados pelos professores e enviados para todos os estudantes da rede municipal, de forma impressa, com as orientações básicas periodicamente, com datas previamente marcadas e planejadas pela escola junto à SMEP para entrega e recebimento das atividades pelos pais e responsáveis em visita à escola, seguindo roteiro com horário e obedecendo as normas de biossegurança em vigência. Foi assim que o ano de 2020 foi fechado com garantia de 800 horas de aulas, com atividades acompanhadas pelos professores e muitas dificuldades agregadas ao processo, como desmotivação, evasão, perdas familiares, mudança na rotina familiar, entre tantas outras modificações de rotina provocadas em cada lar pela situação pandêmica.

GESTÃO COLABORATIVA NAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL EM PERÍODO PÂNDEMICO

Para que todas essas atividades acontecessem, foi realizado um Planejamento de Rede, coordenado pela SMEP, com aprovação e acompanhamento do Conselho Municipal de Educação – CME, e pela Comissão Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19, formada em período emergencial e tornando-se um fator essencial para o encaminhamento das atividades propostas no município durante o período pandêmico, conforme recomendação da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. Essa junção de representações teve o objetivo de pensar e propor estratégias de Gestão Colaborativa das ações educacionais, de forma segura, para o processo de planejamento institucional, execução e acompanhamento da continuidade das aulas e preparação para uma possível retomada gradual de aulas presenciais no município, com o encargo de propor procedimentos de organização e de controle nas Redes e Unidades de Ensino, através do cumprimento de protocolos e de materiais para o funcionamento seguro e de proteção à vida.

Neste período de quarentena, para que as crianças e jovens tivessem o menor impacto possível no seu desenvolvimento escolar e o calendário letivo fosse comprometido, foi inevitável levar o ensino da sala de aula para dentro das casas dos estudantes. Com isso, todos os Ambientes Educacionais precisaram se adaptar e se reinventar, tendo que planejar e adaptar-se às aulas remotas, não presenciais, e vivenciar um modelo novo e desafiador.

As recomendações da SMEP, a partir das formações realizadas, indicavam que a escola e o professor tinham autonomia para planejar, desde que não deixassem nenhum estudante fora das atividades propostas. Assim, diante da realidade de suas turmas, os professores se utilizaram de atividades impressas e de ferramentas digitais (App Google Meet, Google sala de aula, YouTube, Atividades impressas, Google Forms e livro didático), levando em consideração a faixa etária de cada segmento educativo (Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Finais e EJA).

É preciso reconhecer que nessa rede de ensino foi realizado um trabalho incansável no planejamento e na prática das aulas para garantir a continuidade do processo educacional, através da inovação e da utilização de diferentes recursos virtuais e aulas interativas, que promoveram o cumprimento curricular de 2020 de maneira bem participativa e com a união de todos os profissionais da rede.

As ações estiveram sempre pautadas na continuidade do processo de ensino-aprendizagem, por meio das aulas remotas, visionando sempre o retorno presencial; na preocupação com o bem-estar dos alunos e das famílias, a partir do estabelecimento de uma rotina de atividades de interação entre os pares; e ainda o acolhimento e o envolvimento de todos os profissionais da escola em ações operacionais rápidas, que possibilitaram a continuidade das atividades curriculares em tempo hábil.

CONCLUSÕES

A partir da experiência relatada, pode-se concluir que o regime excepcional de atividades escolares não presenciais causou estranhamentos e muitas dúvidas, pois atendeu um público diverso e com necessidades muito específicas, sendo elas de caráter pedagógico, econômico ou/e sociocultural. A Covid-19 ainda é uma realidade, e a prioridade de todas as ações devem ser voltadas a evitar a contaminação e preservar a vida dos estudantes e de seus familiares. Por isso, a rede municipal de ensino de Pureza – RN conta com o contínuo desempenho dos educadores, especialmente dos professores, para continuar sempre melhorando as formas de compartilhar conhecimentos e atender o maior número possível de estudantes.

A equipe técnica da SMEP enfatiza que o Plano de Ação do Município contempla sempre ações normativas, medida provisória e decretos para a realização das aulas nos mais

diversos formatos que forem surgindo diante de situações como a vivenciada atualmente. Lembra ainda que a proposta de trabalho remoto tem sido muito importante para o estabelecimento do elo entre os alunos e os saberes, e que esse método não deve ser confundido com Educação a Distância – EaD, pois a proposta da rede é de manter o equilíbrio entre a aprendizagem síncrona e assíncrona, incluindo uso de ferramentas que permitam a interação em tempo real, promovendo, em alguns momentos, o direito dos estudantes a perguntas, escutas, tirar dúvidas etc.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Diretrizes para Retomada das Atividades Escolares nos Sistemas Estadual e Municipal de Ensino do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 29.524, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre medidas temporárias para o enfrentamento da Situação de Emergência em Saúde Pública provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19). Natal/RN: Palácio de Despachos de Lagoa Nova, 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Portaria-SEI Nº 471, de 04 de dezembro de 2020.** Foi aprovado o Calendário Escolar – 2020/2021 e o Calendário de Matrícula 2021, atendendo aos Ciclos de Aprendizagem de acordo com Ato de Homologação – SEEC do Parecer nº 065/2020. Natal/RN: CEB/CEE, 2020.

UNDIME. **Subsídios para a Elaboração de Protocolos de Retorno às Aulas na Perspectiva das Redes Municipais de Educação.** Brasília/ DF, junho de 2020.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: GARGALO, AVANÇOS E CONQUISTAS

Francisca Lindimar da Silva Andrade¹; Joana D'arc Ferreira de Araújo²; Maria Aparecida Lopes Leite de Sousa³; Maria de Fátima Antunes da Silveira⁴



“Na formação permanente de professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. (FREIRE, 1996).

¹ Especialista em Coordenação pedagógica, UFPB, e-mail: lindimar_lindy@hotmail.com

² Especialista em Educação de Jovens e Adultos, UFPB, e-mail: darc.araujo@bol.com.br

³ Especialista em Supervisão escolar, FIP - Faculdades Integradas de Patos, e-mail: aparecidapb@hotmail.com

⁴ Especialista em Metodologia do Ensino – ISEC – Instituto Superior de Educação, Cajazeiras-PB, e-mail: f.antunesilveira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A formação docente é um fator preponderante nos resultados de aprendizagem aferidos no cotidiano escolar. Trata-se de um tema relevante, muito discutido e que demanda investimentos humano e financeiro, bem como ações a serem desenvolvidas em curto, médio e longo prazo. A experiência exitosa a ser apresentada versa sobre formação continuada de professores na rede municipal de ensino de Santa Cruz – PB, as dificuldades vivenciadas nesse processo, os dissabores, as iniciativas e os resultados satisfatórios observados nesses últimos anos, principalmente no contexto da pandemia da covid-19, que evidenciou o quão sólido e profícuo está o trabalho que vem sendo realizado junto aos professores da rede, no sentido de garantir-lhes formação continuada, atendendo suas necessidades, reivindicações e anseios. A política de formação é extensiva aos gestores escolares e aos demais trabalhadores da educação municipal.

DESENVOLVIMENTO

A educação básica no município de Santa Cruz – PB, no decorrer dos últimos anos, tem alcançado resultados satisfatórios, sinalizando avanços em determinados aspectos e evidenciando dificuldades que precisam ser sanadas para continuar assegurando às nossas crianças e adolescentes, bem como ao público de jovens e adultos o que lhes é de direito: educação pública de qualidade para todos.

Com a elaboração e a aprovação do Plano Municipal de Educação, tornaram-se evidentes algumas fragilidades da rede de ensino no que tange à formação de professores. Alguns profissionais não tinham concluído ainda sua formação inicial e não existia uma cultura e/ou estrutura organizada de formação continuada, esta última considerada um gargalo que dificultou, no período de 2009 a 2012, a execução de iniciativas de formação continuada. Foram tempos difíceis, de descrédito, de relutância, de incertezas, de persistência, de diálogo, de conquistas. A equipe pedagógica responsável pelo acompanhamento docente, inúmeras vezes se deparou com a resistência dos profissionais que se esquivavam diante de qualquer proposta que os fizesse sair dos muros da sala de aula, vista tão somente como espaço de sofridas e fatigadas quatro horas diárias do exercício docente.

Os desafios foram incontáveis: professores com dupla jornada de trabalho, o que dificultava o alinhamento de horários para os encontros pedagógicos, que precisavam acontecer

no período noturno (e aqui já chegavam cansados, angustiados, contando a hora de ir embora), a insatisfação dos que tinham apenas um vínculo empregatício e sacrificavam seu horário de descanso e lazer em detrimento dos colegas, um número pequeno de profissionais integrantes da Secretaria de Educação que pudessem acompanhar o trabalho docente nas escolas, descrédito na profissão, muitos docentes não acreditavam no próprio trabalho, não valorizavam os momentos de estudo, entre outros desafios não menos relevantes do que esses elencados.

Foi nesse contexto que o verbo **esperançar** fez toda a diferença. Conforme Mário Sérgio Cortella, “esperançar é ir atrás, é não desistir. Esperançar é ser capaz de buscar o que é viável para fazer o inédito. Esperançar significa não se conformar”. Agarrando-se a esses fios de esperança e no desejo de garantir educação de qualidade às nossas crianças e adolescentes, a equipe da Secretaria de Educação vislumbrou que a mudança precisava acontecer inicialmente junto aos docentes da rede de ensino. Com esse pensamento, o trabalho de formiguinha continuou, pequenas ações que começavam a surtir efeito. Fez-se necessário muito incentivo, diálogo e um trabalho de convencimento efetivo, mostrando não somente o que cabe a cada profissional enquanto responsabilidade de cada um, mas a necessidade do aprendizado contínuo, da inovação, da qualificação. A formação e a valorização, incluindo condições de trabalho e remuneração, constituíram-se pautas e compromissos assumidos com os docentes da rede.

A Secretaria de Educação identificou a necessidade de consolidar o processo de formação continuada e elaborou um plano baseado na escuta dos docentes, que responderam um questionário sinalizando quais seus anseios e de quais formações desejariam participar, conforme quadro consolidado a seguir:

Quadro: Respostas dos professores ao questionário de sondagem

Educação Infantil	Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos finais (6º ao 9º ano)	EJA – segundo segmento
• BNCC (Base Nacional Comum Curricular); • Docência em Educação Infantil/Ensino e aprendizagem/Métodos e técnicas de ensino; • Metodologia ativa para inclusão; • Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva; • Avaliação da aprendizagem • Currículo e avaliação; • Meio ambiente	• BNCC (Base Nacional Comum Curricular); • Metodologia ativa para inclusão; • Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva; • Avaliação da aprendizagem; • Gênero e Diversidade na Escola; • Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; • Currículo e avaliação; • Meio ambiente.	• BNCC (Base Nacional Comum Curricular); • Metodologia ativa para inclusão; • Ensino e aprendizagem/ Métodos e técnicas de ensino – 6º ao 9º ano; • Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva; • Currículo e avaliação; • Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; • Juventudes, Sexualidades e prevenção das DST/Aids; • Gênero e Diversidade na Escola; • Meio ambiente.	• BNCC (Base Nacional Comum Curricular); • Metodologia ativa para inclusão; • Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social; • Currículo e avaliação; • Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; • Juventudes, Sexualidades e prevenção das DST/Aids; • Gênero e Diversidade na Escola; • Meio ambiente.

Fonte: Própria (2020).

De posse do consolidado a partir dos questionários aplicados, a Secretaria de Educação se encontrava diante de um grande desafio: fomentar e executar o plano de formação continuada para os profissionais da educação básica da rede municipal de ensino. E agora, como fazê-lo? Diante das inquietações, a Secretaria de Educação foi em busca de parcerias que contribuíssem com a execução da proposta de formação. Além das iniciativas estruturadas, de planejamentos semanais e das formações que vinham sendo feitas desde 2013, como as ações do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) e do SOMA (Pacto pela Aprendizagem na Paraíba), atualmente substituído pelo Programa Integra Educação PB, vinham sendo ofertados momentos de formação sobre temas específicos, como avaliação da aprendizagem, importância do planejamento escolar, práticas de leitura e educação étnico-racial.

Iniciando o ano letivo de 2020, o mundo inteiro parava, vidas sendo ceifadas, as pessoas vivenciando os horrores da terrível pandemia, e estávamos sendo obrigados a viver o

isolamento social e, conseqüentemente, a fechar nossas escolas. E agora, como proceder? Que atitudes tomar? Em meio a tantos medos e incertezas, o que havia de certo é que a educação não podia parar. E, mais uma vez, em busca de parcerias, a Secretaria de educação foi acolhida por instituições que chegaram num momento tão necessário e se deram as mãos.

As contribuições incomensuráveis do IFRN (Campus de Ipanguaçu), através das Oficinas do pensamento; do IFPB (Campus Sousa), com palestras sobre vários temas de interesse dos docentes; da UNDIME e de outras instituições, foram nos fortalecendo e, nesse cenário, evidenciou-se o quão sólido estava o trabalho de formação continuada no município. O que antes era visto com preocupação, agora, apresentava-se como ponto forte no cenário da educação municipal. Os docentes todos engajados, respondendo prontamente aos chamados para os momentos de formação. Apesar das incertezas e de todas as dificuldades, os professores se desdobraram em 1000, se reinventaram, se deram as mãos e os resultados foram sendo evidenciados. Foram momentos de muita incerteza, de busca, de engajamento, de aprendizados. Mas, como afirma o grande patrono da educação,

O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas da compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser ‘educado’, vai gerando coragem. (FREIRE, 1996, p. 51).

Em 2020 e 2021, foi possível executar várias ações relacionadas à formação continuada, sendo contemplados temas como: educação étnico-racial, metodologias ativas, utilização do Google Meet, busca ativa escolar, gestão, formações específicas na área de língua portuguesa e matemática para os anos iniciais, ofertadas anteriormente pelo SOMA, atualmente substituído pelo Integra Educação PB, educação emocional e protocolos sanitários de prevenção à covid19.

Todo esse processo de formação reflete nos resultados satisfatórios que o município de Santa Cruz – PB vem alcançando. Dentre os avanços identificados, destaca-se a melhoria nos índices de proficiência em língua portuguesa e em matemática, observados nas avaliações internas e externas, bem como o alcance de metas e objetivos propostos que evidenciam os avanços na educação pública municipal, como o resultado do IDEB de 2019 com nota 6.0, cuja meta projetada era de 4.5.

Avanços também observados no Painel da Alfabetização, estratégia disponibilizada pelo Programa Integra Educação Paraíba, apresentando os resultados da avaliação

diagnóstica/entrada (língua portuguesa e matemática) realizada no início do ano de 2021, com alunos do 1º ao 5º ano, com uma taxa de alfabetização de 77,78%, sendo 76,7% em língua portuguesa e 78,7% em matemática, índice superior à média do estado e de cidades do mesmo porte. Além dessas avaliações externas, foram realizadas avaliações diagnósticas internas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental para direcionar as ações do trabalho docente. Assim, a partir da identificação das dificuldades constatadas, os professores traçam metas para suas turmas, acompanhando cada estudante, dando-lhes os suportes necessários para a construção significativa da aprendizagem, bem como planos de trabalho voltados para a superação das dificuldades encontradas, direcionando o ensino com foco na aprendizagem das habilidades específicas de cada ano.

As formações têm trazido contribuições relevantes, num contexto em que se fez necessário aprender novas metodologias de ensino, ocupando uma grande parte do tempo de todos os profissionais da educação, pois é preciso muito estudo e esforços para que se possa levar um ensino de qualidade aos estudantes. Assim que iniciaram as formações virtuais, os professores prontamente começaram a participar. Têm sido momentos de valiosas contribuições, com muita troca de experiências. Os professores de cada segmento (Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental) vem desenvolvendo um trabalho de equipe, colaborativo, que tem rendido bons frutos.

CONCLUSÕES

O cenário que se apresenta na educação municipal evidencia o quão frutuoso tem sido o trabalho de formação continuada. Os professores capacitados, engajados, abertos ao diálogo e às novas experiências de aprendizagem têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade da educação e para elevação dos índices de aprendizagem observados. Fruto de um trabalho conjunto, de comprometimento com nossas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PARAÍBA. **Diretrizes operacionais do Programa Integra Educação Paraíba**. João Pessoa, PB, 2021.

SANTA CRUZ. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação - PME** Santa Cruz, PB: SME, 2015.

SANTA CRUZ. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de formação continuada de professores**. Santa Cruz, PB: SME, 2019.

COMPARTILHANDO SABERES PARA A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA JORNADA ON-LINE DE EDUCAÇÃO DE SANTA HELENA – PB

Rosângela Tavares Dantas de Souza ¹; Luciana Dantas Sarmento da Silva ²; Elizete Ferreira Parnaíba Martins³



Banner de divulgação da Jornada On-line de Educação de Santa Helena – PB

“Eu quero desaprender para aprender de novo. Raspar as tintas com que me pintaram. Desencaixotar emoções, recuperar sentidos.” (Rubem Alves)

¹ Especialista em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, UEPB, e-mail: rosangeladantassh2019@gmail.com

² Mestra em Educação, UFPB, e-mail: lucianadss19@yahoo.com.br

³ Mestra em Ciências da Educação, Universidade San Carlos, e-mail: elizeteferreirasth@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a infecção humana ocasionada pelo novo coronavírus (Covid-19). Poucos dias após, o Decreto nº 40.128, de 17 de março de 2020, do Governo do Estado da Paraíba, *dispôs sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela Covid-19, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual*, entre elas a suspensão das aulas presenciais em instituições públicas e privadas em todo o território paraibano.

Em dia 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou o Parecer nº 05/2020 autorizando a oferta de atividades não presenciais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Permitindo, exceto para a Educação Infantil, que essas atividades fossem registradas e contabilizadas como horas letivas.

Escolas de todo o país passaram a realizar o Regime Especial de Ensino, que consiste em atividades remotas, síncronas e assíncronas, mediadas por tecnologias digitais ou pelo envio de material impresso para estudantes que não dispunham de meios ou de acesso à internet.

A partir de então, profissionais da educação e professores precisaram se adaptar, não apenas a uma nova forma de viver frente à necessidade do afastamento físico, mas também a uma nova maneira de trabalhar, ensinar (e aprender) dentro de um novo modelo de educação.

Diante desse novo contexto educacional, a Secretaria Municipal de Educação de Santa Helena – PB reorganizou o trabalho educativo, estabelecendo coordenações da Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais, para acompanhar as atividades remotas desenvolvidas em cada etapa; monitorou a participação dos estudantes nas atividades on-line e impressas a cada bimestre; realizou a Busca Ativa dos alunos que, por algum motivo, haviam deixado de participar; e estabeleceu parcerias para a formação continuada de seus profissionais.

Com o passar dos meses, percebeu-se que o Ensino Remoto duraria bem mais que o esperado. Se inicialmente os questionamentos se davam em torno de como realizar o ensino remoto ou de como garantir os direitos educacionais de todos, próximos do final do ano letivo, os profissionais se encontravam emocionalmente e mentalmente cansados, fosse por conta da pandemia em si, fosse por conta da abrupta transformação do trabalho. Assim, os questionamentos passaram a ser: Como avaliar remotamente? Como promover estudantes com baixa participação? Como lidar com a carga mental e emocional que o ensino em meio à

pandemia acarreta? Partindo desses questionamentos, a Secretaria Municipal de Educação de Santa Helena – PB, em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, Campus Ipanguaçu, e com o grupo de pesquisa Observatório da Educação Pública, realizou a Jornada On-line de Educação de Santa Helena. O relato dessa experiência se dará a seguir.

DESENVOLVIMENTO

Entre os dias 03 e 05 de novembro, o município de Santa Helena – PB, através da Secretaria Municipal de Educação, realizou a Jornada On-line de Educação. O evento teve como princípio o compartilhamento de saberes e a fomentação do conhecimento, por isso, foi aberto ao público através do YouTube, no canal STH EDUCAR, possibilitando a participação síncrona e assíncrona de profissionais da educação de municípios de diversas localidades, somente da Paraíba, cerca de 50 municípios acompanharam o evento, outros estados como Rio Grande do Norte e Ceará também marcaram presença.

A Jornada On-line de Educação de Santa Helena contou com a parceria do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Ipanguaçu, que ofereceu a equipe técnica, intérpretes de Libras e mediadores das palestras durante os três dias do evento, o qual foi pensado mediante a necessidade de proporcionar aos educadores reflexões sobre o autocuidado, tendo em vista que

A covid-19 acarretou diversos prejuízos tanto físico, mental, social e econômico. Trazendo essa realidade ao meio educacional pode se perceber que os docentes estão propício ao adoecimento mental seja ele por meios de notícias de morbimortalidade, o aumento do número de casos, pressões das instituições de ensino, ter que se adaptar ao uso de tecnologias para dar continuidade às aulas, além de sua vida pessoal que atribui seus relacionamentos, filhos, atividades domésticas e outras responsabilidades que lhe são facultadas. (COSTA *et al.*, p. 02, 2020).

Além disso, o evento buscou proporcionar reflexões acerca do tema que permeava os questionamentos dos educadores naquele momento: avaliação e progressão dos estudantes em meio ao ensino remoto, pois, presencialmente, embora partindo de variados instrumentos, a avaliação baseava-se principalmente no sistema classificatório, cujo objetivo final seria aprovar ou reprovar e, dessa forma, promover ou reter o estudante.

No ensino remoto, esse procedimento de transformar em notas os acertos e erros é mais complexo. As dificuldades dos alunos para se organizarem sozinhos, a carência de equipamentos, a instabilidade ou a ausência de acesso à internet e a falta de um local ideal para o estudo são presentes no cotidiano. Alguns desses fatores também podem ser estendidos para os docentes, acrescido pela inabilidade com os recursos tecnológicos. (MENEZES, 2021, p. 21).

O evento serviria ainda para apresentar as conquistas educacionais do município de Santa Helena, que no ano de 2019 alcançou o IDEB 5,9, nos Anos Iniciais, e 5,4 nos Anos Finais, tornando-se, assim, o município de maior IDEB entre os quinze que compõem da 9ª Regional de Ensino da Paraíba. Para tanto, no primeiro dia da Jornada On-line, foi lançado o minidocumentário “Santa Helena: educação que transforma”, no qual educadores e estudantes deram seus depoimentos sobre a qualidade da educação santa-helenense.

O primeiro dia da Jornada contou com a palestra da educadora Edigleide Rabelo, especialista em comportamento humano, que trouxe o tema “Você e suas emoções: desafios e possibilidades”, discutindo questões como autoestima, autossabotagem e autocuidado, motivando os educadores a terem um olhar mais cuidadoso e carinhoso para consigo.

No segundo dia, o renomado educador Cipriano Luckesi, uma das maiores referências em avaliação da aprendizagem escolar, discutiu o tema “Avaliação da Aprendizagem: subsídio para o ensino bem-sucedido”. O educador enfatizou que a avaliação é uma parceira de toda e qualquer pessoa que executa uma ação educativa. É o que revela se o estudante aprendeu ou não aprendeu, orientando, assim, a mudança de estratégia educativa. As notas, por sua vez, não são a avaliação, mas sim uma maneira de registrar o desempenho do estudante. E no ensino remoto, convencer o estudante quanto à necessidade de que realizem suas atividades, de modo que suas respostas às atividades reflitam de fato sua aprendizagem, é essencial para que o professor conheça os pontos a serem reforçados.

No último dia da Jornada On-line, a educadora Rilma Suely, abordou o complexo tema da “Avaliação em Tempos de Pandemia”. Para a educadora, discutir a avaliação e a aprendizagem envolve muito mais que discutir formas de avaliação e metodologias. Trabalhar com a avaliação implica numa postura política e uma posição ética no cuidado individual e com o outro. Pensar em avaliação nesse novo contexto implica em planejamento, tendo como base documentos normativos como a LDB. A avaliação terá que ser contínua e cumulativa, não apenas somativa, precisa ser qualitativa. Não será possível avaliar sendo conteudista.

CONCLUSÕES

Atualmente, a Jornada On-line de Educação de Santa Helena - PB se aproxima de 15 mil visualizações no YouTube, o que evidencia a dimensão e a importância do evento.

Assim, o município de Santa Helena – PB vem se destacando na educação regional, não somente por sua liderança no IDEB, mas por proporcionar eventos educacionais de grande porte, trazendo contribuições para além dos limites territoriais do município, compreendendo que a educação se faz com a soma de esforços e colaboração mútua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parecer nº 5/2020 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 28 de abril de 2020. Dispõe sobre a Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, edição 83, seção 1. Brasília, 04 de maio de 2020, p. 63.

COSTA, Tatiana De Andrade *et al.* **A saúde emocional dos professores durante a pandemia em tempos de aulas remotas.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7. Campina Grande, 2020. **Anais VII CONEDU.** Campina Grande, PB: Realize, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67848>. Acesso em: 11 set. 2021.

MENEZES, J. B. F. de. Práticas de avaliação da aprendizagem em tempos de ensino remoto. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional [S. l.]**, v. 2, n. 1, p. e021004, 2021. DOI: 10.51281/imp.e021004. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/imp/article/view/5384>. Acesso em: 11 set. 2021.

PARAÍBA, Governo do Estado. **Decreto Estadual nº 40.128, de 17 de março de 2020.** Estabelece a adoção de medidas no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus). João Pessoa, PB, 2020.

SEMANA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB: O ENSINO REMOTO FORTALECENDO INCLUSÃO

Luciana Dantas Sarmento da Silva¹; Francisca Máisa Maciel Gomes²; Sandra Soares Sarmento³; Maria Oliveira Gomes Soares⁴



Banner de divulgação da Semana Municipal da Educação Inclusiva

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” (Paulo Freire)

¹ Mestra em Educação, UFPB, e-mail: lucianadss19@yahoo.com.br

² Mestra em Ensino, UERN, e-mail: mayza_maciel@hotmail.com

³ Mestra em Psicanálise Aplicada a Educação, UNIDERC, e-mail: sw.san@hotmail.com

⁴ Especialista em Língua e Linguagem, ISEC, e-mail: maria.ogs@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A escola, como um lugar de convivência de diferentes sujeitos, configura-se como um microcosmo, no qual as dinâmicas sociais externas se refletem e interferem. Cada sujeito é único, com condições econômicas, sociais, éticas, culturais, psicológicas e biológicas distintas. Tais singularidades, portanto, expressam necessidades diferentes.

O acolhimento e o reconhecimento das dificuldades e das potencialidades dos estudantes, o trabalho bem articulado entre professores, a equipe pedagógica e as secretarias de educação são pontos fundamentais para que a educação seja de fato inclusiva. Para Mantoan (2020), é imprescindível que todos os envolvidos tenham clareza de que novas estratégias, de ordem teórico-prática, devem ser propostas, para que o processo de mudança aconteça e que possa ser garantido o óbvio: escola boa só pode ser uma escola para todos. Entre outras coisas, é função social da escola possibilitar a inclusão dos alunos, para que todos tenham oportunidade de se desenvolver e aprender na convivência como todos os outros. Realizar uma educação inclusiva significa tornar a escola um espaço no qual o equilíbrio das relações é embasado nos princípios da igualdade e do respeito às diferenças. Nesse sentido, escola e comunidade devem ser parceiras e trabalhar conjuntamente para uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Assim, este artigo caracteriza-se como um relato de experiência e tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas durante a Semana Municipal da Educação Inclusiva – SEMEI, no município de São João do Rio do Peixe – PB, entre os dias 21 e 25 de setembro de 2020.

DESENVOLVIMENTO

O Regime Especial de Ensino se configura como uma estratégia para garantir os direitos educacionais dos estudantes em meio à pandemia da Covid-19. Nesse contexto, promover a educação inclusiva se torna um desafio ainda maior. Apesar das dificuldades impostas ao ensino remoto, foi esse modelo de ensino que possibilitou a realização exitosa da primeira Semana Municipal da Educação Inclusiva – SEMEI, utilizando a tecnologia para promover e semear a inclusão.

A SEMEI foi pensada para provocar os profissionais da educação, estudantes e famílias sobre a inclusão de pessoas com deficiências nos diversos setores da sociedade. A partir do tema “Visibilidade da Comunidade Surda: direitos e protagonismo”, foi proposto que todas as

escolas da Rede Municipal de Ensino, desde a Educação Infantil até os Anos Finais, trabalhassem a temática da inclusão, especialmente das pessoas com surdez, através da LIBRAS ou por meio de leituras, reflexões e discussões com os estudantes sobre a temática.

O projeto da SEMEI foi criado pela equipe da Coordenação da Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de São João do Rio do Peixe – PB e discutido com gestores, coordenadores e supervisores para ser desenvolvido pelas escolas.

Para a realização do projeto, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, que atualmente funciona realizando o Atendimento Educacional Especializado e promovendo atividades e apresentações com o coral “Mãos que Falam”, contribuiu compartilhando vídeos nos quais os próprios estudantes surdos ensinaram sinais básicos em LIBRAS. Compreendendo que a LIBRAS é uma língua completa e complexa, capaz de produzir múltiplos gêneros e expressar quaisquer conhecimentos (GESSER, 2009) e, sobretudo, que “a língua utilizada pelos surdos deve ser incluída nas atividades educativas para permitir a reflexão da participação dos surdos nos momentos mediados pela linguagem” (SILVA et al., 2021, p. 135), o intuito foi colocar o protagonismo do estudante surdo como ponto de partida para o desenvolvimento do projeto, evidenciando, dessa maneira, a necessidade da aprendizagem dessa que é a segunda língua oficial do Brasil, por todos nós, surdos ou ouvintes.

Os intérpretes de LIBRAS atuantes no município também disponibilizaram materiais e vídeos complementares. Os vídeos foram compartilhados para que todas as escolas pudessem trabalhar o tema partindo do protagonismo do estudante com surdez.

Assim, entre os dias 21 a 25 de setembro de 2020, as atividades desenvolvidas nas escolas foram expostas na Mostra Virtual da Educação Inclusiva, nas redes sociais da Secretaria Municipal de Educação, como parte da programação da SEMEI. A Mostra Virtual contou ainda com fotos e vídeos dos trabalhos realizados no Atendimento Educacional Especializado, reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas professoras do AEE, depoimento de mães e pais dos estudantes da educação especial e vídeos dos estudantes surdos ensinando sinais em LIBRAS⁵.

A Mostra Virtual trouxe um impacto bastante positivo através da visibilidade das potencialidades de todos os alunos (com e sem deficiência), o desempenho superou as

⁵ As atividades podem ser apreciadas no Instagram @educação_sjrp.

expectativas. E, por outro lado, mostrou o trabalho dos professores, que relataram terem se sentido valorizados com a visibilidade que teve o evento.

A SEMEI teve como culminância o “Webnar: O que é Comunidade Surda?”, realizado no dia 30 de setembro, tendo como palestrantes os professores Adriana Moreira de Souza Corrêa (UFCG) e João Filho de Queirós (FACEP), transmitido pelo canal Conexão Educa no YouTube⁶.

Garantir o direito à educação no contexto de pandemia desencadeou vários desafios e expectativas no que concerne ao ensino-aprendizagem. Para Beckes, Teles e Araújo (2020), as dificuldades em decorrência da pandemia vêm causando impactos na fragilidade humana, e dentro do sistema educacional, tais implicações revelam consequências que atingem de forma significativa a vida de muitas pessoas. Porém, também mostrou possibilidades de executar ações como a SEMEI e atingir tantas pessoas, o que no modelo presencial não seria possível. Permitiu também a aprendizagem de metodologias ativas, utilizando as tecnologias que outrora não eram tão frequentes.

Outro ponto da SEMEI foi a participação e o comprometimento das famílias que se envolveram e participaram de forma assídua nas atividades síncronas e assíncronas, de forma que a temática conseguiu atingir positivamente professores, alunos e pais. Para Beckes, Teles e Araújo (2020), o engajamento da família na educação implica em impactos positivos na aprendizagem dos estudantes, e isso já está amplamente difundido em estudos, sendo um consenso na comunidade educacional.

CONCLUSÕES

Uma educação de perspectiva inclusiva versa sobre garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento da aprendizagem e das habilidades de todos os alunos. Compreendendo que a educação é um direito, é dever da escola garantir a aprendizagem, compreendendo que ela se edifica de maneira singular para cada um.

Como resultado da SEMEI, foi perceptível o engajamento dos professores, dos estudantes e das famílias buscando conhecer a Libras, dando continuidade ao trabalho mesmo com o término do projeto. A SEMEI foi além dos objetivos propostos. Entre as metas

⁶ O webinar continua disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t7iwmwrz2io&t=3229s>

estabelecidas no projeto, constava aumentar o número de matrículas de estudantes público da educação especial na sala regular e no Atendimento Educacional Especializado. Esse aumento pode ser observado especialmente nas matrículas da Educação Infantil. No ano de 2020, de acordo com o Censo escolar, entre as 13 escolas que ofertavam a Educação Infantil no município, havia apenas 2 matrículas de estudantes público da educação especial. Em 2021, de 11 escolas que ofertam essa etapa, foram matriculados 10 estudantes públicos da educação especial. Constatou-se que o objetivo de aumento de matrículas no AEE foi atingido, pois em 2020 tinha 39 alunos e em 2021 o número subiu para 49.

A SEMEI mostrou ainda que a participação e o engajamento da família são fundamentais, principalmente no modelo do ensino remoto como mediador para o processo de aprendizagem. Assim, como pontua Mantoan (2020, p. 84) “Um ensino vivo, que tem sentido, tem força, não vem embalado e selado em livros e apostilas.” Escola é feita de gente, diversa, múltipla, complexa e em transformação, e ao avaliar a qualidade do ensino quando apenas alguns alunos podem ser atingidos, promove-se a exclusão e limita-se os alunos.

Uma escola para todos precisa ser palco de experimentação de novos caminhos possíveis, tanto no sentido de ensinar como de aprender (MANTOAN, 2020). De fato, existem desafios na educação de perspectiva inclusiva que precisam ser rompidos, mas a superação desses desafios pode ser possível quando escola, gestão e famílias caminham juntas e com o mesmo objetivo, redescobrimo possibilidades e permitindo romper com práticas excludentes, tornando a escola um espaço para todos.

REFERÊNCIAS

BACKES, D. R. S.; TELES, P. S.; ARAÚJO, J. M. E. Desafios do Ensino Remoto para Pessoas com Deficiência no Município de Nossa Senhora do Socorro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”, 14. São Cristóvão, 2020. n. 2. **Anais...** São Cristóvão/SE: EDUCON, 2020. p. 01-13.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

MANTOAN, M.T. E. Escola boa é para todos. In: MACHADO, R.; MANTOAN, M. T. E. (orgs.). **Educação e Inclusão:** entendimentos, proposições e práticas. Blumenau: Edifurb, 2020. p. 77-90.

SILVA, E. K. S.; CORRÊA, A. M. S.; GONÇALVES, T. D. T.; PIRES, A. C. Letramento

Inclusivo: atividades envolvendo egressos da UFCG. *In: SILVA, G. C. (orgs.). **Experiências em ensino, pesquisa e extensão na universidade***. Fortaleza: Imprece, 2021. p. 126-139.

AVALIAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ROCHA, Aline Sarmento Coura¹; LACERDA, Maria Elisabete Pereira de²; SILVA, Karina Ingedy Leite da³.

“Porém, mais importante do que enquadrar num diagnóstico, é identificar as possibilidades da criança numa perspectiva inclusiva de sociedade e educação”.
(Duanne Bonfim)

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como escopo apresentar um relato de experiência de prática exitosa, vivenciada durante o ano de 2021, na Educação Inclusiva da cidade de São José da Lagoa Tapada, Paraíba, com alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), com faixa etária entre 3 e 15 anos, matriculados na rede municipal de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II.

Com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência, foi aplicado o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) com os estudantes com Necessidades Educacionais Especiais e seus genitores. Essa prática foi um marco no processo de ensino-aprendizagem, pois possibilitou ter uma visão ampla das habilidades e dificuldades dos educandos, para direcionar melhor o plano de ensino. Isso possibilitou conhecer melhor esses alunos na sua realidade social, familiar e escolar, além de investigar os pré-requisitos para leitura e escrita, habilidades que ainda não dominavam, e assim poder

¹ Doutora em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE/SP), e-mail: alinecourasj@gmail.com.

² Especialista em Psicopedagogia Institucional e em Libras pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), e-mail: melisabetep@hotmail.

³ Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa (CINTEP), e-mail: kilsingridy@hotmail.com.

intervir e melhorar a prática educativa e contribuir com desenvolvimento dos estudantes com NEE.

DESENVOLVIMENTO

A experiência, foco deste texto, ocorreu a partir de observações e reflexões de dificuldades relatadas pelos profissionais diretamente ligados ao ensino e à aprendizagem dos alunos com NEE. Eram recorrentes as angústias dos profissionais da educação, sobretudo, dos docentes e das cuidadoras especiais, que não sabiam qual caminho trilhar para que o aprendizado acontecesse. Os conteúdos eram ensinados, mas os estudantes não assimilavam.

Conforme Poker (2013, p. 08), “O salutar é não estacionar no já pensado e proposto, mas superar, construir novos olhares e proposições, criar e projetar diferentes e infinitas possibilidades de intervenções, pois as pessoas são únicas e repletas de potencialidades.” Levando em consideração que a avaliação diagnóstica é o que possibilita aos educadores conhecer as habilidades e competências dos alunos nos âmbitos familiar e escolar, precisava-se de um instrumento avaliativo específico que mostrasse os aprendizes nos seus aspectos biopsicossociais, com fundamentações pertinentes e experimentadas/vivenciadas no contexto educacional. Como destacam Fernandes e Freitas (2007, p. 47),

A avaliação é uma das atividades que ocorre dentro do processo pedagógico. Este processo inclui outras ações que implicam na própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação, portanto, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como no sentido de uma apreciação final sobre o que o estudante pode obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras.

Nessa perspectiva, foi utilizado um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que serviu como roteiro de avaliação para colher as informações e organizar o trabalho dos profissionais envolvidos diretamente com esses estudantes. A esse documento, foram acrescentados alguns questionamentos que investigaram habilidades pré-escolares, haja vista que, como já relatado, esses alunos não eram alfabetizados. Ao afirmar que todos os seres humanos são capazes de aprender, Vygotsky (1993) ressalta a necessidade de adaptar as formas de ensinar. Sendo assim, o PDI foi aplicado com todos os alunos com Necessidades Educacionais

Especiais da rede municipal de ensino de São José da Lagoa Tapada – PB.

Vale ressaltar que o preenchimento do PDI não pode nem deve ser generalizado, considerando apenas o tipo de deficiência apresentado pelo sujeito. O professor precisa entender e analisar quais são as especificidades e heterogeneidades de cada aluno, conhecendo-o além da deficiência que apresenta, ou seja, analisando sua história de vida, sua família, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas habilidades, suas competências, suas dificuldades etc. (POKER, 2013, p. 13).

A aplicação do PDI se deu de forma colaborativa entre todos os profissionais da Secretaria de Educação, inclusive com apoio logístico. Além disso, o ambiente em que foram aplicados os questionários aos pais foi acolhedor e as atividades direcionadas aos alunos foram elaboradas de forma lúdica e aplicadas pelas cuidadoras com suporte psicopedagógico, com a inserção de jogos, atividades de colagem, pintura etc. Além de investigar as habilidades pré-escolares e da vida diária, o momento também possibilitou trabalhar as competências emocionais, tudo com o devido cuidado, usando protocolos e medidas de prevenção e controle à Covid-19, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Diante dos resultados obtidos na aplicação do PDI, que é a primeira parte da avaliação, foram analisadas as especificidades e as particularidades de cada um desses estudantes, relevantes para a sua melhor autonomia no espaço escolar, na sala de aula, na interação com os professores, com os colegas e no aprendizado, conhecendo suas limitações e potencialidades, os aspectos sociais e de saúde. Desse modo, algumas ações foram necessárias, dentre elas o encaminhamento para acompanhamento psicológico, psicopedagógico, fonoaudiológico, neurologista, psiquiatra, oftalmologista, assistência social, dentre outros. Quanto aos atendimentos psicopedagógicos, estão sendo realizados na própria Secretaria de Educação, o que se tornou possível mediante a reforma do espaço e a compra de materiais pedagógicos com recursos próprios para melhor atender essa demanda.

Além disso, os planejamentos pedagógicos e psicopedagógicos consideraram, principalmente, as potencialidades, as histórias e formas de aprender dessas crianças e adolescentes, direcionando as ações que orientam a intervenção pedagógica, visando o desenvolvimento desses no âmbito escolar e na sociedade da qual fazem parte. Nesse sentido, Blaszkowski, Portilho e Ujii (2016, p. 146) destacam que:

O psicopedagogo necessita conhecer e valorizar as diferentes aprendizagens construídas ao longo da história de vida da pessoa, considerando que estas podem contribuir para enaltecer a aprendizagem ou favorecer o aparecimento de dificuldades. O olhar e a escuta para aquele que aprende, considerando suas experiências, conhecimentos, sentimentos, valores, habilidades, dificuldades e potencialidades é a atitude que se espera do psicopedagogo que trabalha considerando a totalidade da pessoa.

É oportuno registrar que tem sido essencial conhecer também as dificuldades ora apresentadas pelos alunos em todas as áreas que interferem na aprendizagem, direcionando, assim, as ações da equipe para atender às necessidades educacionais desses estudantes não só no contexto escolar, mas também no contexto familiar.

CONCLUSÕES

Todo esse trabalho foi de grande importância para nortear a elaboração da intervenção pedagógica especializada com a elaboração de um Plano Pedagógico Especializado, que, por sua vez, permitiu a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individual. O PDI possibilita aos profissionais elaborar estratégias e utilização de recursos pedagógicos diferenciados, adaptados e alternativos, o que favorece o trabalho educacional específico, com o objetivo de fazer com que esses alunos possam compensar as dificuldades advindas de seus comprometimentos físicos, emocionais ou intelectuais, melhorando ao máximo as condições para que possam desenvolver suas habilidades.

Diante de todas essas ações e intervenções, a Educação Inclusiva no município de São José da Lagoa Tapada – PB vem se efetivando, não apenas no sentido de acolher os estudantes com NEE nas salas de aula do ensino regular, mas de assisti-los, de fato, proporcionando a aprendizagem escolar e a socialização dessas crianças e adolescentes no âmbito institucional e também orientá-los no convívio familiar em suas residências.

REFERÊNCIAS

BLASZKO, Caroline Elizabel; PORTILHO, Evelise Maria Labatut; UJJIE, Nájela Tavares. Atuação psicopedagógica na equipe multidisciplinar: relevância da interação do psicopedagogo com os profissionais que atendem alunos com dificuldades específicas de aprendizagem. In: UJJIE, Nájela Tavares. **Psicopedagogia clínica & institucional: nuances, nexos e reflexos**. Curitiba: CRV, 2016. p. 143.

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre Currículo: Currículo e Avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

POKER, Rosimar Bortolini *et al.* **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BIBLIOTECA ITINERANTE – UMA VIAGEM DE AVENTURAS E DESCOBERTAS DESEMBARCA NA SUA CASA

Alessandra Maria Inácio¹; Ana Paula Mendes²; Maria Elivauma de Oliveira Fernandes³



A Biblioteca Itinerante levando o mundo da leitura à casa do estudante

“E penso que meu mundo seria muito pobre se em mim não estivessem os livros que li e amei...” (Rubem Alves)

¹ Graduação em Pedagogia e Filosofia, Especialista em Psicopedagogia, Coordenadora Pedagógica SME, EMEIF. Irapuan de Vasconcelos Sobral, e-mail: mendesanapaula2173@gmail.com

² Graduação em Pedagogia, Especialista em: Psicopedagogia Institucional e Clínica, Neuropsicopedagogia, Coordenadora Pedagógica SME, EMEIF Francisco Emerson de Lucena, e-mail: alessandrainaciosjp@gmail.com

³ Graduação em Pedagogia, Coordenadora Pedagógica SME, EMEIF. Joaquim Pereira Lima, e-mail: elivauma2018@gmail.com

INTRODUÇÃO

O relato ora apresentado é fruto de uma experiência do projeto de leitura *Biblioteca Itinerante - uma viagem de aventuras e descobertas desembarca na sua casa*, realizado no município de São José de Piranhas – PB, nas escolas do Sistema Municipal de Ensino, com o objetivo de incentivar o prazer pela leitura no contato com diversas obras literárias em tempos de pandemia da Covid-19. No momento em que o cenário escolar aponta para a necessidade de estreitamento de laços com as famílias e os estudantes, no sentido de instigar o interesse e a continuidade da aprendizagem na perspectiva da garantia do direito de aprender, a Secretaria Municipal de Educação, junto à sua equipe docente e pedagógica, propôs, por meio deste projeto, o desenvolvimento de uma prática de leitura voltada para a formação de leitores e escritores proficientes.

Côncios da necessidade de recuperar os danos de aprendizagem decorrentes da crise social imposta pela pandemia, urge a adoção de posturas e abordagens diferenciadas na condução das atividades educacionais de formação dos estudantes, propondo ações que permitam ir além dos muros da escola. Oferecer um livro para ler em casa em tempos de pandemia é uma forma de carinho, uma possibilidade, um convite irresistível para a aventura da leitura, sobretudo em um momento tão sensível.

A relevância do projeto consiste em promover aos alunos momentos de leitura de uma maneira criativa e pedagógica, usando métodos lúdicos para que as crianças desenvolvam o prazer de ler.

DESENVOLVIMENTO

A Secretaria Municipal de Educação de São José de Piranhas – PB, na busca de desenvolver estratégias de motivação aos alunos, para que, mesmo distante da escola física, reconheçam que a escola vive dentro de cada um e que a leitura deve ser um hábito presente na escola ou fora dela, realizou no período de 15/06/2021 a 21/08/2021 o Projeto de Leitura: *Biblioteca itinerante - uma viagem de aventuras e descobertas desembarca na sua casa*, organizado em duas etapas através de ações didáticas, de forma a promover o incentivo à leitura, como estímulo para desenvolver a capacidade intelectual e crítica no indivíduo, desde o início da sua formação.

De acordo com a BNCC, a leitura desenvolve habilidades de

Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos (BRASIL, 2018, p. 87).

Partindo desse pressuposto, as ações foram planejadas com vistas ao desenvolvimento de habilidades leitoras, objetivando também assegurar a continuidade da aprendizagem em tempos de pandemia.

O projeto foi, inicialmente, apresentado através de uma live de abertura, realizada no canal do Profeshow no YouTube⁴. Na ocasião, foi realizado um momento de contação de histórias e uma enquete sobre o personagem favorito dos espectadores, com direito a brindes.

Na sequência, foi desenvolvida a ação da sacola viajante, em que o mundo mágico da leitura foi transportado pela equipe da Secretaria de Educação e escolas no carro da biblioteca itinerante, levando personagens com livros e mimos para o encantamento dos estudantes dos Anos Iniciais do Sistema Municipal de Ensino. Foi perceptível a emoção sentida por cada criança ao receber em sua casa livros que podem abrir-lhes o mundo. Cada sorriso, cada foto, é parte do registro de uma história que marcou profundamente.

O projeto sensibilizou as famílias dos estudantes para embarcar nessa viagem de incentivo ao prazer de ler, criando no contexto familiar um ambiente leitor, desenvolvendo a capacidade leitora e a reflexão acerca das histórias abordadas nos livros.

Convém ressaltar que essa ação da sacola viajante continuará acontecendo da escola para a casa do estudante, de forma contínua, para que o incentivo à leitura seja algo constante. Assim vem defendendo Cagliari (1992, p. 148): “A leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma”.

Pensar a leitura como extensão da escola é fundamental para o desenvolvimento de aprendizagens, tendo em vista que é preciso saber ler para compreender o mundo e atuar sobre ele. A leitura é necessária para o desenvolvimento de potencialidades inerentes à vida social, como parte integrante de um processo que inicia e tem continuidade na família e demais grupos sociais. Quem ler tem o que falar, imaginar e transformar. É lendo que nos transformamos e

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCFFOYCGFmnrQ5PIjKsMK1Jw>

damos significado ao que aprendemos.

Partindo desse pressuposto, durante o projeto, foram desenvolvidas diversas ações estratégicas dentro das salas de aulas virtuais e fora delas, envolvendo dentre outras temáticas, a contação de histórias pelo professor (Eu conto, você reconta) e a organização do cantinho de leitura em casa. Foi possível perceber o engajamento de todos os educadores para a motivação dos alunos e familiares a participarem do projeto.

No concurso de vídeo “Eu conto, você reconta”, os estudantes foram estimulados através dos seus professores a ouvir e recontar histórias. Nesta etapa, os professores se caracterizaram, usaram adereços, gravaram vídeos, tutoriais, distribuíram contos gravados, com o objetivo de encantar e mobilizar os estudantes a participarem, sendo esse material divulgado no canal do Profeshow, no YouTube.

O cantinho da leitura em casa foi um destaque no projeto, pois houve o envolvimento e a dedicação da família e dos estudantes na organização desse espaço leitor, servindo de estímulo e organização para a rotina escolar.

Figura 1: Cantinho da leitura em casa



Fonte: Própria (2021).

Ao utilizar o cantinho de leitura, os alunos puderam gravar vídeos, tirar fotografias, ilustrar a história lida, fazer colagem representando a história, recontar a história para um familiar, realizar leitura (vídeo ou áudio) para acolhida diária no grupo do WhatsApp. Nesse pressuposto de metodologias que norteiam o cantinho da leitura, infere-se que:

O amor pelo livro não é coisa que aparece assim de repente. É preciso ajudar a criança a entender o que eles podem lhe oferecer. Cada livro pode trazer uma ideia nova, ajudar a fazer uma descoberta importante, ampliar o horizonte da criança. Aos poucos ela ganha intimidade com o objeto-livro. Uma coisa é certa as histórias que os pais contam e os livros que pais e filhos veem juntos formam a base do interesse a ler e a gostar dos livros (SANDRONE; MACHADO, 1998, p. 16).

Sabe-se que o papel da família é fundamental para a formação de leitores e quando estes encontram em sua casa um ambiente estimulador e pais que lhes servem de exemplo, que também praticam a leitura e intervêm nesse processo, têm uma facilitação na construção da habilidade leitora.

Foram distribuídos 1.082 (um mil e oitenta e dois) livros nas sacolas viajantes, contemplando todos os alunos dos Anos Iniciais, das 15 escolas da zona urbana e zona rural que ofertam esta etapa de escolarização no Sistema Municipal de Ensino de São José de Piranhas – PB. O projeto seguiu com a segunda etapa como um fio condutor, entrelaçando diversos gêneros textuais. As ações da segunda etapa foram promovidas através de desafios literários, gincana e concurso de post card ou cartaz sobre a importância da leitura.

Na realização da segunda etapa, foram introduzidos os gêneros textuais que circulam o universo das crianças, como os contos, as fábulas e os poemas, desafiando-as a lerem e expressarem suas emoções, através de dramatizações, desenhos, recital de poesias, produção de vídeos etc.

Dentre as ações realizadas nessa etapa, teve destaque o concurso de criação do Post Card ou cartaz, com o objetivo de possibilitar produções escritas e em outras linguagens (visuais, verbal e não verbal), com a utilização ou não de recursos tecnológicos, com o intuito de que os estudantes pudessem expressar o seu pensamento, produzindo frases sobre a importância da leitura, como também a Gincana Literária proposta através da biblioteca virtual, que possibilitou aos estudantes o contato com a leitura de diversas obras, com a indicação de um livro a ser explorado pelo professor, momento em que ocorreu uma mobilização e participação efetiva dos estudantes.

O projeto foi finalizado com uma live de encerramento transmitida no canal do Profeshow, onde foram apresentadas as ações realizadas, por meio de fotos e vídeos, como também depoimentos de alunos, pais e professores sobre a importância de cada ação realizada para o desenvolvimento do gosto e prazer pela leitura.

CONCLUSÕES

Educar com novas tecnologias é um desafio, mas é possível fazer experiências possíveis em condições concretas e explorar novas dimensões e novas possibilidades de aprendizagens. Assim, em meio a um período pandêmico, de distanciamento social, pensou-se, de forma coletiva, numa proposta de trabalho com a leitura mediante estratégias que proporcionassem o engajamento de todos os atores envolvidos no processo, objetivando a melhoria do processo da aprendizagem dos alunos.

A definição das estratégias adotadas no projeto, o delinear das principais atividades e a seleção dos recursos didáticos mais adequados, tendo sempre presente as competências a serem desenvolvidas pelos estudantes e professores, foram importantes como vivência e pesquisa sobre as possibilidades de estimular o gosto pela leitura nesse novo contexto atual.

De acordo com os relatos das famílias e dos professores, a realização do projeto possibilitou excelente participação e envolvimento dos estudantes, no sentido de intensificar a leitura e de estimular o interesse pelos estudos, o que foi possível através do engajamento e da dedicação da família e dos docentes durante o processo.

Portanto, as experiências exitosas vivenciadas pelo projeto vieram fortalecer ainda mais a parceria entre família e escola no ambiente escolar, através do compartilhamento de saberes e de práticas que consolidaram a aprendizagem a partir de ações simples, tornando os alunos verdadeiros protagonistas da sua própria aprendizagem, abrindo ainda um leque de novas metodologias ativas para desenvolver a aprendizagem de forma significativa e prazerosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização & linguística**. São Paulo: Scipione, 1992.

SANDRONI, L. C.; MACHADO, Luiz R. **A criança e o livro**: Guia prático de estímulo à leitura. 4 ed. São Paulo: Ática, 1998.

SÍNDROME DE DOWN E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM ATIVIDADES REMOTAS

Maria do Socorro Garcia de Figueiredo¹; Marilene Ribeiro Gomes²



Sandra Maria da Silva Nascimento em atividades remotas de colagem e pintura

¹ Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais, Secretaria Municipal de Educação-Taipu/RN, e-mail: landinhagarcia02@gmail.com

² Especialista em Psicopedagogia e Coordenadora do Setor de Educação Especial, Secretaria Municipal de Educação-Taipu/RN, e-mail: marigomeseduc@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Taipu – RN foi instituída em fevereiro de 2017. Na ocasião, a professora Marilene Ribeiro Gomes passou a coordenar o setor. No ano letivo de 2020, buscamos desenvolver um trabalho com os alunos com deficiências, numa perspectiva inclusiva, através da realização das atividades remotas adaptadas de acordo com a deficiência ou transtornos apresentados.

A professora Maria do Socorro, que leciona na Creche Municipal Francisca de Assis, desenvolveu atividades remotas com a aluna Sandrinha, cuja deficiência é a Síndrome de Down. Mesmo em meio a um momento difícil de pandemia, foi realizado um trabalho exitoso com a aluna e, nesse sentido, também destacamos a participação da família nas atividades enviadas. A família participou com êxito da proposta, com isso, a professora obteve resultados surpreendentes no desenvolvimento da aluna em vários aspectos da sua aprendizagem.

Diante disso, possibilitamos que a Educação Especial e Inclusiva desenvolvesse, nesse momento pandêmico, atividades exitosas. Para isso, fez-se necessário pensar em práticas pedagógicas que contribuíssem para a inclusão das pessoas com deficiência. Conforme Ropoli *et al.* (2010, p. 09),

Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Assim, destacar práticas pedagógicas inclusivas de forma remota é reconhecer que esse processo pode desenvolver a aprendizagem dos alunos com deficiências, desde que, além da escola e do professor, a família também participe de forma eficaz nesse processo, para que de fato, tenha bons resultados. Destacamos ainda que Sandrinha foi bastante participativa nas atividades propostas. Cada atividade teve seu objetivo alcançado dentro das possibilidades, dos limites e das habilidades dela.

Podemos perceber este desenvolvimento a partir do relato descrito pela professora de Sandrinha.

DESENVOLVIMENTO

A Creche Municipal Francisca de Assis do Nascimento é situada na zona urbana de Taipu, estado do Rio Grande do Norte. A professora da aluna Sandrinha possui formação técnica em Magistério, graduação em Pedagogia, e especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais. Nesta instituição, muitos são os obstáculos, porém, também alcançamos conquistas, ao constatar que ex-alunos superaram suas limitações. Ao longo desses anos, passamos momentos inusitados, mas nenhum se compara ao que estamos vivenciando agora. Os anos 2020/2021 ficarão marcados por inúmeros acontecimentos, grandes tragédias, vidas que foram interrompidas do dia para a noite, sentimentos de pânico, medo, indecisão, tristeza, que tomaram conta do cotidiano de milhares de famílias.

Sabemos que ainda estamos vivenciando momentos difíceis, entretanto, não podemos deixar de dizer que está repleto de esperanças e desafios na área da educação. Preparar e desenvolver as atividades remotas para alunos com deficiências não é tarefa fácil. Tudo isso nos fez repensar o nosso modo de ensinar. Esse repensar dos professores teve como resultado o fortalecimento do vínculo com os alunos. As aulas remotas fizeram-nos perceber o quanto o nosso compromisso e responsabilidade, como docentes, é grande, pois consideramos que a educação é o meio mais importante para o desenvolvimento da criança, principalmente aquelas com algum tipo de deficiência. Este cenário caótico, desesperador, reflexivo e de muita ressignificação da prática docente trouxe mudanças radicais no processo educacional.

Sabemos que a Educação Infantil se caracteriza pela relação de interação e socialização com crianças, o professor tem como um dos objetivos principais criar vínculos afetivos entre as crianças, a família e a escola. Porém, como estabelecer essa relação trabalhando com plataformas virtuais, comunicando-se, na maioria das vezes, apenas pelas redes sociais, e também com as atividades impressas enviadas para os alunos? Como avaliamos o desenvolvimento da criança, por meio de vídeo e fotos encaminhadas pelos pais, nas devolutivas das atividades propostas? Esse contexto nos levou a buscar maneiras para superar barreiras que pudessem fazer com que a aluna Sandrinha, uma criança com Síndrome de Down, fosse engajada em situações de desafios no processo de ensino-aprendizagem.

Diante disso, as alternativas que buscamos para despertar o interesse dela nas aulas remotas, procurando auxiliar os pais ao máximo, foi inicialmente conhecer a aluna, pois

consideramos que uma das maneiras mais fáceis de dar sentido ao aprendizado é relacioná-lo com a própria vida do estudante. Assim, conhecendo melhor a aluna, as suas preferências, aquilo que não gosta, as habilidades que ela possui e as suas dificuldades, foi possível entender que as crianças, em particular com Síndrome de Down, aprendem de maneiras diferentes umas das outras e no seu tempo.

A partir dessa percepção, há cinco meses, iniciamos as aulas remotas com Sandrinha, com três anos de idade, na Educação Infantil. Desenvolvemos a primeira atividade pedagógica objetivando a apreensão da sua identidade como forma de conhecê-la melhor e de promover seu autoconhecimento, com foco nas preferências de cor, gosto alimentar, brincadeiras, seu conhecimento das letras, entre outros. As respostas das referidas atividades pedagógicas foram realizadas através de desenhos livres.

Ao receber e analisar as repostas, foi possível constatar que a aluna apresentava dificuldades cognitivas e motoras em todas atividades propostas, mesmo sendo auxiliada pela mãe. Em geral, crianças com Síndrome de Down se desenvolvem mais devagar do que as crianças de sua faixa etária, alcançando as etapas do desenvolvimento de forma mais tardia e ficando nelas por mais tempo. A diferença no desenvolvimento entre crianças com síndrome de Down e crianças sem a Síndrome aumenta com a idade.

Diante disso, foi realizada atividades lúdicas com cores, letras e números de maiores dimensões, focando a coordenação motora fina e ampla, uso de leitura de imagens, massinha de modelar, entre outras atividades com uso de materiais diversos. Entretanto, foi necessário estabelecer comunicação efetiva com a família, procedimento que fez toda a diferença no avanço das aprendizagens de Sandrinha.

A aluna, que tinha dificuldades de segurar no lápis, pincéis ou outros objetos para realizar as atividades pedagógicas, passou a fazer uso destes para escrever traços, letras, números, rabiscos e pinturas, sempre demonstrando interesse em realizar as tarefas, sorridente e comunicativa.

O atendimento da criança com Síndrome de Down, na faixa etária de zero a três anos, deve reunir um conjunto de experiências integradas e vivenciadas globalmente, que permita comunicar-se, jogar e brincar em um contexto escolar e familiar, em que ela assimile e acomode as aprendizagens de uma forma organizada e sistemática, lúdica e divertida (MILLS, 2003).

Nesse sentido, foi de extrema importância fortalecer a relação de confiança entre família e escola, pois esta se tornou parceira nas atividades pedagógicas realizadas por Sandrinha, garantindo a mudança de olhar de ambos, escola e família, para o desenvolvimento da criança, permitindo compreender a importância do trabalho colaborativo para atingir os objetivos de aprendizagens, estimulando as habilidades e possibilitando à criança com Síndrome de Down o acesso a uma educação de fato e de direito.

Portanto, Sandrinha continua sendo encorajada para se adaptar a essas novas condições, mas precisa ser estimulada diariamente, pela família e pela escola. Os avanços alcançados nas aprendizagens não podem ser comprometidos em virtude do distanciamento, devemos continuar com as atividades remotas e encurtar o caminho do desenvolvimento por meio de estímulos pedagógicos.

CONCLUSÕES

As práticas pedagógicas de forma remota, voltadas ao desenvolvimento dos alunos com deficiência, quando pensadas a partir de suas potencialidades, contribuem no processo de inclusão no espaço familiar e social. Todavia, faz-se necessário, cada vez mais, buscar meios que agreguem o desenvolvimento intelectual dos alunos de forma significativa no processo de ensino-aprendizagem, com olhar inclusivo. Assim, reconhecemos a importância da relação entre a escola e a família nesse momento pandêmico. Ambas, quando caminham na direção da inclusão, têm visões que inovam e reconhecem os alunos com deficiência enquanto sujeitos de direito, capazes de aprender e de construir suas histórias.

A realização desse trabalho nos proporciona e nos incentiva ainda mais na realização e na concretização da criação do Núcleo Municipal de Apoio Multidisciplinar de Inclusão, colaborando no atendimento especializado de alunos com deficiência e transtornos no município de Taipu – RN, com parcerias entre a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e, assim, dar o apoio necessário para que os mesmos possam avançar no processo de aprendizagem na escola, de acordo com suas especificidades e habilidades.

REFERÊNCIAS

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MILLS, Nancy Derwood. A educação da criança com Síndrome de Down. *In*: SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. 2 ed. São Paulo: Memnon/Mackenzie, 2003.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et al.* **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

XADREZ: UM INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Patrícia de Medeiros Bezerra¹; Edla Medeiros de Azevedo Moraes²; Adriane Simplício de Medeiros Santos³



¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Acaraú. Email: patricia_de_m@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia pela FIP- Faculdade Integrada de Patos. Email: edlamedeiros@hotmail.com

³ Graduada em Pedagogia pela FIP- Faculdade Integrada de Patos. Email: adrianesimplicio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a escola é olhar esta instituição que tem por função promover a aprendizagem de todos os educandos, no entanto, há o que se questionar, o que fazer para que todos aprendam? O que a escola precisa fazer para que não haja reprovação? A partir desses questionamentos, pode-se destacar a necessidade de desencadear projetos que favoreçam de modo significativo a aprendizagem. Por pensar em propiciar a aprendizagem de forma dinâmica e motivadora, o jogo pode ser um instrumento de fundamental importância para o desenvolvimento físico e mental da criança, o que vem a facilitar a construção de seu conhecimento.

Trabalhar com jogos na escola requer uma reflexão bem desafiadora, não é o jogo pelo jogo, mas o jogo como um instrumento de aprendizagem, que possibilite ao professor a análise das jogadas e as possíveis intervenções, e que, de modo geral, o professor tenha claro seus objetivos.

É interessante destacar que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o jogo auxilia na compreensão de regras:

“Em estágio mais avançado as crianças aprendem a lidar com situações mais complexas (jogos com regras) e passam a compreender que as regras podem ser combinações. Os jogos com regras têm um aspecto importante, pois neles o fazer e o compreender constituem faces de uma mesma moeda. (BRASIL, 1997, p. 49).”

Desse modo, é interessante ressaltar o quanto o jogo pode contribuir para a efetivação da aprendizagem. É importante deixar bem claro que o trabalho pedagógico utilizando o instrumento, jogo, deve estar pautado em possibilitar aos aprendentes a construção do conhecimento. Assim pensando, a escola, por entender a necessidade de fomentar e promover a aprendizagem, desenvolveu o projeto intitulado “*O xadrez: um instrumento de aprendizagem*”, visto ser um jogo de estratégia que desenvolve a memória e a concentração e que, por conseguinte, contribuirá para a promoção da aprendizagem, entendida como um “processo psicossocial complexo e de longo prazo que consiste na aquisição ou na modificação individual de informações, conhecimentos, compreensão, atitudes, valores, habilidades, competências ou comportamentos, por meio de experiência, prática, estudo ou instrução (UNESCO, 2016, p. 14)”.

Nesse sentido, a aprendizagem resulta das experiências que são propiciadas aos estudantes na vida em sociedade, sob seu aspecto cultural, e da qualidade de práticas mediadoras de aprendizagem que lhes sejam apresentadas. Assim sendo, entende-se que, como afirma Vygotsky (1998), a aprendizagem precede e impulsiona o desenvolvimento, requerendo contínua reflexão sobre as ações pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino. E partindo dessa premissa, compreende-se que a aprendizagem é um processo contínuo, que se concretiza ao longo da vida humana.

JUSTIFICATIVA

Pensar na função social da escola é se voltar para ela e analisar se realmente sua função social está sendo concretizada. Observa-se que muitos educandos apresentam dificuldades, sendo mister viabilizar ações que possam favorecer a aprendizagem, a exemplo do trabalho com jogos. Por ser um instrumento dinâmico, desafiador e motivador, o jogo provoca um certo prazer e interesse. Com esse pensamento, este projeto buscou evidenciar os jogos de tabuleiro, de modo especial, o xadrez, um jogo que também pode ser entendido como um esporte.

O xadrez é um jogo bastante interessante, que trabalha várias disciplinas, pois, além da matemática, pode envolver a história, a arte, a língua portuguesa e a geografia. Outro ponto muito importante no xadrez é o trabalho com as regras, que não podem ser violadas, o que, por sua vez, envolve um trabalho ético. Observando todo o jogo, suas características, sua essência, verifica-se que utilizá-lo como instrumento pedagógico pode trazer muitas contribuições.

Nessa perspectiva, em que se frisa a função como prioridade, é importante reconhecer que a escola é um local propício para a construção do conhecimento e, nessa linha, o xadrez torna-se um instrumento valioso, pois, de acordo com Simole, Diniz e Cândido (2007), configura-se como um dos recursos que favorece o desenvolvimento da linguagem, diferentes processos de raciocínio e a interatividade entre alunos. Portanto, por ser o xadrez um jogo de estratégias, possui pontos importantes que favorecem no desenvolvimento de habilidades, tais como: atenção, a busca pelo melhor lance a ser realizado, ou seja, a melhor estratégia, concentração, dentre outros benefícios.

UM POUCO DA HISTÓRIA DO XADREZ

O xadrez é um jogo de mesa de natureza recreativa e competitiva para dois jogadores. É praticado sobre um tabuleiro quadrado e dividido em 64 casas, alternadamente, brancas e pretas. De um lado, ficam as 16 peças brancas e, de outro, um mesmo número de peças pretas. Cada jogador tem direito a um lance por vez. O objetivo da partida é dar o xeque-mate no adversário. É um que exige dos jogadores raciocínio lógico. Surgiu no século VI, na Índia, com o nome de Shaturanga, os quatro elementos de um exército, em sânscrito, posteriormente, o jogo foi para China e para Pérsia. É da palavra persa SHAH, que significa rei, que provém o nome xadrez. É um dos jogos mais populares do mundo.

A história do xadrez no Brasil é longa, os primeiros campeonatos nacionais eram disputados em 1927. O primeiro campeão foi João de Souza Mendes Junior, ele venceu o campeonato que foi disputado no Rio de Janeiro. Mendes disputou diversos campeonatos de xadrez e foi um importante jogador para a história de xadrez no Brasil. O primeiro campeonato feminino de xadrez foi disputado em 1960 e a vencedora foi Dora de Castro Rúbio, o torneio aconteceu na cidade de Brusque e foi lá que Dora se consagrou a primeira mulher a ganhar um torneio de xadrez nacional no Brasil. O grande nome da história do xadrez no Brasil é o enxadrista Henrique Costa Mecking, o Mequinho. É considerado o melhor jogador de xadrez do Brasil e já chegou se tornar o terceiro no ranking mundial, no ano de 1977. Porém, Mequinho abandonou os tabuleiros durante um longo período para tratar de uma grave doença.

Outra lenda sobre a história do xadrez é a de que foi um jogo idealizado pelo Rei Salomão que não queria mais jogos que envolvessem sorte e habilidade física, mas que só dependesse da inteligência e estratégia dos competidores. A lenda conta que o Rei Salomão criou uma competição para que desenvolvessem um jogo com esses critérios e alguém inventou o xadrez.

O XADREZ COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO

É fundamental destacar que trabalhar o jogo como instrumento de aprendizagem facilita o processo do conhecimento, uma vez que o jogo motiva o educando a fazer novas descobertas, desenvolve a memória, a concentração, o raciocínio lógico e, assim, favorecerá no avanço de seu desenvolvimento. De acordo com o Documento Curricular do Rio Grande do Norte (2018):

“Os jogos exercem uma grande importância no processo de aprendizagem das crianças. O Coletivo de Autores (2012) traz o jogo como satisfação às necessidades de ‘ação’ das crianças, estimula o exercício do pensamento, faz desenvolver suas vontades e, ao mesmo tempo, as tornam conscientes de suas escolhas e decisões”.

Por ser um jogo de estratégia, entende-se que o trabalho com o xadrez contribui com a aprendizagem do aluno em vários aspectos. Além dos que já foram citados, pode-se também frisar que auxilia na relação com o outro e na socialização. É importante também ressaltar que o jogo xadrez, por ser um excelente suporte pedagógico, envolve alguns componentes curriculares, como: matemática, arte, língua portuguesa, história e, a partir desses componentes, vários objetos do conhecimento podem ser explorados, como: geometria, a interpretação, onde surgiu o jogo, entre outros pontos que forem explorados a partir do jogo.

É preciso ressaltar que, segundo Vygotsky (1988, p. 12), “O jogo da criança não é uma recordação simples do vivido, mas sim a transformação criadora das impressões para a formação de uma nova realidade que responda às exigências e inclinações dela mesma”. Diante desse pensamento, resalta-se que o jogo é uma ferramenta importantíssima para o desenvolvimento das habilidades do educando e, de modo especial, no que tange à convivência social, a lidar com as emoções e ainda com o cognitivo. Diante do exposto, o jogo é um instrumento por excelência para ajudar o educando a avançar.

VIVÊNCIA NA ESCOLA

No ano de 2018, a Escola Municipal Antônio Basílio, situada na Rua Nilton Ginane, nº 136, na sede do Município de Santana do Seridó – RN, na Microrregião Seridó Oriental, resolveu elaborar um projeto de xadrez em parceria com a Igreja Católica do Município. Esse projeto foi realizado com crianças do 1º ao 5º ano, vinculados às disciplinas de matemática, português, história e conhecimentos gerais. O professor foi protagonista nesse projeto, de forma construtiva a repassar seus objetos, de maneira que contribuiu com o crescimento cognitivo, social e afetivo dos educandos.

Para o desenvolvimento das habilidades e a construção do conhecimento por parte dos estudantes, a escola precisa oferecer estratégias para que todos avancem. Desse modo, a partir da realização desse projeto, pode-se concluir que os objetivos propostos, ou seja, o avanço no

desenvolvimento foi concretizado, o trabalho realizado com o xadrez como instrumento pedagógico foi relevante e de extrema importância para o alcance de algumas metas, traçadas para atender às dificuldades encontradas em alguns alunos, principalmente no que se refere à convivência em equipe e raciocínio lógico.

A partir de diagnósticos realizados na escola, foi possível observar que havia educandos que apresentavam dificuldades de aprendizagem e por entender os jogos como instrumentos de grande valia para auxiliar no processo de desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, a escola utilizou o xadrez como instrumento pedagógico, de modo a facilitar a concentração, a autoconfiança e o raciocínio lógico e, dessa forma, buscou promover e assegurar a aprendizagem dos alunos. Alguns objetivos do projeto:

- Conhecer a história do xadrez, sua origem;
- Identificar as peças e suas funções no xadrez;
- Localizar onde surgiu o xadrez;
- Aprender a jogar o xadrez;
- Produzir textos a partir das jogadas realizadas;
- Desenvolver e melhorar a concentração;
- Melhorar o raciocínio lógico;
- Fortalecer a autoestima;
- Interpretar dados;
- Resolver situações problemas envolvendo as operações;
- Adotar atitudes éticas na convivência social;
- Compreender regras;
- Identificar figuras geométricas;
- Realizar jogadas;
- Acompanhar através de uma avaliação contínua, processual e diagnóstica o desenvolvimento do educando, quanto às capacidades cognitivas, afetivas e sociais e, a partir dessa avaliação, realizar intervenções necessárias para a efetivação da aprendizagem.

Para a efetivação de um trabalho focado na aprendizagem dos educandos, foi necessário priorizar uma metodologia motivadora e estimulante. Por esta razão, ao trabalhar com o xadrez,

foi necessário realizar uma aula inaugural, a fim de apresentar o projeto, suas benfeitorias e sua contribuição para o aprendizado. Quanto às aulas, no primeiro momento, foram de forma lúdica, conhecendo a história do xadrez, sua origem, lenda, suas peças, qual a função de cada peça. Em um segundo momento foram trabalhadas as regras do jogo, sua importância e necessidade, fazendo uma alusão à realidade dos componentes curriculares. E em um terceiro momento, após o aluno já estar familiarizado com o jogo, passou-se para as jogadas, sempre alternando com a produção escrita, análise e resolução de problema. Também é preciso registrar que os alunos participaram tanto de campeonatos na escola, como dos JERN'S escolares nessa modalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª série): matemática. Secretaria de Educação. Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental (BNCC)**. Brasília, DF: 2017.

BRASIL ESCOLA. **Importância dos jogos segundo Vygotsky**. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/comportamento/a-importancia-dos-jogos-segundo-vygotsky.htm>

MUNDO EDUCAÇÃO. **Xadrez**.

Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao-fisica/xadrez.htm#:~:text=O%20surgimento%20do%20xadrez%20se,que%20prov%C3%AAm%20o%20nome%20xadrez.>

OLIVEIRA, Thiago Jesus de. O xadrez como alternativa pedagógica no âmbito escolar. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 20, 10 set. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/20/o-xadrez-como-alternativa-pedagogica-no-ambito-escolar>

PORTAL EDUCAÇÃO. **A história do jogo Xadrez no Brasil**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/historia-do-jogo-de-xadrez-no-brasil/48732>

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria da Educação e da Cultura. **Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte: ensino fundamental**. Natal, RN: SEC, 2018.

SMOLE, K.S.; DINIZ, M.I.; MILANI, E. **Jogos de matemática do 6º ao 9º ano**. Cadernos do Mathema. Porto Alegre: Artmed 2007.

UNESCO. **Glossário de Terminologia Curricular**, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IPUEIRA – RN EM TEMPOS DE PANDEMIA: NARRATIVAS TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS

Naide Lopes de Moraes¹; Dione de Medeiros Lima²



**Organizar conhecimentos de modo que estes possam dialogar entre si e fazer parte da vida humana, como se fosse uma cocha de retalhos costurados com harmonia e perfeita combinação de cores.
(Edgar Morin)**

¹ Especialista, UFRN, e-mail: profanaidelopes@gmail.com

² Especialista, UFRN, e-mail: dioneamil@gmail.com

INTRODUÇÃO

As escolas da rede de ensino municipal de Ipueira – RN, o Centro de Educação Municipal de Ensino Infantil e a Escola Municipal Francisco Quinino de Medeiros organizaram o Plano de Ação para o Regime Excepcional de Atividades Remotas a partir de suas realidades escolares, procurando ressignificar a prática didático-pedagógica, com o intuito de desenvolver atividades que promovessem novos olhares acerca do planejar e do avaliar, reinventando-se no novo formato de educação.

Essa ação teve como objetivo central a elaboração de estratégias de aprendizagem remotas, com formatos diferenciados e personalizados – de acordo com os níveis de ensino oferecidos –, para dar suporte pedagógico na elaboração de cronogramas de atividades a serem realizadas em casa no período de isolamento social, buscando meios para incentivar os professores a manterem contato com os alunos e suas famílias, orientando-os no desenvolvimento de tarefas escolares cotidianamente. Buscou-se, portanto, a adoção de medidas que minimizassem o prejuízo educacional, conforme as recomendações advindas dos órgãos de educação nacional, estadual e municipal, na tentativa de efetivar maneiras de dar continuidade às atividades educativas.

O regime excepcional de atividades remotas no município de Ipueira – RN atravessou quatro etapas. Tomando por base a primeira etapa do período compreendido entre 27/04/2020 a 26/06/2020, serão apresentadas considerações técnicas e pedagógicas, considerando falas coletivas dos profissionais em educação local. Sendo assim, será evidenciado o modo como se organizou a ação avaliativa diagnóstica do processo de trabalho realizado naquele período escolar, as reflexões e as discussões importantes para o planejamento das etapas seguintes.

O ato de Planejar

Visando um caráter emancipatório, buscando um conceito mais amplo de planejamento, entendido como uma preparação para qualquer empreendimento, onde se projetam ações antecipando as possibilidades a serem realizadas, o ato de planejar é o agir em função do que se pensa. Essa antecipação pode ser obra de um indivíduo ou grupo, ou ainda pode ocorrer de forma coletividade ampla, pois planejar é ter também a responsabilidade de concretizar algo que foi elaborado enquanto plano.

Segundo Vasconcellos (2000, p.79),

Planejar não é, pois, apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo se pensou. (...) o planejamento, enquanto construção-transformação de representações, é uma mediação teórico-metodológica para a ação, que, em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional.

Nesse contexto, Vasconcellos (2000) destaca o planejamento como processo de desenvolvimento de ações objetivas e subjetivas que envolvem espaço, tempo e condições materiais e políticas, bem como a disposição interior para que aconteça. Ampliando as discussões, Luckesi (1997) confirma que o planejamento é um processo contínuo e dinâmico, de reflexão, tomada de decisão, colocação em prática e acompanhamento.

No que se refere ao planejamento de educação escolar, Fusari (1988, p. 09) destaca:

O planejamento de educação escolar pode ser concebido como processo que envolve a prática docente no cotidiano escolar, durante todo o ano letivo, onde o trabalho de formação do aluno, através do currículo escolar, será priorizado. Assim, o planejamento envolve a fase anterior ao início das aulas, o durante e o depois, significando o exercício contínuo da ação-reflexão-ação, o que caracteriza o ser educador.

Nesse sentido, pode-se verificar a importância do ato de planejar nas instituições de ensino e na prática pedagógica. E ainda rever e/ou ressignificar essa prática no cotidiano escolar.

Narrativas Técnicas e Pedagógicas

Pensando sobre as inúmeras narrativas que compõem o período educacional na fase pandêmica, com a implantação do ensino remoto nas escolas da rede municipal de ensino em Ipueira – RN, nas falas técnicas e pedagógicas, buscou-se levantar dados a partir de aspectos relevantes, como os pontos positivos e as dificuldades no processo de trabalho remoto, as vivências pedagógicas, a relação família x escola e, sobretudo, a execução das rotinas diárias de efetivo trabalho escolar. A seguir, tem-se o resultado das falas coletivas, da investigação:

a) Os pontos positivos

Diante de um momento difícil, foi possível extrair lições e se reinventar, buscando novas estratégias e, sobretudo, mais aproximação da família, os principais articuladores. Também foi possível adequar a rotina para o ensino remoto para diminuir o impacto negativo da suspensão das aulas e, também, causar o menor conflito negativo na aprendizagem dos alunos; vencer o medo e se sentir mais seguro em repassar os conteúdos através das rotinas de atividades; a

adaptação e a interação do professor e da família ao ensino on-line; a oportunidade de aprendizagem única, pois foi um momento que forçou todos a se defrontarem com as tecnologias, as quais, muitas vezes, pareciam completamente distantes e assustadoras; a experiência de desenvolver atividade extraclasse, com auxílio das mídias digitais, o que, certamente, será um conhecimento que fará parte direta da educação das crianças e do envolvimento das famílias daqui por diante, tornando-se um legado diante esse distanciamento social, na pandemia.

No que se refere ao envolvimento das famílias no desenvolvimento educacional dos filhos, muitas vezes, transferido única e diretamente para as instituições de ensino, certamente, os pais terão outra visão quanto à educação de seus filhos e à importância da escola e dos professores nessa troca direta e presencial de conhecimento.

b) As dificuldades

As atividades remotas trouxeram muitas dificuldades, destacando-se aspectos como: a falta de conhecimento a respeito das mídias e dos recursos digitais, celulares sem memória, despreparo para lidar com as redes sociais e com computadores, muitas vezes, pela falta deste equipamento e/ou aplicativos; além de lidar com um distanciamento social que só maximizou a dificuldade de adquirir esse conhecimento, uma vez que não foi possível contar com a ajuda direta e presencial daqueles que poderiam ajudar nesse processo de adaptação.

Somado a isso, também se destaca a dificuldade de chegar a todos os alunos, uma vez que nem todas as famílias possuem telefones com aplicativo WhatsApp ou se disponibilizaram a participar das atividades. Contudo, apesar de tantos entraves, esse também foi um momento de grande superação e união, tanto nos aspectos institucionais como na relação direta com as famílias, criando vínculos antes impensados, tornando todos os envolvidos no processo educacional partes de um todo, uma grande família, mediante trocas diárias em prol do bem comum.

c) As atividades e devolutivas

As atividades desenvolvidas foram bem recebidas pelas famílias, apesar de nem todas se envolverem no projeto, os discentes, em sua maioria, participaram, realizando as atividades e compartilhando os momentos educativos através de fotos, vídeos e áudios, demonstrando a

realização das atividades em tempos diferentes, algumas pontualmente, assim que as atividades iam sendo sugeridas, e outras no tempo de suas famílias, postando regularmente a realização das atividades ou pelo menos informando através de áudio que estavam sendo realizadas, algumas com certa dificuldade outras nem tanto, mostrando, assim, o empenho das famílias.

É fato que as devolutivas, inicialmente, não eram para ser uma exigência direta, mas os registros e as devoluções das atividades remotas foram surgindo, as famílias e os alunos foram adotando estratégias de estudo para realizarem as tarefas, usando as tecnologias para registrar e, em seguida, enviando os registros para o compartilhamento com a escola e com os colegas através das redes sociais. Logo, as devolutivas foram se tornando imprescindíveis na rotina escolar.

d) As vivências pedagógicas

A pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19) impôs situações nunca vividas e, em decorrência dela, a rotina de todos parou, muitos conflitos, angústias e desafios surgiram de uma hora para outra no universo educativo e os professores foram coagidos a experimentar novas formas de ensinar e de aprender. Foram desafios de manter a proposta de trabalho ativa no processo remoto. A proposta foi ampliada para estimular os alunos a caminhar juntos, apoiando as ações pedagógicas a serem realizadas em casa com os familiares.

Certamente, o momento é de reconhecimento por se ter conseguido ultrapassar tantas barreiras e realizar atividades que ainda não tinham sido pensadas. Mesmo com inseguranças, os profissionais da educação se revestiram do que aprenderam ao longo de sua profissão e foram à luta. Esse processo de transformação mostrou que é preciso ser um educador alinhado com o novo tempo.

CONCLUSÕES

Diante das exposições, é possível afirmar que, mesmo em meio aos obstáculos, medos e angústias para se implantar o regime excepcional de atividades remotas nas escolas da rede de ensino municipal em Ipueira – RN, o reinventar-se enquanto educação e a realização de estratégias pedagógicas diferenciadas, ainda não utilizadas, foi, sem dúvida, o divisor de situações técnicas e pedagógicas de todo o processo.

No momento de pandemia, a família proveu a execução das tarefas escolares, uma situação difícil já que muitos pais dividiram seu tempo com trabalho, família e acompanhamento escolar. Além disso, muitos pais também se apresentaram sem formação e sem preparo. Mesmo assim, tiveram que se adaptar a uma nova e cansativa rotina. Um cenário desafiador para todos, um momento em que foi preciso reinventar, adaptar e procurar minimizar os prejuízos da ausência das aulas presenciais, uma alternativa foi habituar-se às ferramentas virtuais no preparo das atividades e rotinas escolares.

Entende-se que as situações vivenciadas foram desafiantes e, de repente, diante de um mundo completamente digital, atividades remotas, conversas à distância, aulas não presenciais, professores provocados a superar seus limites, antes inacessíveis. Apesar do medo e das precariedades, o momento também trouxe a convicção de que os limites são muito maiores do que aqueles que antes se imaginava e que aliar o conhecimento e a prática com recursos digitais foi apenas um pequeno passo diante de muitos que ainda viram e trarão mudanças no cenário educacional daqui por diante.

Portanto, fica-nos o registro de um trabalho realizado na dinâmica da coletividade com muito empenho e dedicação e, sobretudo, um trabalho planejado para um momento delicado em um cenário cheio de incertezas e ensinamentos.

REFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Instrução Normativa nº 01, de 5 de abril de 2020**. Conselho de Educação Estadual/ Secretaria de Educação Estadual, Natal, RN, 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 29.583/2020. **Diário Oficial**, Natal, 27 de março de 2020.

FUSARI, J.C. O papel do planejamento na formação do educador. São Paulo, SE/CENP, 1988.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA. **Instrução Normativa nº 001, de 05 de maio de 2020**. Secretaria Municipal de Educação, Ipueira, RN, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA. **Portaria nº 010, de 14 de dezembro de 2020.** Plano de Atividades Remotas Excepcional e Transitório. Secretaria Municipal de Educação, Ipueira, RN, 2020.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico-elementos metodológicos para elaboração e realização. 12 ed. São Paulo: libertad, 2000.